

## GAEC EDUCAÇÃO S.A. E CONTROLADAS

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

---

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A GAEC Educação S.A. (“GAEC” ou “Sociedade”), com sede e foro na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, constituída em 03 de dezembro de 2007, é uma sociedade anônima de capital fechado que tem por objeto a participação direta e indireta no capital de empresas que atuam em:

- (a) Prestação de serviços de ensino em nível superior, incluindo cursos livres, de graduação, pós-graduação, mestrado, doutorado, extensão universitária, especialização, cursos à distância, bem como a realização de pesquisa, seminários, palestras e eventos culturais. Representado por Minas Gerais Educação S.A. (“MGE”), Instituto Mineiro de Educação e Cultura Uni-BH S.A. (“IMEC”), Instituto de Educação e Cultura Unimonte S.A. (“Unimonte”) e VC Network Educacional S.A. (“VC Network”), sendo que esta última está temporariamente sem operação.
- (b) Aquisição e administração de imóveis, representado pela RNE Gestão Patrimonial S.A. (“RNE”) e UNA Gestão Patrimonial S.A. (“UNA”).

As controladas diretas e indiretas da Sociedade (“Grupo”) estão sumariadas na nota explicativa nº 14.

A GAEC realiza a prestação de serviços de assessoramento, consultoria e gestão a empresas, bem como a participação em quaisquer outras sociedades, como sócia, acionista, consorciada ou quotista, independente do seu respectivo ramo de atuação e objetivos sociais.

Em 2011, foi iniciado processo de reestruturação da controlada Unimonte, buscando redução e contenção de custos fixos e de aluguéis através da unificação de suas operações em um único campus próprio, além da revisão de processos internos e de sua gestão.

Em abril e julho de 2012, a BR Educacional Fundo de Investimento em Participações, efetuou aportes de capital no valor total de R\$106.275, e passou a deter 28,54% do capital social da Sociedade, o que trouxe nova estrutura de capital à Sociedade com consequente redução das despesas financeiras e permitiu também a reestruturação da dívida bancária em um perfil de longo prazo, melhorando os índices de liquidez e principalmente permitindo que a Sociedade tenha recursos disponíveis para novas aquisições de investimentos previstos em seu plano de negócios o qual está alinhado com sua missão de construir uma rede nacional de instituições de educação superior de qualidade.

Em 20 de dezembro de 2012, a Sociedade adquiriu a totalidade das ações das controladas MGE, Unimonte, RNE e VC Network que pertenciam a acionistas minoritários, encerrando as arbitragens contra os mesmos e recebendo deles declaração de esclarecimento sobre todas as dúvidas que tinham quanto à administração das controladas e garantias de que mais nada será questionado no futuro. Informações adicionais estão divulgadas na nota explicativa nº 14.

## 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### 2.1. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras da Sociedade compreendem:

- As demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRSs”) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Consolidado - IFRS e BR GAAP; e
- As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Controladora - BR GAAP.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Desta forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando em conformidade com as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidados atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Sociedade optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

### 2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se informado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos na data da transação.

### 2.3. Bases de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Sociedade e de suas controladas. O controle é obtido quando a Sociedade tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma empresa para auferir benefícios de suas atividades.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010 a Sociedade mantinha as seguintes controladas:

Nome da controlada	Participação (%)			
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
Minas Gerais Educação S.A.	100	62,75	62,75	62,75
Instituto Mineiro de Educação e Cultura - Uni-BH S.A.	100	100	100	100
Instituto de Educação e Cultura Unimonte S.A.	100	62,75	62,75	62,75
VC Network Educação S.A.	100	62,75	62,75	62,75
RNE Gestão Patrimonial S.A.	100	77,14	62,75	62,75
UNA Gestão Patrimonial S.A (*)	100	100	100	100
Cel-MG Ensino Ltda. (*)	-	-	80	80

(\*) Participação indireta

Os resultados das controladas adquiridas ou alienadas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações consolidadas do resultado e do resultado abrangente a partir da data da efetiva aquisição até a data da efetiva alienação, conforme aplicável. O saldo dos resultados abrangentes é atribuído aos proprietários da Sociedade e às participações não controladoras mesmo se resultar em saldo negativo dessas participações.

A Sociedade apresenta nas suas demonstrações financeiras consolidadas, sua participação nas controladas usando o método de consolidação integral. As participações nos ativos, passivos e resultados da controlada são combinados com os correspondentes itens nas demonstrações financeiras consolidadas da Sociedade, linha a linha.

Na consolidação foram eliminadas as participações da controladora no patrimônio líquido (passivo a descoberto) das controladas, bem como os saldos de ativos e passivos, receitas, custos e despesas, decorrentes de transações efetuadas entre as empresas.

A parcela relativa aos não controladores no patrimônio líquido das controladas é apresentada destacadamente no patrimônio líquido consolidado.

#### 2.4. Apresentação de relatórios por segmentos operacionais

O relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Conselho de Administração, responsável, inclusive, pela tomada das decisões estratégicas da Sociedade.

#### 2.5. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das controladas da Sociedade são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Sociedade atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais - R\$, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Sociedade. Todas as informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas adotadas pela Sociedade na preparação das demonstrações financeiras são descritas como segue:

- (a) Reconhecimento da receita - As receitas de prestação de serviços de ensino, de assessoramento, consultoria e gestão a empresas, somente são reconhecidas quando o serviço é prestado ao cliente, os valores das receitas podem ser estimados com segurança e são prováveis que os benefícios econômicos decorrentes da transação fluirão para a Sociedade e suas controladas. As receitas obtidas com locação de imóveis somente são reconhecidas quando do uso do bem pelo cliente, conforme os contratos de locação, os valores das receitas podem ser estimados com segurança e é provável que os benefícios econômicos decorrentes da transação fluam para as controladas da Sociedade.
- (b) Combinações de negócios - Nas demonstrações financeiras consolidadas, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos pelo Grupo, dos passivos incorridos pelo Grupo na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas pelo Grupo em troca do controle da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são geralmente reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Na data de aquisição, os ativos adquiridos e os passivos assumidos identificáveis são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição, exceto por:

- ativos ou passivos fiscais diferidos e ativos e passivos relacionados a acordos de benefícios com empregados são reconhecidos e mensurados de acordo com a IAS 12 - Impostos sobre a Renda e IAS 19 - Benefícios aos Empregados (equivalentes aos CPC 32 e CPC 33), respectivamente;
- passivos ou instrumentos de patrimônio relacionados a acordos de pagamento baseado em ações da adquirida ou acordos de pagamento baseado em ações de Grupo celebrados em substituição aos acordos de pagamento baseado em ações da adquirida são mensurados de acordo com a IFRS 2 - Pagamento Baseado em Ações (equivalentes ao CPC 10(R1)) na data de aquisição; e
- ativos (ou grupos para alienação) classificados como mantidos para venda conforme a IFRS 5 - Ativos Não Correntes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas (equivalente ao CPC 31) são mensurados conforme essa Norma.

O ágio é mensurado como o excesso da soma da contrapartida transferida, do valor das participações não controladoras na adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida (se houver) sobre os valores líquidos na data de aquisição dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis. Se, após a avaliação, os valores líquidos dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis na data de aquisição forem superiores à soma da contrapartida transferida, do valor das participações não controladoras na adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida (se houver), o excesso é reconhecido imediatamente no resultado como ganho.

As participações não controladoras que correspondam a participações atuais e conferem aos seus titulares o direito a uma parcela proporcional dos ativos líquidos da empresa no caso de liquidação poderão ser inicialmente mensuradas pelo valor justo ou com base na parcela proporcional das participações não controladoras nos valores reconhecidos dos ativos líquidos identificáveis da adquirida. A seleção do método de mensuração é feita transação a transação. Outros tipos de participações não controladoras são mensurados pelo valor justo ou, quando aplicável, conforme descrito em outra IFRS e CPC.

Quando a contrapartida transferida pelo Grupo em uma combinação de negócios inclui ativos ou passivos resultantes de um acordo de contrapartida contingente, a contrapartida contingente é mensurada pelo valor justo na data de aquisição e incluída na contrapartida transferida em uma combinação de negócios. As variações no valor justo da contrapartida contingente classificadas como ajustes do período de mensuração são ajustadas retroativamente, com correspondentes ajustes no ágio. Os ajustes do período de mensuração correspondem a ajustes resultantes de informações adicionais obtidas durante o “período de mensuração” (que não poderá ser superior a um ano a partir da data de aquisição) relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição.

A contabilização subsequente das variações no valor justo da contrapartida contingente não classificadas como ajustes do período de mensuração depende da forma de classificação da contrapartida contingente. A contrapartida contingente classificada como patrimônio não é remensurada nas datas das demonstrações financeiras subsequentes e sua correspondente liquidação é contabilizada no patrimônio. A contrapartida contingente classificada como ativo ou passivo é remensurada nas datas das demonstrações financeiras subsequentes de acordo com a IAS 39 - Instrumentos financeiros (equivalente ao CPC 38), ou a IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (equivalente ao CPC 25), conforme aplicável, sendo o correspondente ganho ou perda reconhecido no resultado.

Quando uma combinação de negócios é realizada em etapas, a participação anteriormente detida pelo Grupo na adquirida é remensurada pelo valor justo na data de aquisição (ou seja, na data em que o Grupo adquire o controle) e o correspondente ganho ou perda, se houver, é reconhecido no resultado. Os valores das participações na adquirida antes da data de aquisição que foram anteriormente reconhecidos em “Outros resultados abrangentes” são reclassificados no resultado, na medida em que tal tratamento seja adequado caso essa participação seja alienada.

Se a contabilização inicial de uma combinação de negócios estiver incompleta no encerramento do período no qual essa combinação ocorreu, o Grupo registra os valores provisórios dos itens cuja contabilização estiver incompleta. Esses valores provisórios são ajustados durante o período de mensuração (vide acima), ou ativos e passivos adicionais são reconhecidos para refletir as novas informações obtidas relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição que, se conhecidos, teriam afetado os valores reconhecidos naquela data.

- (c) Contas a receber - Estão apresentados pelo valor nominal dos títulos, acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias em base pro rata temporis, deduzidos da provisão para créditos de liquidação duvidosa, que é calculada em montante considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos.

Para os contratos financiados, o percentual não financiado é registrado como mensalidades a receber e a diferença financiada é contabilizada como Benefícios reembolsáveis - FUNDER, acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias em

base pro rata temporis, deduzidos da provisão para créditos de liquidação duvidosa, que é calculada em montante considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos.

- (d) Ágio - O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver.

Para fins de teste de redução no valor recuperável, o ágio é alocado para cada uma das unidades geradoras de caixa do Grupo (ou grupos de unidades geradoras de caixa) que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente a teste de redução no valor recuperável, ou com maior frequência quando houver indicação de que uma unidade poderá apresentar redução no valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução no valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução no valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda por redução no valor recuperável alocada no ágio não é revertida em períodos subsequentes.

Quando da alienação da correspondente unidade geradora de caixa, o valor atribuível de ágio é incluído na apuração do lucro ou prejuízo da alienação.

- (e) Instrumentos financeiros - São inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente ao resultado.

- **Ativos financeiros não derivativos:** Os ativos financeiros são classificados no momento em que foram originados como empréstimos e recebíveis. A classificação dos ativos financeiros depende de sua natureza e finalidade e é determinada na data do reconhecimento inicial.

A Sociedade deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Sociedade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Sociedade nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Segue o resumo das principais práticas contábeis adotadas na contabilização e apresentação dos ativos financeiros da Sociedade e de suas controladas:

- (i) Empréstimos e recebíveis - são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros (inclusive contas a receber de clientes, caixa e equivalentes de caixa, créditos com partes relacionadas etc.) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros



efetiva), deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o efeito do desconto com base na taxa de juros efetiva é imaterial.

- Passivos financeiros não derivativos: Os passivos financeiros foram classificados no momento de seu reconhecimento inicial como outros passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Os passivos financeiros da Sociedade e suas controladas incluem os empréstimos e financiamentos, contas a pagar a fornecedores, títulos a pagar e débitos com partes relacionadas, conforme mencionado na nota explicativa nº 33.

A Sociedade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

Segue o resumo das principais práticas contábeis adotadas na contabilização e apresentação dos passivos financeiros da Sociedade e de suas controladas:

- (i) Empréstimos e financiamentos - São reconhecidos inicialmente no recebimento dos recursos, líquido dos custos das transações. Na data do balanço está apresentado pelo seu reconhecimento inicial, deduzido da amortização das parcelas de principal, quando aplicável, e acrescido dos correspondentes encargos incorridos. Os custos de transações estão apresentados como redutores do passivo circulante e não circulante, sendo apropriados ao resultado no mesmo prazo de pagamento do financiamento que o originou, com base na taxa efetiva de cada transação.

- Instrumentos financeiros derivativos: A Sociedade não possui nenhuma operação com instrumentos financeiros derivativos.
- Instrumentos de patrimônio: Um instrumento de patrimônio é um contrato que evidencia uma participação residual nos ativos de uma empresa após a dedução de todas as suas obrigações. Os instrumentos de patrimônio emitidos pelo Grupo são reconhecidos quando os recursos são recebidos, líquidos dos custos diretos de emissão.

A recompra dos próprios instrumentos de patrimônio da Sociedade é reconhecida e deduzida diretamente no patrimônio. Nenhum ganho ou perda é reconhecido no resultado proveniente de compra, venda emissão ou cancelamento dos próprios instrumentos de patrimônio da Sociedade.

- (f) Caixa e equivalentes de caixa - São considerados como caixa e equivalentes de caixa os valores mantidos como caixa, contas correntes bancárias e aplicações financeiras de curto prazo e alta liquidez, cujo vencimento original é igual ou menor que 90 dias da data da aplicação e que têm risco insignificante de variação no valor justo. São reconhecidos ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento de cada balanço, em base pro rata temporis, não superiores aos valores de realização.

- (g) Demonstração de valor adicionado (“DVA”) - Essa informação contábil tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Sociedade e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Sociedade, como informação suplementar às suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, por não ser requerida pela legislação societária, já que a referida demonstração somente é obrigatória para companhias de capital aberto.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base para preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, outras receitas e efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

- (h) Créditos e débitos com partes relacionadas - Correspondem a direitos e obrigações que foram contraídas entre a Sociedade e suas partes relacionadas, oriundas de operações de mútuo, cujas condições financeiras destas operações são estabelecidas de comum acordo entre a Sociedade e as partes relacionadas, conforme mencionado na nota explicativa nº 10.
- (i) Investimentos nas demonstrações financeiras individuais - Representados por investimentos em empresas controladas, avaliados pelo método de equivalência patrimonial, cujos valores estão demonstrados na nota explicativa nº 14. Outros investimentos são registrados e mantidos ao custo.
- (j) Imobilizado - Benfeitorias em imóveis de terceiros, instalações, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios, computadores e periféricos, veículos, biblioteca e videoteca, equipamentos de audiovisual estão demonstrados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas em função do prazo de vida útil dos bens, mencionadas na nota explicativa nº 15.

Terrenos e edificações estão demonstrados ao custo histórico, deduzido das depreciações acumuladas (exceto para terrenos), calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas em função do prazo de vida útil dos bens, mencionadas na nota explicativa nº 15.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

- (k) Intangível - Está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicáveis. Os ativos intangíveis que tem vida útil definida possuem amortização calculada pelo método linear, com base em taxas determinadas pela vida útil estimada dos ativos, conforme descrito na nota explicativa nº 16. Os ativos intangíveis que não possuem vida útil definida são representados por marcas,



patentes e ágio por rentabilidade futura os quais não sofrem amortizações e são testados no mínimo anualmente por redução ao valor recuperável.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de softwares identificáveis e exclusivos, controlados pela Sociedade, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o software para que esteja disponível para usá-lo ou vendê-lo.
- A administração pretende concluir o software e usá-lo ou vendê-lo.
- O software pode ser vendido ou usado.
- O software gerará benefícios econômicos futuros prováveis, que podem ser mensurado com segurança.
- Recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados estão disponíveis para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software.
- O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento do software e uma parcela adequada das despesas diretas relevantes.

Outros gastos com desenvolvimento que não atendem a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesas não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos com o desenvolvimento de software/projeto reconhecido como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, pelas taxas descritas na nota explicativa nº 16.

- (I) Ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios - Nas demonstrações financeiras consolidadas, os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios e reconhecidos separadamente do ágio são registrados pelo valor justo na data da aquisição, o qual é equivalente ao seu custo.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

(m) Redução ao valor recuperável (*impairment*)

- Ativos financeiros - Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação anual para apurar se há evidência objetiva que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A Sociedade considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis e individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Sociedade utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo.

Para os recebíveis, as perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis (nota explicativa nº 8). Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

- Ativos não financeiros - Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Sociedade são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ativos intangíveis em desenvolvimento que ainda não estejam disponíveis para uso, o valor recuperável é estimado todo ano na mesma época. No fim de cada exercício, a Sociedade e suas controladas revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, inclusive as unidades geradoras de caixa, para determinar se há algum indicativo de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicativo, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante desta perda, se houver, conforme critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (correspondente ao IAS 36). A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponível para uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável pelo menos uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicativo de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável.

- (n) Imposto de renda e contribuição social corrente - A Sociedade e suas controladas calculam o imposto de renda e a contribuição social com base na legislação vigente, considerando as adições e exclusões legais previstas, utilizando a taxa nominal de 25% e 9%, respectivamente. As controladas MGE, IMEC e Unimonte calculam o imposto de renda e a contribuição social considerando ainda os critérios estabelecidos pela Instrução Normativa da Receita Federal nº 456, especialmente ao Programa Universidade para Todos - PROUNI e, ainda, considerando o lucro da exploração sobre as atividades isentas. Sobre as receitas não isentas, o imposto de renda e a contribuição social são calculados utilizando a taxa nominal de 25% e 9%, respectivamente, sobre lucros tributáveis ajustados de acordo com legislação específica.
- (o) Provisões - São reconhecidas para obrigações presentes (legais ou presumidas) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa do montante requerido para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

- (p) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes - Estão apresentados pelos valores de realização/liquidação e pelos valores conhecidos ou estimados, e estão adicionados dos correspondentes encargos e incorporam os juros e demais encargos contratuais incorridos até a data dos balanços.
- (q) Distribuição de dividendos - A distribuição de dividendos para os acionistas da Sociedade é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Sociedade no fim do exercício, com base no seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas, em Assembleia Geral.
- (r) Ajuste a valor presente - Os elementos integrantes do ativo e passivo, quando decorrentes de operações de curto prazo (se relevantes) e longo prazo, sem a previsão de remuneração ou sujeitas a: (i) juros pré-fixados; (ii) juros notoriamente abaixo do mercado para transações semelhantes; e, (iii) reajustes somente por inflação, sem juros, são ajustados ao seu valor presente com base em taxa de mercado, sendo suas realizações reconhecidas no resultado do exercício.
- (s) Estimativas contábeis - A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração efetue estimativas e adote premissas no seu melhor julgamento e baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes, que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, bem como os valores das receitas, custos e despesas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras.

As estimativas e premissas significativas são utilizadas quando da contabilização da provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota explicativa nº 8); do imposto de renda e da contribuição social diferidos (nota explicativa nº 12); ajuste a valor presente (nota explicativa nº 23); da vida útil e avaliação de *impairment* dos bens do imobilizado e intangível (notas explicativas nº 15 e 16) e das provisões para riscos trabalhistas, tributárias e cíveis (nota explicativa nº 24).

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

A fim de proporcionar um entendimento de como a Sociedade forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, incluimos, a seguir, comentários referentes a cada prática contábil crítica:

- Perda (“impairment”) na estimativa do ágio e de marcas: Ativos que têm vida útil indefinida, como o ágio, não são amortizados e são testados anualmente para identificar uma deterioração destes, por meio de uma metodologia conhecida como “impairment test”. O ágio é registrado pelo custo menos perdas por deterioração acumuladas. Para os exercícios apresentados, não houve perdas por deterioração do ágio. Veja nota explicativa nº 16.
- Provisões para riscos tributárias, trabalhistas e cíveis: A Sociedade é ré em diversos processos judiciais e administrativos. As provisões são constituídas para todos os processos judiciais que representam perdas prováveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos consultores jurídicos, internos e externos, da Sociedade, a natureza dos processos e experiências passadas. A Administração acredita que essas provisões são suficientes e estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras. As provisões são calculadas considerando o valor provável para liquidação na data das demonstrações financeiras e posteriormente atualizada monetariamente quando aplicável, já estando, portanto, apresentada a valor presente. Veja nota explicativa nº 24.
- Provisão para crédito de liquidação duvidosa: É apresentada como redução das contas a receber e é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber decorrentes de mensalidades e de cheques a receber, considerando os riscos envolvidos. A Sociedade constitui mensalmente a provisão para créditos de liquidação duvidosa analisando os valores mensais dos recebíveis e as respectivas aberturas por faixas de atraso. Veja nota explicativa nº 8.
- Imposto de renda e contribuição social diferidos: São reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizadas, exceto:
  - (i) Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.

- (ii) Sobre as diferenças temporárias dedutíveis, associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

- Revisão da vida útil: A Sociedade e suas controladas revisam anualmente a vida útil de seus ativos.

A Sociedade e suas controladas revisam suas estimativas e premissas, pelo menos, anualmente. Os efeitos decorrentes dessas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

- (t) Receita e despesa financeiras - É reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda é identificada em relação a um contas a receber, a Sociedade reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original das contas a receber.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, Cédula de Crédito Bancário - CCB, impostos parcelados e outros passivos financeiros, líquidas do desconto a valor presente das provisões, perdas por redução ao valor recuperável ("impairment") reconhecidas nos ativos financeiros. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

### Métodos de juros efetivos

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções) durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial.

A receita é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos de dívida não caracterizados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

- (u) Capital social - É composto por ações ordinárias classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, deduzido de quaisquer efeitos tributários.

Os dividendos mínimos obrigatórios são reconhecidos como passivo ao final do exercício social.

As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido total. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Sociedade. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em reservas de capital.

- Lucro/prejuízo por ação - O lucro/prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Sociedade pela quantidade média ponderada de ações ordinárias. O lucro/prejuízo por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados. A Sociedade não possui potenciais instrumentos conversíveis em ações e, consequentemente, o lucro/prejuízo por ações diluído é igual ao lucro/prejuízo por ações básico.

- (v) Arrendamento mercantil - A classificação dos contratos de arrendamento mercantil é realizada no momento da sua contratação. Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferirem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais são registrados como despesa do exercício pelo método linear, durante o período do arrendamento.

A política de depreciação para ativos arrendados depreciables estão consistentes com a política de depreciação para ativos semelhantes.

- (x) Transações de capital - Nas demonstrações financeiras consolidadas, as mudanças nas participações do Grupo em controladas que não resultem em perda do controle do Grupo sobre as controladas são registradas como transações de capital. Os saldos contábeis das participações do Grupo e de não controladores são ajustados para refletir mudanças em suas respectivas participações nas controladas. A diferença entre o valor com base no qual as participações não controladoras são ajustadas e o valor justo das considerações pagas ou recebidas é registrada diretamente no patrimônio líquido e atribuída aos proprietários da Sociedade.



#### 4. REAPRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Visando atender aos requerimentos da CVM 480, que dispõe sobre o registro de emissores de valores mobiliários admitidos à negociação em mercados regulamentados de valores mobiliários, as demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012, de 2011 e de 2010 estão sendo reapresentadas, pois a Administração da Sociedade complementou as divulgações de suas notas explicativas, efetuou reclassificações e ajustes relacionados a:

- (i) Reversão do montante constituído de imposto de renda e contribuição social diferidos no balanço patrimonial da Sociedade e controladas pelo fato de não apresentarem histórico de lucros tributáveis nos últimos exercícios sociais e também por não apresentarem expectativa de geração de lucros tributários futuros em montante suficiente para que as diferenças temporárias, prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido possam ser realizadas;
- (ii) Baixa de investimento referente à compra de 51% das ações da empresa Intera Educacional S/A (Interasat), ocorrida em julho de 2012, devido a pendências cadastrais junto ao cadastro sincronizado entre a Junta Comercial do Estado de Minas Gerais e autoridades fazendárias. Portanto, não foi possível concretizar a operação de compra para conclusão da organização societária.;
- (iii) Redução de empréstimos concedidos a determinados acionistas da Sociedade com a distribuição antecipada de lucros;
- (iv) Foram apurados ajuste a valor presente dos títulos a pagar referentes à aquisição das controladas IMEC e MGE, uma vez que estes títulos possuem taxas de juros inferiores à de mercado ou não possuem juros ou atualização;
- (v) Correção do critério de provisão para devedores duvidosos para todos os exercícios apresentados;
- (vi) Reclassificação do saldo de aluguel a receber de terceiros registrado anteriormente como “Outras ativos circulantes” no circulante para a rubrica “Contas a receber” para melhor apresentação dos saldos nas demonstrações financeiras;
- (vii) Reclassificação dos imóveis para a venda registrado anteriormente no ativo circulante para o ativo não circulante para melhor apresentação das demonstrações financeiras;
- (viii) Reclassificação de custos e despesas devido à revisão efetuada pela Administração da alocação dos montantes na demonstração do resultado do Grupo.

#### Efeitos da adoção inicial das IFRSs

##### 4.1 Efeitos da adoção inicial das IFRS nas demonstrações financeiras consolidadas

##### 4.1.1. Aplicação da IFRS

As demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 são as primeiras apresentadas de acordo com as IFRSs. A Sociedade aplicou as políticas

contábeis definidas na nota explicativa nº 3 em todos os períodos apresentados, o que inclui o balanço patrimonial na data de transição, definida como 1º de janeiro de 2010. Na mensuração dos ajustes nos saldos de abertura e preparação do balanço patrimonial na data de transição, a Sociedade aplicou as exceções obrigatórias e certas isenções opcionais de aplicação retrospectiva previstas na IFRS 1 e no CPC 37(R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, conforme descrito nas notas abaixo.

Não existem diferenças entre o IFRS e a prática contábil anterior.

#### 4.2. Efeitos da adoção dos novos pronunciamentos emitidos pelo CPC nas demonstrações financeiras individuais

##### 4.2.1. Adoção das novas práticas contábeis adotadas no Brasil

Na preparação das suas demonstrações financeiras individuais (identificadas como Controladora), a Sociedade adotou todos os pronunciamentos e respectivas interpretações técnicas e orientações técnicas emitidos pelo CPC e aprovados pela CVM, que juntamente com as práticas contábeis incluídas na legislação societária brasileira são denominados como práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A Sociedade aplicou as políticas contábeis definidas na nota explicativa nº 3 em todos os períodos apresentados, o que inclui o balanço patrimonial de abertura em 1º de janeiro de 2010. Na mensuração dos ajustes e preparação desse balanço patrimonial de abertura, a Sociedade aplicou os requerimentos constantes no CPC 43(R1) - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 40, ajustando as suas demonstrações financeiras individuais de tal forma que elas produzissem, quando consolidadas, os mesmos valores de patrimônio líquido, atribuível aos proprietários da controladora, e resultado em relação à consolidação elaborada conforme as IFRSs através da aplicação da IFRS 1 e no CPC 37(R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. Para isso, a Sociedade efetuou nas suas demonstrações financeiras individuais os ajustes efetuados para a adoção das IFRSs nas demonstrações financeiras consolidadas, conforme nota explicativa nº 3 acima. Tal procedimento foi adotado de forma a obter o mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos proprietários da controladora nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

- (a) A Sociedade aplicou antecipadamente o CPC 15 na aquisição realizada em 2009 da controlada IMEC. As combinações de negócios são reconhecidas pelo método da aquisição, sendo a contrapartida transferida mensurada ao valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos, dos passivos incorridos na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas pela Sociedade em troca do controle da adquirida. Na data de aquisição, os ativos adquiridos e os passivos assumidos identificáveis são reconhecidos pelo valor justo. O ágio é mensurado como o valor residual da soma da contrapartida transferida e o valor justo da participação do comprador anteriormente detida na adquirida sobre os valores líquidos na data de aquisição dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis. De acordo com as práticas contábeis anteriores, o ágio era calculado pela diferença entre o valor de aquisição e o patrimônio líquido contábil da entidade adquirida, sendo atribuído a mais valia de ativos, rentabilidade futura ou outros motivos.

A reapresentação se justifica em virtude de determinadas reclassificações no balanço patrimonial para melhor apresentação das demonstrações financeiras e ajustes por erros.

Entendemos que essas reclassificações melhor atendem aos pronunciamentos contábeis e estão sumariadas a seguir:

Controladora (BR GAAP)			
31/12/2012			
Item	Originalmente apresentado	Ajustes e reclassificações	Reapresentado
<b>ATIVOS</b>			
<b>ATIVOS CIRCULANTES</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	123	-	123
Contas a receber	1.405	-	1.405
Adiantamentos diversos	212	-	212
Outros ativos circulantes	76	-	76
Total dos ativos circulantes	1.816	-	1.816
<b>ATIVOS NÃO CIRCULANTES</b>			
Depósitos judiciais	18	-	18
Créditos com partes relacionadas (1)/(2)	13.433	(13.300)	133
Impostos e contribuições a recuperar	1.281	-	1.281
Outros ativos não circulantes	16	-	16
Investimentos (2)/(3)/(5)/(9)	131.403	(9.099)	122.304
Imobilizado	1.589	-	1.589
Intangível	1.322	-	1.322
Total dos ativos não circulantes	149.062	(22.399)	126.663
<b>TOTAL DOS ATIVOS</b>	<b>150.878</b>	<b>(22.399)</b>	<b>128.479</b>
<b>PASSIVOS</b>			
<b>PASSIVOS CIRCULANTES</b>			
Fornecedores	474	-	474
Empréstimos e financiamentos	1.942	-	1.942
Salários e encargos sociais	2.206	-	2.206
Obrigações tributárias	600	-	600
Títulos a pagar (4)	10.000	(254)	9.746
Outros passivos circulantes	736	-	736
Total dos passivos circulantes	15.958	(254)	15.704
<b>PASSIVOS NÃO CIRCULANTES</b>			
Empréstimos e financiamentos	3.519	-	3.519
Títulos a pagar (4)	3.000	(297)	2.703
Débitos com partes relacionadas	44.768	-	44.768
Provisão para riscos trabalhistas, tributárias e cíveis	2.692	-	2.692
Provisão para perdas em investimento	40.740	(4)	40.736
Total dos passivos não circulantes	94.719	(301)	94.418
<b>TOTAL DOS PASSIVOS</b>	<b>110.677</b>	<b>(555)</b>	<b>110.122</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Capital social	89.789	-	89.789
Reservas de lucros (15)	6.339	(6.339)	-
Ações em tesouraria	(3.822)	-	(3.822)
Ajuste de avaliação patrimonial (4)/(5)/(9)/(13)	(52.105)	(8.194)	(60.299)
Prejuízos acumulados (1)/(2)/(3)/(9)/(13)	-	(7.311)	(7.311)
Total do patrimônio líquido	40.201	(21.844)	18.357
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E PASSIVOS</b>	<b>150.878</b>	<b>(22.399)</b>	<b>128.479</b>

Controladora (BR GAAP)			
31/12/2012			
Item	Originalmente - apresentado	Ajustes e reclassificações	Reapresentado
RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS PRESTADOS	13.892	-	13.892
Custo dos serviços prestados	(14.639)	-	(14.639)
PREJUÍZO BRUTO	(747)	-	(747)
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Comerciais	(6)	-	(6)
Gerais e administrativas	(2.587)	-	(2.587)
Resultado de equivalência patrimonial (5)/(9)	17.767	14.474	32.241
Outras (despesas) receitas operacionais (2)	(526)	(1.746)	(2.272)
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	13.901	12.728	26.629
Resultado financeiro (3)	(3.041)	(85)	(3.126)
LUCRO ANTES DE IMPOSTOS	10.860	12.643	23.503
Imposto de renda e contribuição social, corrente e diferido	-	-	-
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	10.860	12.643	23.503

Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
31/12/2012			
Item	Originalmente apresentado	Ajustes e reclassificações	Reapresentado
ATIVOS			
ATIVOS CIRCULANTES			
Caixa e equivalentes de caixa	5.470	-	5.470
Contas a receber	45.850	-	45.850
Adiantamentos diversos	6.499	-	6.499
Outros ativos circulantes	1.612	-	1.612
Total dos ativos circulantes	59.431	-	59.431
ATIVOS NÃO CIRCULANTES			
Contas a receber	1.926	-	1.926
Depósitos judiciais	10.834	-	10.834
Créditos com partes relacionadas (1)/(2)	13.433	(13.300)	133
Impostos e contribuições a recuperar	4.749	-	4.749
Imóveis para venda	11.685	-	11.685
Imposto de renda e contribuição social diferidos (5)	4.129	(4.129)	-
Outros ativos não circulantes	864	-	864
Investimentos (2)	1.702	(1.600)	102
Imobilizado	111.722	-	111.722
Intangível (3)	63.561	(3.366)	60.195
Total dos ativos não circulantes	224.605	(22.395)	202.210
TOTAL DOS ATIVOS	284.036	(22.395)	261.641
PASSIVOS			
PASSIVOS CIRCULANTES			
Fornecedores	8.596	-	8.596
Empréstimos e financiamentos	12.227	-	12.227
Salários e encargos sociais	19.016	-	19.016
Obrigações tributárias	4.018	-	4.018
Adiantamentos de clientes	9.987	-	9.987
Parcelamento de impostos e contribuições	3.076	-	3.076

Consolidado (IFRS e BR GAAP)				
31/12/2012				
Item	Originalmente apresentado	Ajustes e reclassificações	Reapresentado	
Títulos a pagar	(4)	12.661	(254)	12.407
Outros passivos circulantes		1.253	-	1.253
Total dos passivos circulantes		70.834	(254)	70.580
<b>PASSIVOS NÃO CIRCULANTES</b>				
Empréstimos e financiamentos		47.353	-	47.353
Títulos a pagar	(4)	15.222	(297)	14.925
Débitos com partes relacionadas		2.794	-	2.794
Parcelamento de impostos e contribuições		38.702	-	38.702
Imposto de renda e contribuição social diferidos		18.201	-	18.201
Provisão para riscos trabalhistas, tributárias e cíveis		50.262	-	50.262
Outros passivos não circulantes		467	-	467
Total dos passivos não circulantes		173.001	(297)	172.704
<b>TOTAL DOS PASSIVOS</b>		<b>243.835</b>	<b>(551)</b>	<b>243.284</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>				
Capital social		89.789	-	89.789
Reservas de lucros	(15)	6.339	(6.339)	-
Ações em tesouraria		(3.822)	-	(3.822)
Ajuste de avaliação patrimonial	(4)/(5)/(9)/(13)	(52.105)	(8.194)	(60.299)
Prejuízos acumulados	(1)/(2)/(3)/(5)/(9)/(13)	-	(7.311)	(7.311)
Total do patrimônio líquido		40.201	(21.844)	18.357
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E PASSIVOS</b>		<b>284.036</b>	<b>(22.395)</b>	<b>261.641</b>

Consolidado (IFRS e BR GAAP)				
31/12/2012				
Item	Originalmente apresentado	Ajustes e reclassificações	Reapresentado	
RECEITA LIQUIDA DE SERVIÇOS PRESTADOS	(8)	321.297	2.392	323.689
Custo dos serviços prestados	(8)	(178.900)	(11.602)	(190.502)
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>142.397</b>	<b>(9.210)</b>	<b>133.187</b>
<b>RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS</b>				
Comerciais	(8)	(37.787)	12.061	(25.726)
Gerais e administrativas	(8)	(71.150)	12.695	(58.455)
Outras (despesas) receitas operacionais	(2)/(8)	(12.943)	(1.221)	(14.164)
<b>RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>		<b>20.517</b>	<b>14.325</b>	<b>34.842</b>
Resultado financeiro	(3)	(11.397)	(85)	(11.482)
<b>LUCRO ANTES DE IMPOSTOS</b>		<b>9.120</b>	<b>14.240</b>	<b>23.360</b>
Imposto de renda e contribuição social, corrente e diferido	(5)	1.737	(1.591)	146
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>10.857</b>	<b>12.649</b>	<b>23.506</b>

Controladora (BR GAAP)			
31/12/2011			
Item	Originalmente apresentado	Ajustes e reclassificações	Reapresentado
<b>ATIVOS</b>			
<b>ATIVOS CIRCULANTES</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	11	-	11
Contas a receber	1.270	-	1.270
Adiantamentos diversos	79	-	79
Outros ativos circulantes	44	574	618
Total dos ativos circulantes	1.404	574	1.978
<b>ATIVOS NÃO CIRCULANTES</b>			
Depósitos judiciais	13	-	13
Créditos com partes relacionadas	3.060	-	3.060
Impostos e contribuições a recuperar	1.462	-	1.462
Outros ativos não circulantes	14	-	14
Investimentos	105.311	(14.953)	90.358
Imobilizado	802	-	802
Intangível	1.307	-	1.307
Total dos ativos não circulantes	111.969	(14.953)	97.016
<b>TOTAL DOS ATIVOS</b>	<b>113.373</b>	<b>(14.379)</b>	<b>98.994</b>
<b>PASSIVOS</b>			
<b>PASSIVOS CIRCULANTES</b>			
Fornecedores	776	-	776
Empréstimos e financiamentos	6.195	-	6.195
Salários e encargos sociais	1.349	-	1.349
Obrigações tributárias	283	-	283
Títulos a pagar	22.666	(85)	22.581
Total dos passivos circulantes	31.269	(85)	31.184
<b>PASSIVOS NÃO CIRCULANTES</b>			
Empréstimos e financiamentos	7.449	-	7.449
Débitos com partes relacionadas	62.017	-	62.017
Provisão para riscos trabalhistas, tributárias e cíveis	2.067	-	2.067
Provisão para perdas em investimento	27.057	2.254	29.311
Total dos passivos não circulantes	98.590	2.254	100.844
<b>TOTAL DOS PASSIVOS</b>	<b>129.859</b>	<b>2.169</b>	<b>132.028</b>
<b>PASSIVO A DESCOBERTO</b>			
Capital social	10.516	-	10.516
Ajuste de avaliação patrimonial	-	(1.470)	(1.470)
Prejuízos acumulados	(27.002)	(15.078)	(42.080)
Total do passivo a descoberto	(16.486)	(16.548)	(33.034)
<b>TOTAL DO PASSIVO A DESCOBERTO E PASSIVOS</b>	<b>113.373</b>	<b>(14.379)</b>	<b>98.994</b>



Controladora (BR GAAP)			
31/12/2011			
Item	Originalmente apresentado	Ajustes e reclassificações	Reapresentado
RECEITA LIQUIDA DE SERVIÇOS PRESTADOS	13.132	-	13.132
Custo dos serviços prestados	(15.560)	-	(15.560)
PREJUÍZO BRUTO	(2.428)	-	(2.428)
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Comerciais	(17)	-	(17)
Gerais e administrativas	(4.217)	-	(4.217)
Resultado de equivalência patrimonial (5)/(9)	(5.272)	(9.199)	(14.471)
Outras (despesas) receitas operacionais	(1.188)	(2)	(1.190)
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	(13.122)	(9.201)	(22.323)
Resultado financeiro (3)	819	(1.113)	(294)
PREJUÍZO ANTES DE IMPOSTOS	(12.303)	(10.314)	(22.617)
Imposto de renda e contribuição social, corrente e diferido	-	-	-
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(12.303)	(10.314)	(22.617)

Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
31/12/2011			
Item	Originalmente apresentado	Ajustes e reclassificações	Reapresentado
ATIVOS			
ATIVOS CIRCULANTES			
Caixa e equivalentes de caixa	816	-	816
Contas a receber (9)	59.124	(16.068)	43.056
Adiantamentos diversos	6.300	-	6.300
Ativos disponíveis para venda (6)	11.685	(11.685)	-
Outros ativos circulantes	679	-	679
Total dos ativos circulantes	78.604	(27.753)	50.851
ATIVOS NÃO CIRCULANTES			
Contas a receber	1.792	-	1.792
Depósitos judiciais	7.722	-	7.722
Créditos com partes relacionadas	339	-	339
Impostos e contribuições a recuperar	4.261	-	4.261
Imóveis para venda (6)	-	11.685	11.685
Imposto de renda e contribuição social diferidos (5)	2.538	(2.538)	-
Outros ativos não circulantes	917	-	917
Investimentos	138	-	138
Imobilizado	102.540	-	102.540
Intangível (3)	64.115	(3.366)	60.749
Total dos ativos não circulantes	184.362	5.781	190.143
TOTAL DOS ATIVOS	262.966	(21.972)	240.994
PASSIVOS			
PASSIVOS CIRCULANTES			
Fornecedores	11.584	-	11.584
Empréstimos e financiamentos	62.233	-	62.233
Salários e encargos sociais	15.979	-	15.979
Obrigações tributárias	3.436	-	3.436
Adiantamentos de clientes	8.023	-	8.023
Parcelamento de impostos e contribuições	3.075	-	3.075
Títulos a pagar (3)	25.242	(85)	25.157
Outros passivos circulantes	78	(1)	77
Total dos passivos circulantes	129.650	(86)	129.564

Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
31/12/2011			
Item	Originalmente apresentado	Ajustes e reclassificações	Reapresentado
<b>PASSIVOS NÃO CIRCULANTES</b>			
Empréstimos e financiamentos	43.811	-	43.811
Títulos a pagar	12.589	-	12.589
Débitos com partes relacionadas	1.318	-	1.318
Parcelamento de impostos e contribuições	39.521	-	39.521
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18.347	-	18.347
Provisão para riscos trabalhistas, tributárias e cíveis	34.622	-	34.622
Outros passivos não circulantes	942	-	942
Total dos passivos não circulantes	151.150	-	151.150
<b>TOTAL DOS PASSIVOS</b>	<b>280.800</b>	<b>(86)</b>	<b>280.714</b>
<b>PASSIVO A DESCOBERTO</b>			
Capital social	10.516	-	10.516
Ajuste de avaliação patrimonial (13)	-	(1.470)	(1.470)
Prejuízos acumulados (3)/(5)/(9)/(13)	(27.002)	(15.078)	(42.080)
	(16.486)	(16.548)	(33.034)
Participação dos acionistas não controladores (5)/(9)	(1.348)	(5.338)	(6.686)
Total do passivo a descoberto	(17.834)	(21.886)	(39.720)
<b>TOTAL DO PASSIVO A DESCOBERTO E PASSIVOS</b>	<b>262.966</b>	<b>(21.972)</b>	<b>240.994</b>

Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
31/12/2011			
Item	Originalmente apresentado	Ajustes e reclassificações	Reapresentado
<b>RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS PRESTADOS</b> (8)	<b>252.044</b>	<b>2.185</b>	<b>254.229</b>
Custo dos serviços prestados (8)	(164.663)	(12.745)	(177.408)
<b>LUCRO BRUTO</b>	<b>87.381</b>	<b>(10.560)</b>	<b>76.821</b>
<b>RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS</b>			
Comerciais (8)/(9)	(9.521)	(17.241)	(26.762)
Gerais e administrativas (8)	(58.354)	16.153	(42.201)
Outras (despesas) receitas operacionais (8)	(12.523)	(1.947)	(14.470)
<b>RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>6.983</b>	<b>(13.595)</b>	<b>(6.612)</b>
Resultado financeiro (3)	(25.134)	(1.113)	(26.247)
<b>PREJUÍZO ANTES DE IMPOSTOS</b>	<b>(18.151)</b>	<b>(14.708)</b>	<b>(32.859)</b>
Imposto de renda e contribuição social, corrente e diferido (5)	(438)	1.383	945
<b>PREJUÍZO DO EXERCÍCIO</b>	<b>(18.589)</b>	<b>(13.325)</b>	<b>(31.914)</b>

Controladora (BR GAAP)			
31/12/2010			
Item	Originalmente apresentado	Ajustes e reclassificações	Reapresentado
<b>ATIVOS</b>			
<b>ATIVOS CIRCULANTES</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5.883	-	5.883
Contas a receber	1.758	-	1.758
Adiantamentos diversos	68	-	68
Outros ativos circulantes	43	-	43
Total dos ativos circulantes	7.752	-	7.752
<b>ATIVOS NÃO CIRCULANTES</b>			
Depósitos judiciais	6	-	6
Créditos com partes relacionadas	14.034	-	14.034
Impostos e contribuições a recuperar	546	-	546
Investimentos (3)/(5)/(9)	85.172	(7.057)	78.115
Imobilizado	704	-	704
Intangível	527	-	527
Total dos ativos não circulantes	100.989	(7.057)	93.932
<b>TOTAL DOS ATIVOS</b>	<b>108.741</b>	<b>(7.057)</b>	<b>101.684</b>
<b>PASSIVOS</b>			
<b>PASSIVOS CIRCULANTES</b>			
Fornecedores	795	-	795
Empréstimos e financiamentos	5.180	-	5.180
Salários e encargos sociais	854	-	854
Obrigações tributárias	93	-	93
Títulos a pagar (3)	10.678	(88)	10.590
Total dos passivos circulantes	17.600	(88)	17.512
<b>PASSIVOS NÃO CIRCULANTES</b>			
Empréstimos e financiamentos	4.905	-	4.905
Títulos a pagar (3)	22.157	(1.110)	21.047
Débitos com partes relacionadas	57.801	-	57.801
Provisão para riscos trabalhistas, tributárias e cíveis	910	-	910
Provisão para perdas em investimento (9)	17.082	375	17.457
Total dos passivos não circulantes	102.855	(735)	102.120
<b>TOTAL DOS PASSIVOS</b>	<b>120.455</b>	<b>(823)</b>	<b>119.632</b>
<b>PASSIVO A DESCOBERTO</b>			
Capital social	947	-	947
Reserva de capital	568	-	568
Prejuízos acumulados (3)/(5)/(9)	(13.229)	(6.234)	(19.463)
Total do passivo a descoberto	(11.714)	(6.234)	(17.948)
<b>TOTAL DO PASSIVO A DESCOBERTO E PASSIVOS</b>	<b>108.741</b>	<b>(7.057)</b>	<b>101.684</b>

Controladora (BR GAAP)			
31/12/2010			
Item	Originalmente apresentado	Ajustes e reclassificações	Reapresentado
RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS PRESTADOS	12.357	-	12.357
Custo dos serviços prestados	(12.087)	-	(12.087)
LUCRO BRUTO	270	-	270
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Comerciais	(18)	-	(18)
Gerais e administrativas	(1.556)	-	(1.556)
Resultado de equivalência patrimonial (5)/(9)	(2.892)	(5.132)	(8.024)
Outras (despesas) receitas operacionais (12)	431	(734)	(303)
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	(3.765)	(5.866)	(9.631)
Resultado financeiro (3)	(4.511)	(2.168)	(6.679)
PREJUÍZO ANTES DE IMPOSTOS	(8.276)	(8.034)	(16.310)
Imposto de renda e contribuição social, corrente e diferido	-	-	-
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(8.276)	(8.034)	(16.310)

Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
31/12/2010			
Item	Originalmente apresentado	Ajustes e reclassificações	Reapresentado
ATIVOS			
ATIVOS CIRCULANTES			
Caixa e equivalentes de caixa	6.735	-	6.735
Contas a receber (9)	41.111	(2.472)	38.639
Adiantamentos diversos	4.941	-	4.941
Outros ativos circulantes	659	-	659
Total dos ativos circulantes	53.446	(2.472)	50.974
ATIVOS NÃO CIRCULANTES			
Contas a receber	3.160	-	3.160
Adiantamentos diversos	155	-	155
Depósitos judiciais	5.493	-	5.493
Créditos com partes relacionadas	174	-	174
Impostos e contribuições a recuperar	3.028	-	3.028
Imposto de renda e contribuição social diferidos (5)	3.921	(3.921)	-
Investimentos	55	-	55
Imobilizado	112.714	-	112.714
Intangível (3)	65.062	(3.366)	61.696
Total dos ativos não circulantes	193.762	(7.287)	186.475
TOTAL DOS ATIVOS	247.208	(9.759)	237.449
PASSIVOS			
PASSIVOS CIRCULANTES			
Fornecedores	7.386	-	7.386
Empréstimos e financiamentos	49.276	-	49.276
Salários e encargos sociais	13.654	-	13.654
Obrigações tributárias	2.252	-	2.252
Adiantamentos de clientes	5.984	-	5.984
Parcelamento de impostos e contribuições	3.298	-	3.298
Títulos a pagar (3)	13.933	(88)	13.845
Total dos passivos circulantes	95.783	(88)	95.695
PASSIVOS NÃO CIRCULANTES			
Empréstimos e financiamentos	40.204	-	40.204
Títulos a pagar (3)	34.906	(1.110)	33.796

Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
31/12/2010			
Item	Originalmente apresentado	Ajustes e reclassificações	Reapresentado
Débitos com partes relacionadas	13.096	-	13.096
Parcelamento de impostos e contribuições	30.413	-	30.413
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18.655	-	18.655
Provisão para riscos trabalhistas, tributárias e cíveis	21.979	-	21.979
Outros passivos não circulantes	418	-	418
Total dos passivos não circulantes	159.671	(1.110)	158.561
<b>TOTAL DOS PASSIVOS</b>	<b>255.454</b>	<b>(1.198)</b>	<b>254.256</b>
<b>PASSIVO A DESCOBERTO</b>			
Capital social	947	-	947
Reserva de capital	568	-	568
Prejuízos acumulados	(3)/(5)/(9)	(6.234)	(19.463)
	(11.714)	(6.234)	(17.948)
Participação dos acionistas não controladores	(5)/(9)	(2.327)	1.141
Total do passivo a descoberto	(8.246)	(8.561)	(16.807)
<b>TOTAL DO PASSIVO A DESCOBERTO E PASSIVOS</b>	<b>247.208</b>	<b>(9.759)</b>	<b>237.449</b>

Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
31/12/2010			
Item	Originalmente apresentado	Ajustes e reclassificações	Reapresentado
<b>RECEITA LIQUIDA DE SERVIÇOS PRESTADOS</b>	<b>(8)</b>	<b>212.694</b>	<b>214.783</b>
Custo dos serviços prestados	(8)	(147.539)	(155.309)
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>65.155</b>	<b>59.474</b>
<b>RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS</b>			
Comerciais	(8)/(9)	(8.552)	(17.087)
Gerais e administrativas	(8)	(50.458)	(41.313)
Outras (despesas) receitas operacionais	(8)/(12)	(6.322)	(7.758)
<b>RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>		<b>(177)</b>	<b>(6.684)</b>
Resultado financeiro	(3)	(11.237)	(13.405)
<b>PREJUÍZO ANTES DE IMPOSTOS</b>		<b>(11.414)</b>	<b>(20.089)</b>
Imposto de renda e contribuição social, corrente e diferido	(5)	2.147	441
<b>PREJUÍZO DO EXERCÍCIO</b>		<b>(9.267)</b>	<b>(19.648)</b>

Controladora (BR GAAP)			
01/01/2010			
Item	Originalmente apresentado	Ajustes e reclassificações	Reapresentado
<b>ATIVOS</b>			
<b>ATIVOS CIRCULANTES</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4.255	-	4.255
Adiantamentos diversos	15	-	15
Total dos ativos circulantes	4.270	-	4.270
<b>ATIVOS NÃO CIRCULANTES</b>			
Créditos com partes relacionadas	64	-	64
Impostos e contribuições a recuperar	7	-	7
Investimentos (3)/(5)/(9)/(10)	82.937	(4.540)	78.397
Imobilizado	93	-	93
Total dos ativos não circulantes	83.101	(4.540)	78.561
<b>TOTAL DOS ATIVOS</b>	<b>87.371</b>	<b>(4.540)</b>	<b>82.831</b>
<b>PASSIVOS</b>			
<b>PASSIVOS CIRCULANTES</b>			
Fornecedores	1.371	4	1.375
Empréstimos e financiamentos	8.096	-	8.096
Salários e encargos sociais	134	-	134
Obrigações tributárias	28	-	28
Títulos a pagar (3)	24.296	(1.232)	23.064
Total dos passivos circulantes	33.925	(1.228)	32.697
<b>PASSIVOS NÃO CIRCULANTES</b>			
Títulos a pagar (3)	20.459	(2.134)	18.325
Débitos com partes relacionadas	24.550	-	24.550
Imposto de renda e contribuição social diferidos (5)	7.345	(7.345)	-
Provisão para perdas em investimento (5)/(9)/(10)	4.421	4.476	8.897
Total dos passivos não circulantes	56.775	(5.003)	51.772
<b>TOTAL DOS PASSIVOS</b>	<b>90.700</b>	<b>(6.231)</b>	<b>84.469</b>
<b>PASSIVO A DESCOBERTO</b>			
Capital social	947	-	947
Reserva de capital	568	-	568
Prejuízos acumulados (5)/(9)/(12)	(4.844)	1.691	(3.153)
Total do passivo a descoberto	(3.329)	1.691	(1.638)
<b>TOTAL DO PASSIVO A DESCOBERTO E PASSIVOS</b>	<b>87.371</b>	<b>(4.540)</b>	<b>82.831</b>



Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
01/01/2010			
Item	Originalmente apresentado	Ajustes e reclassificações	Reapresentado
<b>ATIVOS</b>			
<b>ATIVOS CIRCULANTES</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4.806	-	4.806
Contas a receber (7)/(9)	21.210	5.867	27.077
Adiantamentos diversos	2.732	-	2.732
Outros ativos circulantes (7)	3.505	(2.793)	712
Total dos ativos circulantes	32.253	3.074	35.327
<b>ATIVOS NÃO CIRCULANTES</b>			
Contas a receber	3.793	-	3.793
Depósitos judiciais	3.980	-	3.980
Imposto de renda e contribuição social diferidos (5)	2.215	(2.215)	-
Créditos com partes relacionadas	120	-	120
Impostos e contribuições a recuperar	1.743	-	1.743
Investimentos (11)	44	84	128
Imobilizado	114.237	-	114.237
Intangível (3)	66.223	(3.366)	62.857
Total dos ativos não circulantes	192.355	(5.497)	186.858
<b>TOTAL DOS ATIVOS</b>	<b>224.608</b>	<b>(2.423)</b>	<b>222.185</b>
<b>PASSIVOS</b>			
<b>PASSIVOS CIRCULANTES</b>			
Fornecedores	11.196	-	11.196
Empréstimos e financiamentos	40.845	-	40.845
Salários e encargos sociais	8.291	-	8.291
Obrigações tributárias	1.410	-	1.410
Adiantamentos de clientes	6.777	-	6.777
Parcelamento de impostos e contribuições	3.354	-	3.354
Títulos a pagar (3)	26.037	(1.232)	24.805
Total dos passivos circulantes	97.910	(1.232)	96.678
<b>PASSIVOS NÃO CIRCULANTES</b>			
Empréstimos e financiamentos	16.134	-	16.134
Títulos a pagar (3)	33.810	(2.134)	31.676
Débitos com partes relacionadas	13.036	-	13.036
Parcelamento de impostos e contribuições	30.949	-	30.949
Imposto de renda e contribuição social diferidos (5)	15.876	3.220	19.096
Provisão para riscos trabalhistas, tributárias e cíveis	11.065	-	11.065
Outros passivos não circulantes	710	-	710
Total dos passivos não circulantes	121.580	1.086	122.666
<b>TOTAL DOS PASSIVOS</b>	<b>219.490</b>	<b>(146)</b>	<b>219.344</b>
<b>PASSIVO A DESCOBERTO</b>			
Capital social	947	-	947
Reserva de capital	568	-	568
Prejuízos acumulados (5)/(9)/(12)	(4.844)	1.691	(3.153)
	(3.329)	1.691	(1.638)
Participação dos acionistas não controladores (5)/(9)	8.447	(3.968)	4.479
Total do passivo a descoberto	5.118	(2.277)	2.841
<b>TOTAL DO PASSIVO A DESCOBERTO E PASSIVOS</b>	<b>224.608</b>	<b>(2.423)</b>	<b>222.185</b>

Demonstração dos fluxos de caixa:

Controladora (BR GAAP) 31/12/2012			
Item	Originalmente apresentado	Ajustes e reclassificações	Reapresentado
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(7.250)	-	(7.250)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(16) (46.519)	22.533	(23.986)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	(16) 53.881	(22.533)	31.348
AUMENTO LÍQUIDO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	112	-	112

Consolidado (IFRS e BR GAAP) 31/12/2012			
Item	Originalmente apresentado	Ajustes e reclassificações	Reapresentado
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(17) 45.050	1.939	46.989
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(16) (58.162)	23.786	(34.376)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(16) 17.766	(25.725)	(7.959)
AUMENTO LÍQUIDO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	4.654	-	4.654

Controladora (BR GAAP) 31/12/2011			
Item	Originalmente apresentado	Ajustes e reclassificações	Reapresentado
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(5.841)	-	(5.841)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(16) (17.238)	11.596	(5.642)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	(16) 17.207	(11.596)	5.611
REDUÇÃO LÍQUIDA NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(5.872)	-	(5.872)

Consolidado (IFRS e BR GAAP) 31/12/2011			
Item	Originalmente apresentado	Ajustes e reclassificações	Reapresentado
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(17) 6.651	1	6.652
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(16) (25.170)	14.850	(10.320)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(16) 12.600	(14.851)	(2.251)
REDUÇÃO LÍQUIDA NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(5.919)	-	(5.919)

Controladora (BR GAAP)			
31/12/2010			
Item	Originalmente apresentado	Ajustes e reclassificações	Reapresentado
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(3.304)	-	(3.304)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(16) (23.690)	14.301	(9.389)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	(16) 28.622	(14.301)	14.321
AUMENTO LÍQUIDO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.628	-	1.628

Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
31/12/2010			
Item	Originalmente apresentado	Ajustes e reclassificações	Reapresentado
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(3.327)	-	(3.327)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(16) (23.535)	16.350	(7.185)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	(16) 28.791	(16.350)	12.441
AUMENTO LÍQUIDO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.929	-	1.929

- (1) Redução do montante de R\$13.157 da rubrica “Créditos com partes relacionadas” referente a empréstimos a sócios e diretores realizado em 2012.
- (2) Baixa de R\$1.743 referente a perda de investimento na empresa Interasat Educação S/A no valor de R\$1.600 registrado anteriormente na rubrica “Investimentos” da Sociedade e consequentemente baixa de mútuos no valor de R\$143 da rubrica “Créditos com partes relacionadas”. Estes ajustes foram refletidos no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 na rubrica “Outras (despesas) receitas operacionais” e na rubrica “Prejuízos acumulados”.
- (3) Para todos os exercícios foram baixados da rubrica “Investimentos”, na controladora, e na rubrica “Intangível”, no consolidado, o montante de R\$3.366 referente ao ajuste a valor presente sobre os títulos a pagar à FUNDAC na compra da controlada IMEC gerando reflexo também na despesa financeira conforme detalhado abaixo:

Controladora (BR GAAP)			
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010
Ativo não circulante			
Investimentos	(3.366)	(3.366)	(3.366)
Passivo			
Títulos a pagar	-	(85)	(1.198)
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)			
Prejuízo acumulado	(3.366)	(3.281)	(2.168)
Resultado			
Resultado financeiro	(85)	(1.113)	(2.168)

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
Ativo não circulante				
Intangível	(3.366)	(3.366)	(3.366)	(3.366)
Passivo				
Títulos a pagar	-	(85)	(1.198)	(3.366)
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)				
Prejuízo acumulado	(3.366)	(3.281)	(2.168)	-
Resultado				
Resultado financeiro	(85)	(1.113)	(2.168)	-

- (4) Ajuste de R\$551 em 31 de dezembro de 2012 referente aos efeitos reconhecidos de ajuste a valor presente (AVP) dos valores a pagar pela aquisição da controlada MGE.

	Controladora e consolidado (IFRS e BR GAAP)
	31/12/2012
Passivo	
Títulos a pagar	(551)
Patrimônio líquido	
Ajuste de avaliação patrimonial	551

- (5) Reversão dos créditos de IR e CS diferidos ativos conforme detalhado na nota 4 (i) acima. Os valores revertidos e os respectivos efeitos estão demonstrados abaixo:

	Controladora (BR GAAP)			
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
Ativo não circulante				
Investimentos	(4.129)	(1.591)	(2.460)	(1.390)
Passivo não circulante				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	(7.345)
Provisão para perdas em investimentos	-	-	-	6.565
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)				
Ajuste de avaliação patrimonial	946			
Prejuízos acumulados	(3.183)	(1.591)	(2.460)	(1.347)
Resultado				
Resultado de equivalência patrimonial	(1.591)	868	(1.221)	-

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
Ativo não circulante				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	2.538	3.921	2.215
Passivo não circulante				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	3.220
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)				
Ajuste de avaliação patrimonial	946	-	-	-
Lucros (prejuízos) acumulados	(3.183)	(1.591)	(2.460)	(1.347)
Participação dos acionistas não controladores	-	(946)	(1.461)	(4.738)
Resultado				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.591)	1.383	(1.706)	-
Participação dos acionistas não controladores	-	515	(636)	-

Adicionalmente, os ajustes realizados em 01 de janeiro de 2010 nas rubricas do passivo não circulante “imposto de renda e contribuição social diferidos” e “provisão para perdas em investimentos”, referem-se a IR e CS sobre a apropriação de mais valia de ativo em combinação de negócio.

- (6) Reclassificação do valor de R\$11.685 referente aos terrenos e edificações para venda do circulante para o não circulante no exercício de 2011 no intuito de refletir uma melhor apresentação dos valores e seus respectivos prazos de realização.
- (7) Reclassificação de R\$2.793 da rubrica “Outros ativos circulantes” em 01 de janeiro de 2010 para a rubrica “Contas a receber” referente a aluguéis a receber de terceiros de bens e imóveis que não são utilizados pelas controladas da Sociedade em sua operação, para melhor apresentação dos saldos nas demonstrações financeiras.
- (8) Para a devida apresentação dos segmentos operacionais da Sociedade e de suas controladas, foi realizada a revisão dos critérios de apropriação dos centros de custo do Grupo a fim de apresentar uma melhor segregação das contas de despesas e custos, exceto pela receita líquida que foi alterada devido a uma realocação dos impostos sobre faturamento da controladora cuja receita é eliminada no consolidado. As movimentações foram realizadas conforme as rubricas e valores demonstradas abaixo:

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010
Receita			
Receita líquida	2.392	2.185	2.089
Custos			
Custo dos serviços prestados	(11.602)	(12.745)	(7.770)
Despesas operacionais			
Comerciais	12.061	(17.241)	(2.989)
Gerais e administrativas	12.695	16.153	9.145
Outras (despesas) receitas operacionais	522	(1.947)	(702)

- (9) Revisão do critério de constituição de provisão para devedores duvidosos nas controladas sendo realizados os ajustes nas rubricas abaixo:

	Controladora (BR GAAP)			
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
Ativo não circulante				
Investimentos	(4)	(9.421)	(1.231)	1.979
Passivo não circulante				
Provisão para perdas em investimentos	-	2.254	(375)	(326)
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)				
Ajuste de avaliação patrimonial	4.390	-	-	-
Prejuízos acumulados	(4.390)	(11.675)	(1.606)	2.305
Receitas (despesas) operacionais				
Resultado de equivalência patrimonial	16.065	(10.067)	(3.911)	-

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
Ativo circulante				
Contas a receber	-	(16.068)	(2.472)	3.074
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	-	(11.675)	(1.606)	2.305
Ajuste de avaliação patrimonial	(4.390)	-	-	-
Participação dos acionistas não controladores	-	(4.393)	(866)	769
Receitas (despesas) operacionais				
Comerciais	16.065	(13.594)	(5.546)	-
Participação dos acionistas não controladores	-	(3.527)	(1.635)	-

(10) Reclassificação de R\$1.763 da rubrica “Investimento” para a rubrica “Provisão para perdas em investimento” referente a Unimonte para melhor apresentação da demonstração financeira.

(11) Inclusão de R\$84 na rubrica “Investimentos” da Sociedade referente a empresa Virtual Case.

(12) Ajuste de R\$734 referente a outros investimento na controladora registrado na rubrica “Outras (despesas) receitas operacionais”.

(13) Reclassificação dos montantes de R\$1.470 e R\$1.939 referentes à diluição do percentual de participação da controlada RNE nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2012, respectivamente, anteriormente apresentados na rubrica de “Prejuízos acumulados” para a rubrica “Ajuste de avaliação patrimonial” para a uniformização de práticas contábeis.

(14) Reclassificação de R\$574 da rubrica “Investimentos” para a rubrica “Outros ativos circulantes” referente a dividendos a receber da controlada IMEC.

(15) Reclassificação de R\$6.339 da rubrica “Reserva de lucros” para a rubrica “Prejuízos acumulados” para melhor apresentação dos saldos.

(16) Conforme IAS 7 - *Statement of cash flows* (equivalente ao CPC 03 (R2)), os pagamentos subsequentes referentes à aquisição de ativo imobilizado e investimentos devem ser apresentados como atividades de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa. Os montantes demonstrados abaixo foram inicialmente alocados em atividades de investimentos e portanto reclassificados conforme referida norma:

	Controladora (BR GAAP)		
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010
Aquisição de investimento (i)	22.533	11.596	14.301
Empréstimos e financiamentos			
Amortizações	(22.533)	(11.596)	(14.301)

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010
Aquisição de investimento (i)	22.533	11.596	14.301
Compra de ativo imobilizado (ii)	2.599	3.254	2.049
Empréstimos e financiamentos			
Amortizações	(25.132)	(14.850)	(16.350)



- (i) Referem-se aos pagamentos sobre os títulos a pagar à FUNDAC na compra da controlada IMEC.
  - (ii) Referem-se às compras de ativos imobilizados financiados pelas controladas.
- (17) Refere-se aos ajustes efetuados descritos nos itens de 1 a 15 acima.

## 5. ADOÇÃO DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIO FINANCEIRO (IFRS)

Normas, interpretações e alterações de normas já emitidas e que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Sociedade.

A Sociedade não adotou as IFRSs novas e revisadas já emitidas descritas abaixo:

Em vigor para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013:

- IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas - incluída como alteração ao texto do CPC 36 (R3) - "Demonstrações Consolidadas" de acordo com a IFRS 10, existe somente uma base de consolidação, ou seja, o controle. Adicionalmente, a IFRS 10 inclui uma nova definição de controle e apoia-se em princípios já existentes, identificando o conceito de controle como fator preponderante para determinar se uma empresa deve ou não ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas da Controladora. A norma fornece orientações adicionais para a determinação do controle.
- IFRS 11 - Negócios em Conjunto - emitida em maio de 2011, e incluída como alteração ao texto do CPC 19 (R2) - "Negócios em Conjunto" aborda como um acordo de participação em que duas ou mais partes têm controle conjunto deve ser apresentado. Há dois tipos de acordos em conjunto: (i) operações em conjunto - que ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos e obrigações contratuais e como consequência contabilizará sua parcela nos ativos, passivos, receitas e despesas; e (ii) controle compartilhado - ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos líquidos do contrato e contabiliza o investimento pelo método de equivalência patrimonial. O método de consolidação proporcional não será mais permitido com controle em conjunto.
- IFRS 12 - Divulgações de Participações em Outras Empresas - considerada no pronunciamento CPC 45 - "Divulgação de Participações em Outras Empresas" e esta norma de divulgação aplicável a empresas que possuem participações em controladas, acordos de participação, coligadas e/ou empresas estruturadas não consolidadas.
- IFRS 13 - Mensuração do Valor Justo - emitida em maio de 2011, e divulgada no pronunciamento CPC 46 - "Mensuração do Valor Justo" apresentando uma fonte única de orientação para as mensurações do valor justo e divulgações acerca das mensurações do valor justo.
- Modificações à IFRS 7 - Divulgação - Compensação de Ativos Financeiros e Passivos Financeiros - aumentam as exigências de divulgação das transações envolvendo ativos financeiros.
- Modificações às IFRS 10, 11 e 12 - foram emitidas para esclarecer certas regras de transição na aplicação dessas IFRSs pela primeira vez.

- IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras - a principal alteração é a separação dos outros componentes do resultado abrangente em dois grupos: os que serão realizados contra o resultado e os que permanecerão no patrimônio líquido. O impacto previsto na sua adoção é somente de apresentação.
- IAS 19 (revisada em 2011) - Benefícios a Empregados - altera a contabilização dos planos de benefícios definidos e dos benefícios de rescisão. Essa alteração foi incluída no texto do CPC 33 (R1) - "Benefícios a Empregados". A Sociedade avalia não haver impactos sobre os atuais planos de saúde e benefícios pós-empregos concedidos aos funcionários.
- IAS 27 (revisada em 2011) - Demonstrações Financeiras Separadas - reflete modificações na contabilização de participação não controladora (minoritária) e trata, principalmente, da contabilização de modificações de participações societárias em subsidiárias feitas posteriormente à obtenção do controle.
- IAS 28 (revisada em 2011) - Investimentos em Coligadas e "Joint Ventures" - as alterações tiveram como objetivo esclarecer procedimentos na aplicação dos testes de "impairment" em coligadas e "joint ventures".
- Modificações às IFRSs - as melhorias anuais ao ciclo de IFRSs 2009 - 2011 incluem várias alterações a diversas IFRSs. As alterações às IFRSs são aplicáveis a exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013 e incluem:
  - (i) Alterações a IAS 16 - Imobilizado - as alterações a IAS 16 esclarecem que as peças de substituição, os equipamentos-reserva e os equipamentos de serviço devem ser classificados como imobilizado, caso estejam de acordo com a definição de imobilizado da IAS 16, e, de outra forma, como estoque.
  - (ii) Alterações a IAS 32 - Instrumentos Financeiros - Apresentação - esclarecem que o imposto de renda relacionado às distribuições dos titulares de instrumentos patrimoniais e aos custos das transações patrimoniais deve ser contabilizado de acordo com a IAS 12 - Impostos sobre o Lucro.

Em vigor para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014:

- Modificações a IAS 32 - Compensação de Ativos e Passivos Financeiros - tratam da classificação de certos direitos denominados em moeda estrangeira, como instrumentos patrimoniais ou passivos financeiros.

Em vigor para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015:

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da empresa e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria empresa é registrada em outros resultados

abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. A Sociedade está avaliando o impacto total do IFRS 9.

Em decorrência do compromisso do CPC de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações e modificações feitas pelo IASB, é esperado que essas alterações e modificações sejam editadas pelo CPC até a data de sua aplicação obrigatória.

Até o momento, os seguintes pronunciamentos já foram editados pelo CPC:

CPC 19 (R2)	Negócios em Conjunto (equivalente à IFRS 11)
CPC 33 (R1)	Benefícios a Empregados (equivalente a IAS 19 revisada)
CPC 36 (R3)	Demonstrações Consolidadas (equivalente à IFRS 10)
CPC 45	Divulgação de Participações em Outras Empresas (equivalente à IFRS 12)
CPC 46	Mensuração do Valor Justo (equivalente à IFRS 13)

A Administração da Sociedade avaliou essas novas normas e interpretações e não espera efeitos significativos sobre os valores reportados.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Sociedade.

## 6. QUALIDADE DO CREDITO DOS ATIVOS FINANCEIROS

A qualidade do crédito dos ativos financeiros pode ser avaliada mediante referencia às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	Controladora (BR GAAP)			
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
Contas a receber de clientes				
Contrapartes sem classificação externa de crédito	<u>1.405</u>	<u>1.270</u>	<u>1.758</u>	<u>-</u>
	<u>1.405</u>	<u>1.270</u>	<u>1.758</u>	<u>-</u>
Conta corrente e depósitos bancários de curto prazo (i)				
AAA	<u>5</u>	<u>8</u>	<u>15</u>	<u>48</u>
	<u>5</u>	<u>8</u>	<u>15</u>	<u>48</u>
	Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
Contas a receber de clientes				
Contrapartes sem classificação externa de crédito	<u>78.015</u>	<u>77.528</u>	<u>63.714</u>	<u>49.130</u>
	<u>78.015</u>	<u>77.528</u>	<u>63.714</u>	<u>49.130</u>
Conta corrente e depósitos bancários de curto prazo (i)				
AAA	837	569	578	484
AA	-	5	10	20
	<u>837</u>	<u>574</u>	<u>588</u>	<u>504</u>

O saldo residual da rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” do balanço patrimonial é dinheiro em caixa.

	Controladora (BR GAAP)			
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
Aplicações financeiras (i)				
AAA	<u>116</u>	<u>2</u>	<u>5.866</u>	<u>4.206</u>
	<u>116</u>	<u>2</u>	<u>5.866</u>	<u>4.206</u>

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
Aplicações financeiras (i)				
AAA	<u>4.514</u>	<u>92</u>	<u>6.088</u>	<u>4.212</u>
	<u>4.514</u>	<u>92</u>	<u>6.088</u>	<u>4.212</u>

(i) “Rating” atribuído pela agência de classificação de risco Fitch Ratings.

## 7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora (BR GAAP)			
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
Caixa e bancos	7	9	17	49
Aplicações financeiras	<u>116</u>	<u>2</u>	<u>5.866</u>	<u>4.206</u>
Total	<u>123</u>	<u>11</u>	<u>5.883</u>	<u>4.255</u>

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
Caixa e bancos	956	724	647	594
Aplicações financeiras	<u>4.514</u>	<u>92</u>	<u>6.088</u>	<u>4.212</u>
Total	<u>5.470</u>	<u>816</u>	<u>6.735</u>	<u>4.806</u>

As aplicações financeiras são classificadas como empréstimos e recebíveis. São representadas por Certificados de Depósito Bancário, os quais possuem liquidez imediata e rentabilidade aproximada de 100% a 102,80% (100% para 2010). Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Sociedade não possuía aplicação financeira e possuía apenas contas correntes remuneradas por 20% da variação do Certificado de Depósito Interbancário.

## 8. CONTAS A RECEBER

	Controladora (BR GAAP)			
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
Aluguéis, serviços e outros	<u>1.405</u>	<u>1.270</u>	<u>1.758</u>	-
Total	<u>1.405</u>	<u>1.270</u>	<u>1.758</u>	-

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
Mensalidades a receber (a)	51.978	50.893	46.608	35.809
Benefícios reembolsáveis - FUNDER (b)	4.336	5.493	6.995	7.873
Títulos em cobrança (c)	4.495	10.003	3.116	2.272
Aluguéis, serviços e outros	1.849	1.866	2.935	2.793
Fies - Financiamento Estudantil (d)	<u>15.357</u>	<u>9.273</u>	<u>4.060</u>	<u>383</u>
Total	<u>78.015</u>	<u>77.528</u>	<u>63.714</u>	<u>49.130</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (e)	(30.239)	(32.680)	(21.915)	(18.260)
Total contas a receber	<u>47.776</u>	<u>44.848</u>	<u>41.799</u>	<u>30.870</u>
(-) Ativo circulante	(45.850)	(43.056)	(38.639)	(27.077)
Ativo não circulante	1.926	1.792	3.160	3.793

(a) Referem-se a mensalidades emitidas, porém ainda não recebidas, e a acordos firmados com estudantes com referência a mensalidades vencidas, acrescidas de multa de 2% e 2,5% de juros mensais e atualização monetária, além de cobranças judiciais.

(b) O Fundo de Estudos Reembolsáveis - FUNDER é um sistema de crédito educativo próprio da controlada UNA Gestão Patrimonial S.A. que busca viabilizar a formação acadêmica do aluno impossibilitado de custear integralmente seu curso superior, opções estas disponíveis para graduação bacharelado, licenciatura e tecnológico. Tal programa possibilita acesso à educação superior de qualidade ao aluno com recursos financeiros limitados. Este programa não é mais oferecido para novos ingressantes desde 2007.

O financiamento era realizado sobre o percentual de dez a quarenta por cento do valor da mensalidade com a condição, como garantia, de dois avalistas possuidores de imóvel, com renda mensal equivalente ao dobro da mensalidade.

A receita relativa à mensalidade integral foi reconhecida no momento da prestação do serviço, sendo que o percentual não financiado foi registrado como mensalidades a receber e a diferença financiada contabilizada como benefícios reembolsáveis - FUNDER. A realização deste saldo está ocorrendo após a conclusão do curso, sendo o saldo devedor remunerado à taxa de juros acordada em contrato, acrescido de correção monetária pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. A classificação em circulante e não circulante reflete a expectativa destes recebimentos nas datas dos balanços.

(c) Referem-se a mensalidades renegociadas, acrescidas de multa de 2% e 2,5% de juros e atualização monetária mensais, registrados pelo regime de competência. Tais renegociações ocorrem, principalmente, por meio de cheques pré-datados e cartões de crédito. Nesta conta, figuram também cheques devolvidos que são enviados para empresa de cobrança terceirizada.

(d) Refere-se a mensalidades financiadas pelo programa governamental FIES (Fundo de Financiamento Estudantil) e ainda não recebidas. O FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação repassa estes valores através de créditos que são utilizadas para compensação de impostos e contribuições federais, podendo ainda estes créditos serem recomprados pelo fundo.

- (e) A Sociedade mensalmente constitui a provisão para créditos de liquidação duvidosa através de uma análise do saldo dos clientes e as respectivas aberturas por faixas de atraso, sendo considerado o histórico de inadimplência e as negociações em andamento. Nessa metodologia, a cada faixa de atraso é atribuído um percentual de probabilidade de perda que é recorrentemente provisionada. A probabilidade de perda aumenta quando o tempo de atraso do pagamento atingir uma faixa superior aos limites estipulados pelo Grupo.

As controladas MGE, IMEC, Unimonte e UNA, mensalmente, fazem constituição ou reversão da provisão de créditos de liquidação duvidosa conforme análises econômicas dos recebíveis fundamentado no histórico de perdas em cada carteira de clientes e nas tendências das curvas de recuperação desses recebíveis com as respectivas aberturas por faixas de atraso ocorridas nos anos anteriores e previstas de ocorrer no futuro, levando em consideração um cenário provável. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração, em face de eventuais perdas na realização das mensalidades e financiamentos a receber.

Em 2012 a Sociedade revisitou o estudo histórico de constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa e estabeleceu nova política e novos percentuais estimados de perdas por faixa de vencimento. Os ajustes da estimativa foram registrados no exercício de 2012 e as faixas e percentuais vigentes passaram a ser como segue:

A vencer	16%
Vencidos até 180 dias	39%
Vencidos de 181 a 360 dias	68%
Vencidos de 361 a 540 dias	81%
Vencidos de 541 a 720 dias	83%
Vencidos há mais de 721 dias	100%

Além de seguir as regras acima estabelecidas, as controladas MGE, IMEC e Unimonte, adotam como política contábil a baixa dos títulos vencidos acima de dois anos, ainda em aberto nos registros contábeis, embora estas controladas continuem com esforços para seu recebimento.

A controlada UNA manteve como política contábil a baixa dos títulos vencidos acima de cinco anos, a mesma política adotada em 2011, 2010 e 1º de janeiro de 2010, tendo em vista que sua principal carteira refere-se a benefícios reembolsáveis - FUNDER, a qual possui garantias de fiadores, que são acionados judicialmente em caso de inadimplência, o que demanda mais tempo até o recebimento total.

A Sociedade constitui ainda provisão para créditos de liquidação duvidosa para os valores gerados no âmbito do FIES de acordo com as estimativas de perda associadas aos alunos contemplados pelo Programa. A Sociedade é responsável por uma parcela de uma eventual inadimplência do aluno para com o FNDE de acordo com a modalidade de contrato celebrado. Para os contratos com fiador, a Sociedade é responsável por 20% de uma eventual inadimplência do aluno. Para os contratos garantidos pelo Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativa - FGEDUC, a Sociedade é responsável por 7% da inadimplência para os contratos assinados até de 3 de abril de 2012 e de 5,63% para os contratos assinados após esta data.

O saldo de contas a receber está integralmente composto por recebíveis no mercado nacional e o seu valor de realização não se difere significativamente do valor justo desses ativos.

O saldo referente a partes relacionadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 é de R\$1.255 na controladora, referente a reembolso de custos compartilhados (R\$1.227 em 31 de dezembro de 2011 e R\$1.539 em 31 de dezembro de 2010).

O saldo de contas a receber por data de vencimento nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010 está distribuído conforme segue:

		Controladora (BR GAAP)			
		31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
		Saldo líquido do contas a receber	Saldo líquido do contas a receber	Saldo líquido do contas a receber	Saldo líquido do contas a receber
A vencer		1.340	1.226	1.720	-
Vencidos:					
Até 180 dias		12	13	21	-
De 181 a 360 dias		12	31	17	-
Há mais de 360 dias		41	-	-	-
Total		<u>1.405</u>	<u>1.270</u>	<u>1.758</u>	<u>-</u>

  

		Consolidado (IFRS e BR GAAP)							
		31/12/2012				31/12/2011			
		Saldo do contas a receber	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	Saldo líquido do contas a receber	%	Saldo do contas a receber	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	Saldo líquido do contas a receber	%
A vencer		28.664	(4.514)	24.150	50,55%	16.960	(2.362)	14.598	32,55%
Vencidos:									
Até 180 dias		21.399	(4.947)	16.452	34,44%	30.786	(7.583)	23.203	51,74%
De 181 a 360 dias		9.645	(5.828)	3.817	7,99%	12.141	(7.982)	4.159	9,27%
De 361 a 540 dias		8.618	(6.966)	1.652	3,46%	8.756	(7.281)	1.475	3,29%
De 541 a 720 dias		8.156	(6.742)	1.414	2,96%	6.677	(5.464)	1.213	2,70%
Há mais de 721 dias		<u>1.533</u>	<u>(1.242)</u>	<u>291</u>	<u>0,61%</u>	<u>2.208</u>	<u>(2.008)</u>	<u>200</u>	<u>0,45%</u>
Total		<u>78.015</u>	<u>(30.239)</u>	<u>47.776</u>	<u>100%</u>	<u>77.528</u>	<u>(32.680)</u>	<u>44.848</u>	<u>100%</u>

  

		Consolidado (IFRS e BR GAAP)							
		31/12/2010				01/01/2010			
		Saldo do contas a receber	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	Saldo líquido do contas a receber	%	Saldo do contas a receber	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	Saldo líquido do contas a receber	%
A vencer		19.116	(1.664)	17.452	41,75%	9.095	(883)	8.212	26,60%
Vencidos:									
Até 180 dias		20.043	(4.029)	16.014	38,31%	18.656	(3.440)	15.216	49,29%
De 181 a 360 dias		8.884	(4.973)	3.911	9,36%	7.353	(4.087)	3.266	10,58%
De 361 a 540 dias		8.383	(6.284)	2.099	5,02%	6.124	(4.661)	1.463	4,74%
De 541 a 720 dias		5.539	(4.127)	1.412	3,38%	5.956	(4.507)	1.449	4,69%
Há mais de 721 dias		<u>1.749</u>	<u>(838)</u>	<u>911</u>	<u>2,18%</u>	<u>1.946</u>	<u>(682)</u>	<u>1.264</u>	<u>4,09%</u>
Total		<u>63.714</u>	<u>(21.915)</u>	<u>41.799</u>	<u>100%</u>	<u>49.130</u>	<u>(18.260)</u>	<u>30.870</u>	<u>100%</u>



A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa no exercício é como segue:

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010
Saldo no início do exercício	32.680	21.915	18.260
Adição:			
PCLD do exercício (a)	17.086	18.344	8.624
Títulos baixados no exercício (b)	<u>(19.527)</u>	<u>(7.579)</u>	<u>(4.969)</u>
Saldo final	<u>30.239</u>	<u>32.680</u>	<u>21.915</u>

(a) Refere-se a adições à provisão para créditos de liquidação duvidosa no exercício;

(b) Refere-se a títulos baixados no exercício, com vencimento superior há dois anos.

## 9. ADIANTAMENTOS DIVERSOS

	Controladora (BR GAAP)			
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
Fornecedores	83	51	48	7
Funcionários - férias e outros	<u>129</u>	<u>28</u>	<u>20</u>	<u>8</u>
Total	<u>212</u>	<u>79</u>	<u>68</u>	<u>15</u>

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
Fornecedores	220	1.112	778	605
Funcionários - férias e outros	6.279	5.188	4.086	2.075
Devolução de mensalidades antecipadas	-	-	145	12
Outros	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>87</u>	<u>40</u>
Total	<u>6.499</u>	<u>6.300</u>	<u>5.096</u>	<u>2.732</u>
Circulante	(6.499)	(6.300)	(4.941)	(2.732)
Não circulante	-	-	155	-

## 10. CRÉDITOS E DÉBITOS COM PARTES RELACIONADAS

Em conformidade com o disposto pela Deliberação CVM nº 642/10, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 05(R1) (correspondente ao IAS 24), a Sociedade demonstra abaixo as transações com controladas diretas e indiretas e profissionais chave da administração (vide nota explicativa nº 32).

O saldo de valores a receber e a pagar decorrem dos repasses de recursos entre o Grupo, que serviram, basicamente, para suprir necessidades de caixa ou pagamentos de despesas.

	Controladora (BR GAAP)			
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
Créditos (ativos):				
MGE (a)	-	982	9.198	-
Unimonte (b)	-	1.550	4.677	-
RNE (a)	-	205	-	-
Virtual Case Brasil Com. Consultoria S.A. ("Virtual Case").	78	74	17	7
Sócios e diretores	-	237	142	-
Outros	<u>55</u>	<u>12</u>	<u>-</u>	<u>57</u>
Total	<u>133</u>	<u>3.060</u>	<u>14.034</u>	<u>64</u>
Débitos (passivos):				
IMEC (c)	44.768	62.017	44.715	11.664
Sócios e diretores (d)	-	-	13.086	12.871
Outros	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>15</u>
Total	<u>44.768</u>	<u>62.017</u>	<u>57.801</u>	<u>24.550</u>
	Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
Créditos (ativos):				
Virtual Case Brasil Com. Consultoria S.A. ("Virtual Case").	78	74	17	7
Sócios e diretores	-	237	142	-
Outros	<u>55</u>	<u>28</u>	<u>15</u>	<u>113</u>
Total	<u>133</u>	<u>339</u>	<u>174</u>	<u>120</u>
Débitos (passivos):				
Sócios e diretores (d)	2.794	1.309	13.086	13.036
Outros	<u>-</u>	<u>9</u>	<u>10</u>	<u>-</u>
Total	<u>2.794</u>	<u>1.318</u>	<u>13.096</u>	<u>13.036</u>

No decorrer de suas operações, direitos e obrigações foram contraídos entre a Sociedade e suas partes relacionadas, oriundas de transações de mútuo.

- (a) Refere-se a empréstimos feitos às controladas MGE e RNE, que deverão ser recebidos conforme a disponibilidade de caixa das partes relacionadas, corrigidos a taxa de 1% a.m. e correção monetária pela variação do INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor.
- (b) Refere-se a empréstimos feitos para a controlada Unimonte, que deverão ser recebidos conforme a disponibilidade de caixa da controlada. Em 26 de dezembro de 2011, a Unimonte alienou seu imóvel situado à Avenida Galeão Coutinho - São Vicente, onde está instalado o Jockey Club, com área compreendida de 32.000 m<sup>2</sup>, para a controlada RNE, pelo valor de R\$16.000. O valor foi determinado através de valores justos estimados por especialistas independentes, e foi liquidado através da compensação de créditos de mútuo que a GAEC possuía junto à Unimonte e que foram cedidos para a RNE. Em seguida, a Sociedade utilizou esse crédito na RNE para fazer adiantamento para futuro aumento de capital nessa empresa.
- (c) Refere-se a empréstimos recebidos da controlada IMEC, os quais foram utilizados para pagamentos à antiga mantenedora do Centro Universitário de Belo Horizonte - Uni-BH para aquisição do mesmo, realizada pela Sociedade, e cujo pagamento da última parcela ocorreu em 03 de fevereiro de 2012. Conforme mencionado na nota explicativa nº 23 (a), não há incidência de juros nesta operação e nem prazo de vencimento. Em setembro de 2012, a controlada IMEC distribuiu lucros e liquidou, através da compensação destes

créditos decorrentes de contratos de mútuo, a totalidade do lucro obtido no exercício findo em 31 de dezembro de 2011. Foi levantado um balanço intermediário do período findo em 30 de junho de 2012, para distribuição intermediária de lucros do exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

- (d) Refere-se a empréstimos recebidos pelos sócios e diretores da Sociedade sem incidência de juros e prazo de vencimento. Em 29 de setembro de 2011, os acionistas integralizaram capital no valor de R\$6.249 e o montante de R\$6.837 foi pago aos credores. Veja maiores detalhes na nota explicativa nº 25.

## 11. IMÓVEIS PARA VENDA

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2012	31/12/2011
Terrenos	9.809	9.809
Edificações	<u>1.876</u>	<u>1.876</u>
Total	<u>11.685</u>	<u>11.685</u>

Os imóveis destinados à venda referem-se ao imóvel situado à Avenida Galeão Coutinho - São Vicente, onde está instalado o Jockey Club, com área compreendida de 32.000 m², a controlada RNE está empenhada na alienação deste imóvel para o qual foram recebidas propostas consistentes para sua alienação.

## 12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

### DIFERIDOS

Ativo - A Sociedade e suas controladas possuem créditos fiscais de IRPJ sobre prejuízos fiscais e CSLL sobre base negativa, não sujeitos a prazo prescricional, para os quais não foram constituídos impostos diferidos ativos, conforme demonstrado abaixo as bases de cálculo:

	Controladora (BR GAAP)			
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
Prejuízos fiscais e bases negativas				
Imposto de renda	13.424	5.545	2.652	-
Contribuição social	<u>4.835</u>	<u>1.997</u>	<u>955</u>	-
Total	<u>18.259</u>	<u>7.542</u>	<u>3.607</u>	-

  

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
Prejuízos fiscais e bases negativas				
Imposto de renda	58.444	38.265	21.149	7.443
Contribuição social	<u>21.047</u>	<u>13.780</u>	<u>7.617</u>	<u>2.680</u>
Total	<u>79.491</u>	<u>52.045</u>	<u>28.766</u>	<u>10.123</u>

O cálculo do imposto de renda e a contribuição social é feito com base na legislação vigente, considerando as adições e exclusões legais previstas. Adicionalmente, as controladas MGE, IMEC e Unimonte calculam o imposto de renda e a contribuição social considerando ainda os critérios estabelecidos pela Instrução Normativa da Receita Federal nº 456, especialmente ao Programa Universidade para Todos - PROUNI e, ainda, considerando o lucro da exploração

sobre as atividades isentas, representadas pela prestação de serviços de graduação, que compõe a maior parte das operações das controladas.

Sobre as receitas não isentas, o imposto de renda e a contribuição social são calculados utilizando a taxa nominal de 25% e 9%, respectivamente, sobre lucros tributáveis ajustados de acordo com legislação específica. Essas atividades são a prestação de serviços de pós-graduação e mestrado, cursos livres e locação de espaço em horários ociosos das operações de educação. Até no período findo em 31 de março de 2013, essas atividades não geraram lucro tributável. Entretanto, a Administração da Sociedade tem expectativa de que as atividades não isentas comecem a auferir lucro tributável a partir do exercício de 2013, na controlada MGE. Nas controladas Unimonte e IMEC, até o momento, a Administração não tem expectativa de lucro tributável nas atividades não isentas para os próximos exercícios.

Passivo - Referem-se a impostos e contribuições relativos à diferença entre o valor contábil reavaliado dos imóveis reavaliados em 2007 e da apropriação de mais valia do ativo em combinação de negócio realizada em 2009, e sua correspondente base fiscal pelo valor original, o que se constitui uma diferença temporária e dá origem a uma obrigação fiscal diferida a ser realizada proporcionalmente à realização dos respectivos bens. Em ambos os casos, os valores foram registrados nas controladas UNA, Unimonte e RNE, detentoras dos ativos reavaliados e apropriados pela mais valia dos ativos em combinação de negócios. O saldo está distribuído conforme abaixo:

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)						
	Movimentação		31/12/2010	Movimentação		Movimentação	
	01/01/2010	Resultado		Resultado	31/12/2011	Resultado	31/12/2012
Passivo não circulante							
Imposto de renda	14.041	(324)	13.717	(227)	13.490	(107)	13.383
Contribuição social	<u>5.055</u>	<u>(117)</u>	<u>4.938</u>	<u>(81)</u>	<u>4.857</u>	<u>(39)</u>	<u>4.818</u>
Total	<u>19.096</u>	<u>(441)</u>	<u>18.655</u>	<u>(308)</u>	<u>18.347</u>	<u>(146)</u>	<u>18.201</u>

### CONCILIAÇÃO DA TAXA EFETIVA

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas nominal e efetiva está demonstrada a seguir:

	Controladora (BR GAAP)		
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010
Lucro ou prejuízo antes de IR e CS	23.503	(22.617)	(16.310)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%
IR e CS	<u>(7.991)</u>	<u>7.690</u>	<u>5.545</u>
Ajustes ao resultado:			
Efeitos no resultado por adição (exclusão) que não geram créditos fiscais			
Equivalência patrimonial	10.962	(4.920)	(2.728)
Outros permanentes	(24)	(4)	150
Créditos tributários não constituídos	(2.947)	(2.766)	(2.967)
Imposto de renda e contribuição social calculado	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>
IR e CS no resultado do exercício	<u><u>—</u></u>	<u><u>—</u></u>	<u><u>—</u></u>

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010
Lucro ou prejuízo antes de IR e CS	23.357	(32.859)	(20.089)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%
IR e CS	<u>(7.941)</u>	<u>11.172</u>	<u>6.830</u>
Ajustes ao resultado:			
Efeitos no resultado por adição (exclusão) que não geram créditos fiscais			
Incentivo fiscal em controlada sujeita ao benefício			
Pro Uni (a)	13.088	7.773	1.548
Créditos tributários não constituídos	(4.898)	(18.285)	(8.723)
Outras adições e exclusões	<u>(103)</u>	<u>285</u>	<u>786</u>
Imposto de renda e contribuição social calculado	<u>146</u>	<u>945</u>	<u>441</u>
IR e CS diferidos no resultado do exercício	<u>146</u>	<u>945</u>	<u>441</u>
Alíquota efetiva de IR e CS	1%	-3%	-2%

(a) Conforme descrito acima, estes valores correspondem à isenção do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido em virtude das controladas MGE, IMEC e Unimonte terem aderido ao ProUni. Veja maiores detalhes na nota explicativa nº 26.

### 13. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	Controladora (BR GAAP)			
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
IRRF	802	641	327	7
PIS/COFINS/CSLL	386	721	210	-
ISS	88	94	-	-
Outros	<u>5</u>	<u>6</u>	<u>9</u>	<u>-</u>
Total	<u>1.281</u>	<u>1.462</u>	<u>546</u>	<u>7</u>

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
IRRF	1.280	742	409	62
PIS/COFINS/CSLL	889	1.190	693	73
Antecipação de IRPJ (a)	1.541	1.422	1.431	1.304
Antecipação de CSLL (a)	190	184	187	160
ISS	414	288	-	-
IPTU	91	90	-	-
Outros	<u>344</u>	<u>345</u>	<u>308</u>	<u>144</u>
Total	<u>4.749</u>	<u>4.261</u>	<u>3.028</u>	<u>1.743</u>

(a) A controlada UNA possui valores a compensar relativos as antecipações de imposto de renda e contribuição social dos exercícios de 2000 e 2001 recolhidos indevidamente. Estes valores foram incluídos no parcelamento do REFIS IV (Programa de Recuperação Fiscal, instituído pela Lei nº 11.941/09) e serão compensados com outros tributos assim que o parcelamento for quitado. A atualização está sendo realizada pela taxa de juros SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia).

14. INVESTIMENTOS

Os investimentos nas sociedades controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora (BR GAAP)			Controladora (BR GAAP)		
	31/12/2012			31/12/2011		
	Investimento	Equivalência Patrimonial	Participação	Investimento	Equivalência Patrimonial	Participação
Ativo:						
IMEC	11.091	21.347	100%	3.334	1.840	100%
MGE	48.130	25.732	100%	20.157	774	62,75%
RNE	8.810	(1.724)	100%	11.784	(1.308)	77,14%
VC Network	61	(146)	100%	-	-	
Valor justo alocado	24.380	-		25.169	-	
Ágio ( <i>goodwill</i> )	29.825	-		29.825	-	
Subtotal	122.297	45.209		90.269	1.306	
Outros investimentos	7	-		89	-	
	122.304	45.209		90.358	1.306	
Passivo:						
Unimonte	(40.736)	(12.968)	100%	(27.464)	(15.960)	62,75%
VC Network	-	-	100%	(1.847)	183	62,75%
	(40.736)	(12.968)		(29.311)	(15.777)	
	81.568	32.241		61.047	(14.471)	

	Controladora (BR GAAP)			Controladora (BR GAAP)	
	31/12/2010			01/01/2010	
	Investimento	Equivalência Patrimonial	Participação	Investimento	Participação
Ativo:					
IMEC	2.068	(2.379)	100%	4.447	100%
MGE	19.383	2.915	62,75%	16.468	62,75%
Valor justo alocado	26.748	-		27.574	
Ágio ( <i>goodwill</i> )	29.825	-		29.825	
Subtotal	78.024	536		78.314	
Outros investimentos	91	-		83	
	78.115	536		78.397	
Passivo:					
Unimonte	(11.504)	(6.987)	62,75%	(4.517)	62,75%
VC Network	(2.030)	(193)	62,75%	(1.837)	62,75%
RNE	(3.923)	(1.380)	62,75%	(2.543)	62,75%
	(17.457)	(8.560)		(8.897)	
	60.658	(8.024)		69.500	

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
Condomínio Lagoa dos Ingleses	48	48	45	44
Hoper Educação	10	10	10	-
Virtual Case Brasil Com. e Consult. S/A	42	80	-	84
Ânima Participações Ltda.	2	-	-	-
Total	102	138	55	128

Referem-se a investimentos nos quais a Sociedade não possui influência significativa sobre os mesmos e, portanto não há controle. Estes investimentos são registrados e mantidos ao custo.

	Quantidade de ações possuídas			
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
Controladas diretas:				
IMEC	5.768.479	5.768.479	5.768.476	5.768.476
MGE	8.355.730	1.305.658	1.305.658	1.305.658
VC Network	4.023.145	547.895	547.895	547.895
Unimonte	17.342.376	842.341	842.341	842.340
RNE	22.426.305	4.957.040	2.475.071	2.475.071
Controladas indiretas:				
UNA	31.380	7.799	7.799	7.799
CEL-MG	-	-	400	400

	Quantidade de ações totais			
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
Controladas diretas:				
IMEC	5.768.479	5.768.479	5.768.479	5.768.479
MGE	8.355.730	2.080.730	2.080.730	2.080.730
VC Network	4.023.145	873.145	873.145	873.145
Unimonte	17.342.376	1.342.376	1.342.376	1.342.376
RNE	22.426.305	6.426.305	3.944.336	3.944.336
Controladas indiretas:				
UNA	31.380	7.800	7.800	7.800
CEL-MG	-	-	500	500

As principais informações das demonstrações financeiras das controladas estão demonstradas a seguir:

	31/12/2012				
	IMEC	MGE	VC Network	Unimonte	RNE
Balanço patrimonial					
Ativo circulante	20.082	33.384	69	5.806	206
Ativo não circulante	54.066	73.186	-	37.702	27.711
Passivo circulante	18.979	23.157	8	5.440	3.019
Passivo não circulante	44.078	35.283	-	71.144	16.317
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	11.091	48.130	61	(33.076)	8.581
Resultado					
Receita líquida	123.802	170.311	-	29.554	1.995
Custo de serviços prestados	(70.064)	(99.800)	-	(20.565)	-
Despesas operacionais	(34.009)	(41.849)	(145)	(18.935)	(1.119)
Resultado financeiro	1.618	(2.930)	(1)	(3.040)	(2.607)
IR/CS diferido	-	-	-	18	7
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	<u>21.347</u>	<u>25.732</u>	<u>(146)</u>	<u>(12.968)</u>	<u>(1.724)</u>



	31/12/2011				
	IMEC	MGE	VC Network	Unimonte	RNE
Balanço patrimonial					
Ativo circulante	16.965	24.521	1	7.677	15.942
Ativo não circulante	68.885	67.888	-	31.946	13.098
Passivo circulante	28.847	47.679	92	15.441	3.483
Passivo não circulante	53.669	12.607	2.852	60.290	15.252
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	3.334	32.123	(2.943)	(36.108)	10.305
Resultado					
Receita líquida	96.259	129.424	-	27.368	1.494
Custo de serviços prestados	(64.750)	(82.084)	-	(29.491)	-
(Despesas) receitas operacionais	(24.808)	(47.874)	292	(6.556)	(566)
Resultado financeiro	(4.831)	(534)		(12.632)	(2.860)
IR/CS diferido	<u>(30)</u>	<u>2.301</u>	<u>-</u>	<u>3.536</u>	<u>7</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	<u>1.840</u>	<u>1.233</u>	<u>292</u>	<u>(17.775)</u>	<u>(1.925)</u>

	31/12/2010				
	IMEC	MGE	VC Network	Unimonte	RNE
Balanço patrimonial					
Ativo circulante	14.067	21.268	-	7.103	176
Ativo não circulante	50.446	61.986	-	41.979	12.298
Passivo circulante	21.428	32.385	63	16.008	3.962
Passivo não circulante	41.017	19.979	3.172	51.407	14.764
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	2.068	30.890	(3.235)	(18.333)	(6.252)
Resultado					
Receita líquida	78.757	104.261	-	30.891	1.429
Custo de serviços prestados	(60.620)	(69.415)	-	(24.730)	-
Despesas operacionais	(20.079)	(31.292)	(307)	(13.297)	(344)
Resultado financeiro	(467)	1.478	-	(4.071)	(3.291)
IR/CS diferido	<u>30</u>	<u>(386)</u>	<u>-</u>	<u>72</u>	<u>7</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	<u>(2.379)</u>	<u>4.646</u>	<u>(307)</u>	<u>(11.135)</u>	<u>(2.199)</u>

	01/01/2010				
	IMEC	MGE	VC Network	Unimonte	RNE
Balanço patrimonial					
Ativo circulante	7.840	16.897	1	6.537	165
Ativo não circulante	17.955	77.095	-	31.243	12.552
Passivo circulante	11.877	32.991	6	16.720	2.441
Passivo não circulante	9.471	34.757	2.923	28.258	14.329
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	4.447	26.244	(2.928)	(7.198)	(4.053)

Segue abaixo a reconciliação do patrimônio líquido (passivo a descoberto) das controladas e o investimento na controladora:

	IMEC	MGE	VC Network	Unimonte	RNE
Patrimônio líquido em 01 de janeiro de 2010	<u>4.447</u>	<u>26.244</u>	<u>(2.928)</u>	<u>(7.198)</u>	<u>(4.053)</u>
Total	4.447	26.244	(2.928)	(7.198)	(4.053)
% de participação	100%	62,75%	62,75%	62,75%	62,75%
Investimento na controladora em 01 de janeiro de 2010	<u>4.447</u>	<u>16.468</u>	<u>(1.837)</u>	<u>(4.517)</u>	<u>(2.543)</u>

	IMEC	MGE	VC Network	Unimonte	RNE
Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2010	<u>2.068</u>	<u>30.890</u>	<u>(3.235)</u>	<u>(18.333)</u>	<u>(6.252)</u>
Total	2.068	30.890	(3.235)	(18.333)	(6.252)
% de participação	100%	62,75%	62,75%	62,75%	62,75%
Investimento na controladora em 31 de dezembro de 2010	<u>2.068</u>	<u>19.383</u>	<u>(2.030)</u>	<u>(11.504)</u>	<u>(3.923)</u>
	IMEC	MGE	VC Network	Unimonte	RNE
Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2011	3.334	32.123	(2.943)	(36.108)	10.305
Resultado não realizado (a)	-	-	-	(7.660)	229
AFAC da GAEC	-	-	-	-	<u>(16.000)</u>
Total	3.334	32.123	(2.943)	(43.768)	(5.466)
% de participação	100%	62,75%	62,75%	62,75%	77,14%
AFAC da GAEC	-	-	-	-	<u>16.000</u>
Investimento na controladora em 31 de dezembro de 2011	<u>3.334</u>	<u>20.157</u>	<u>(1.847)</u>	<u>(27.464)</u>	<u>11.784</u>
	IMEC	MGE	VC Network	Unimonte	RNE
Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2012	11.091	48.130	61	(33.076)	8.581
Resultado não realizado (a)	-	-	-	(7.660)	229
Total	11.091	48.130	61	(40.736)	8.810
% de participação	100%	100%	100%	100%	100%
Investimento na controladora em 31 de dezembro de 2012	<u>11.091</u>	<u>48.130</u>	<u>61</u>	<u>(40.736)</u>	<u>8.810</u>

- (a) O principal ajuste refere-se à venda de imóvel da Unimonte para a RNE pelo valor da avaliação patrimonial baseada em laudo técnico e que diferiu do valor histórico contábil. O imóvel permanece na RNE como disponível para venda conforme descrito na nota explicativa nº 11.

Em 20 de dezembro de 2012, a Sociedade celebrou Instrumento de Transação e Outras Avenças com os acionistas minoritários das controladas MGE, Unimonte, RNE e VC Network através do qual:

- Adquiriu a totalidade das ações das controladas que pertenciam a acionistas minoritários pelo valor global de R\$52.696. O montante de R\$4.745 refere-se ao valor contábil negativo dos investimentos adquiridos e o montante de R\$57.441 refere-se ao ágio em transações de capital.
- Encerrou os litígios contra os acionistas minoritários, colocando fim ao conflito societário que deu origem às arbitragens, ações judiciais e execuções, e para prevenir novos litígios, foram estabelecidas multas de R\$10.000 por cada infração constatada aos antigos acionistas em caso de litígios futuros causados por estes;

- Também neste instrumento a controlada RNE adquiriu a totalidade das ações pertencentes ao Manoel Ignácio Barbosa Neto e Renato Ribeiro do Valle - acionistas da LMR - nas sociedades Virtual Case Brasil Comunicação e Consultoria S.A e Anima Participações Ltda., passando a ser sócia minoritária em tais empresas, cujos majoritários são pessoas físicas.
- Recebeu dos acionistas minoritários das controladas adquiridas declaração de esclarecimento sobre todas as dúvidas que tinham quanto à administração das controladas.

A movimentação dos investimentos em controladas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012, de 2011 e de 2010, é apresentada como segue:

	Controladora (BR GAAP)								
	IMEC	MGE	VC Network	Unimonte	RNE	Outros	Valor justo alocado	Ágio	Total
Saldo inicial em 01 de janeiro de 2010	<u>4.447</u>	<u>16.468</u>	<u>(1.837)</u>	<u>(4.517)</u>	<u>(2.543)</u>	<u>83</u>	<u>27.574</u>	<u>29.825</u>	<u>69.500</u>
Resultado de equivalência patrimonial	(2.379)	2.915	(193)	(6.987)	(1.380)	-	-	-	(8.024)
Aquisição de investimento	-	-	-	-	-	8	-	-	8
Amortização de valor justo alocado	-	-	-	-	-	-	<u>(826)</u>	-	<u>(826)</u>
Saldo final em 31 de dezembro de 2010	<u>2.068</u>	<u>19.383</u>	<u>(2.030)</u>	<u>(11.504)</u>	<u>(3.923)</u>	<u>91</u>	<u>26.748</u>	<u>29.825</u>	<u>60.658</u>
Aumento de capital	-	-	-	-	2.484	-	-	-	2.484
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	16.000	-	-	-	16.000
Resultado de equivalência patrimonial	1.840	774	183	(15.960)	(1.308)	-	-	-	(14.471)
Distribuição de dividendos	(574)	-	-	-	-	-	-	-	(574)
Perda de participação em controladas	-	-	-	-	(1.469)	(1)	-	-	(1.470)
Baixa em investimentos	-	-	-	-	-	(1)	-	-	<u>(1)</u>
Amortização de valor justo alocado	-	-	-	-	-	-	<u>(1.579)</u>	-	<u>(1.579)</u>
Saldo final em 31 de dezembro de 2011	<u>3.334</u>	<u>20.157</u>	<u>(1.847)</u>	<u>(27.464)</u>	<u>11.784</u>	<u>89</u>	<u>25.169</u>	<u>29.825</u>	<u>61.047</u>
Aumento de capital	-	6.275	3.150	16.000	-	-	-	-	25.425
Aquisição de participação	-	51.073	548	502	573	-	-	-	52.696
(Ágio) deságio em transações de capital	-	(39.107)	(1.644)	(16.806)	116	-	-	-	(57.441)
Resultado de equivalência patrimonial	21.347	25.732	(146)	(12.968)	(1.724)	-	-	-	32.241
Distribuição de dividendos	(1.722)	-	-	-	-	-	-	-	(1.722)
Dividendos intermediários de 2012	(11.868)	(16.000)	-	-	-	-	-	-	(27.868)
Perda de participação em controladas	-	-	-	-	(1.939)	-	-	-	(1.939)
Amortização de valor justo alocado	-	-	-	-	-	-	<u>(789)</u>	-	<u>(789)</u>
Baixa de investimentos	-	-	-	-	-	<u>(82)</u>	-	-	<u>(82)</u>
Saldo final em 31 de dezembro de 2012	<u>11.091</u>	<u>48.130</u>	<u>61</u>	<u>(40.736)</u>	<u>8.810</u>	<u>7</u>	<u>24.380</u>	<u>29.825</u>	<u>81.568</u>

Informações sobre as controladas diretas:

Minas Gerais Educação S.A. - É uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, que tem por objetivo a administração de instituições de terceiro e quarto graus, educação profissional, podendo dedicar-se, ainda, as atividades de treinamento, pesquisas, consultorias e assessorias a empresas públicas e privadas, realizar cursos de extensão, treinamento, cursos à distância, bem como atividades relacionadas à produção, promoção e divulgação cultural, podendo, inclusive, ser proponente de projetos culturais com base nas leis de incentivo à cultura.

A MGE foi constituída em 08 de maio de 2003, inicialmente como empresa limitada, tendo sido convertida em sociedade anônima de capital fechado em 31 de julho de 2009.

Em 22 de fevereiro de 2010, foi aprovado em AGE pela maioria dos acionistas aumento de capital da controlada MGE no montante de R\$10.000. Em decorrência de parte dos acionistas desta controlada não terem concordado com o aumento de capital, os efeitos da referida Assembleia foram suspensos por medida liminar e tiveram que ser definidos por procedimento arbitral, conforme previsto no estatuto da Entidade, perante o Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá.

Em 05 de novembro de 2012, após aprovação pela sentença Arbitral do Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá, houve subscrição de capital social da MGE no valor de R\$10.000, através da emissão de 610.875 ações, das quais foram integralizados pela Sociedade em 24 de dezembro de 2012 pelo valor de R\$6.275. As demais ações tinham o prazo até 28 de março de 2013 para serem efetivadas, porém como não foram exercidas até a data mencionada, foram devidamente canceladas.

Em 20 de dezembro de 2012, a Sociedade, adquiriu 775.072 ações da MGE, pelo montante de R\$51.073, sendo R\$38.073 pagos na data do fechamento mediante depósito bancário, R\$5.000 pagos em 20 de junho de 2013 através de depósito bancário, R\$5.000 com vencimento em 20 de dezembro de 2013 e R\$3.000 com vencimento em 20 de junho de 2014. Desta forma, a GAEC passou a deter a totalidade das ações da MGE totalmente integralizadas e livres de quaisquer ônus, gravames e restrições. O ágio apurado nesta transação de capital foi de R\$38.556, considerando o ajuste a valor presente dos títulos a pagar de longo prazo de R\$551. Por se tratar de operações de capital entre acionistas, esse valor foi registrado como Ágio em transações de capital, conta do patrimônio líquido da controladora.

Em 24 de dezembro de 2012, através da Assembleia Geral Ordinária, foi aprovada a distribuição de dividendos intermediários relativos ao primeiro semestre do exercício de 2012, na quantia de R\$16.000, que foi liquidado nessa mesma data com créditos a receber da controlada Unimonte.

Instituto Mineiro de Educação e Cultura - Uni-BH S.A. - É uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, constituída em 15 de maio de 2009, que tem por objeto criar e manter estabelecimento de ensino em nível fundamental, médio e superior, incluindo cursos livres, de graduação, pós-graduação, mestrado, doutorado, extensão universitária, especialização, cursos à distância, bem como a realização de pesquisa, seminários, palestras e eventos culturais visando atingir um elevado grau cultural e educacional em todo o seu território de atuação.

Em 03 de setembro de 2012, através de Assembleia Geral Ordinária, em cumprimento ao Estatuto Social, foi aprovada a distribuição de 100% dos dividendos referentes ao exercício de 2011, no montante de R\$2.295, sendo que deste valor R\$574 estão registrados em 2011 como dividendos obrigatórios.

Em 17 de setembro de 2012, através de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a distribuição de dividendos intermediários, relativos ao exercício ao primeiro semestre de 2012 na quantia de R\$11.868.

A quitação das distribuições de dividendos aprovadas acima se deu mediante a liquidação dos contratos de mútuo existentes entre a Sociedade e a controlada.

Instituto de Educação e Cultura Unimonte S.A. - É uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em Santos, estado de São Paulo, que tem como objeto social a administração de atividades de instituição de ensino de terceiros e quarto graus, educação profissional, podendo dedicar-se, ainda, as atividades de treinamento, pesquisa, consultoria e assessoria a empresas e empresas públicas e privadas, realizar cursos de extensão, treinamento, cursos à distância, bem como atividades relacionadas à produção, promoção e divulgação cultural, podendo, inclusive, ser proponente de projetos culturais com base nas leis de incentivo à cultura.

A Unimonte foi constituída através da conversão, em 20 de novembro de 2009, da Associação Educacional do Litoral Santista, associação civil, sem fins lucrativos, com finalidade educativa. Sua constituição original ocorreu em 10 de abril de 1971.

Em 20 de dezembro de 2012, a Sociedade, passou a deter 100% de participação no capital social da Unimonte adquirindo 500.035 de suas ações pelo montante de R\$502 pagos na data do acordo mediante transferência eletrônica disponível. O ágio apurado nesta transação de capital foi de R\$16.806. Por se tratar de operações de capital entre acionistas, esse valor foi registrado como Ágio em Transações de capital, conta do patrimônio líquido da controladora.

Em 28 de dezembro de 2012, através de Assembleia Geral Ordinária, foi aprovado aumento de capital na Unimonte, no valor de R\$16.000, através da emissão de 16.000.000 novas ações, sendo este valor integralizado na mesma data, através da capitalização dos créditos de contratos de mútuo junto à Unimonte que a Sociedade recebeu como dividendos da controlada MGE, conforme descrito acima.

VC Network Educação S.A. - É uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, que tem como objetivo a administração de atividades de instituições de terceiro e quarto graus, educação profissional, podendo dedicar-se, ainda, às atividades públicas e privadas, realizar cursos de extensão, treinamentos, cursos à distância bem como atividades relacionadas à produção, promoção e divulgação cultural, podendo, inclusive ser proponente de projetos culturais com base nas leis de incentivo à cultura e no momento não tem atividades, estando pronta para assumir nova operação que venha a ser adquirida pela Sociedade.

Em 20 de dezembro de 2012, a Sociedade, adquiriu 325.347 ações da VC Network, pelo montante de R\$548 pagos na data do acordo mediante transferência eletrônica disponível. A totalidade das ações encontra-se totalmente integralizada e livre de quaisquer ônus, gravames e restrições. O ágio apurado nesta transação de capital foi de R\$1.644. Por se tratar de operações de capital entre acionistas, esse valor foi registrado como Ágio em Transações de capital, conta do patrimônio líquido da controladora.

Em 24 de dezembro de 2012, através de Assembleia Geral Ordinária, foi aprovado aumento de capital em R\$3.150, mediante a emissão de 3.150.000 ações integralizadas na mesma data, utilizado para quitar todas as dívidas da controlada, principalmente junto à coligada MGE.

RNE Gestão Patrimonial S.A. - É uma sociedade anônima de capital fechado com fins lucrativos, com sede na cidade de Santos, estado de São Paulo, e tem como objetivo a administração de bens ou ativos que lhe pertençam. A maior parte de seus imóveis é alugada para a parte relacionada Unimonte.

Em 16 de setembro de 2011, através da Assembleia Geral Ordinária foi aprovado aumento de capital nesta controlada, em R\$3.955 com a emissão de 3.955.330 novas ações ordinárias. Em 11 de outubro de 2011 a Sociedade realizou aporte de capital nesta controlada no valor de R\$2.482, com a emissão de 2.481.969 ações. As ações não integralizadas foram canceladas.

Em 21 de dezembro de 2011, a Sociedade fez um adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) nesta controlada, no valor de R\$16.000.

Em 10 de agosto de 2012, em Assembleia Geral Ordinária Extraordinária, foi aprovado o aumento de capital no valor de R\$20.300, mediante a emissão de 20.300.000 ações ordinárias, sendo integralizados R\$16.000 através de capitalização do adiantamento (AFAC) realizado em 21 de dezembro de 2011. A acionista LMR Participação S.A, não subscreveu e não integralizou as novas ações não concordando com o aumento, sendo estas canceladas e, portanto ocorreu a diluição de participação dos acionistas minoritários no montante de R\$1.939.

Em 20 de dezembro de 2012, a Sociedade, passou a participar em 100% do capital desta controlada através da aquisição de 1.469.265 ações da RNE, pelo montante de R\$573 pagos na data do acordo mediante transferência eletrônica disponível. A totalidade das ações encontra-se totalmente integralizada e livre de quaisquer ônus, gravames e restrições. O deságio apurado nesta transação de capital foi de R\$116. Por se tratar de operações de capital entre acionistas, esse valor foi registrado como Deságio em Transações de capital, conta do patrimônio líquido da controladora.

Informações sobre as controladas indiretas:

UNA Gestão Patrimonial S.A. - Subsidiária integral da controlada pela MGE é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, tem como objetivo a administração de bens ou ativos que lhe pertençam. Como parte significativa dos imóveis da UNA são utilizados pela parte relacionada MGE nas atividades de educação, a totalidade do ativo é mantida como “Imobilizado”, na rubrica de mesmo nome, nas demonstrações financeiras consolidadas.

Em 05 de dezembro de 2012, através da Assembleia Geral Extraordinária, a MGE, através de seus acionistas, aprovou aumento de capital na UNA, no valor de R\$23.580, através da emissão de 23.580 novas ações ao preço de R\$1 cada, sendo que deste valor R\$17.780 foram integralizados através da capitalização dos créditos de contratos de mútuo que a MGE possuía junto a UNA, R\$1.075 integralizados em moeda corrente, e o restante, R\$4.525 serão integralizados em moeda corrente ao longo de vinte e quatro meses, de acordo com as necessidades financeiras da UNA.



Cel-MG Ensino Ltda. - É uma sociedade limitada, com sede na cidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, e tem como objetivo o ensino de idiomas, podendo também ter participação no capital de outras sociedades, independentemente do ramo de atuação e da finalidade social respectiva, manter estabelecimentos de ensino de terceiro e quarto graus, podendo dedicar-se, ainda, a atividades de treinamentos, pesquisas, consultorias e assessorias a empresas e empresas públicas e privadas, além de prestação de serviços de: 1) cursos de extensão; 2) atividades relacionadas à produção, promoção e divulgação cultural, podendo, inclusive, ser proponente de projetos culturais com base nas leis de incentivo à cultura; 3) comercialização de livros.

Em outubro de 2011, a Cel-MG Ltda., foi alienada gerando um ganho de R\$451.

## 15. IMOBILIZADO

	Taxas anuais de depreciação (%)	Controladora (BR GAAP)					
		31/12/2012			31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
		Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Imobilizado Líquido	Imobilizado Líquido	Imobilizado Líquido	Imobilizado Líquido
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10	396	(30)	366	66	60	29
Instalações	10	3	(1)	2	3	2	2
Máquinas e equipamentos	10	178	(24)	154	90	64	-
Móveis e utensílios	10	338	(69)	269	182	200	46
Computadores e periféricos	20	855	(413)	442	422	311	16
Veículos	20	63	(10)	53	14	18	-
Equipamentos de audiovisual	20	75	(19)	56	25	30	-
Imobilizado em andamento		247	-	247	-	19	-
Total		2.155	(566)	1.589	802	704	93

	Taxas anuais de depreciação (%)	Consolidado (IFRS e BR GAAP)						
		31/12/2012		31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010		
		Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Imobilizado Líquido	Imobilizado Líquido	Imobilizado Líquido	Imobilizado Líquido	
Terrenos	1,54 a 2,08 (*)	18.041	-	18.041	18.041	27.850	27.850	
Edificações		55.527	(4.551)	50.976	51.939	54.539	55.565	
Benfeitorias em imóveis de terceiros		10	23.441	(6.165)	17.276	11.093	9.597	6.078
Instalações		10	5.971	(3.101)	2.870	3.326	3.814	2.221
Máquinas e equipamentos	10	14.842	(8.675)	6.167	5.158	4.587	4.717	
Móveis e utensílios	10	16.017	(11.879)	4.138	3.696	4.487	4.944	
Computadores e periféricos	20	14.136	(10.909)	3.227	2.493	2.178	2.748	
Veículos	20	96	(23)	73	46	62	21	
Biblioteca e videoteca	10	12.544	(6.627)	5.917	4.510	3.779	3.421	
Equipamentos de audiovisual	20	3.851	(2.950)	901	534	653	684	
Imobilizado em andamento		2.136	-	2.136	1.695	848	5.662	
Outros		10	(10)	-	9	320	326	
Total		166.612	(54.890)	111.722	102.540	112.714	114.237	

(\*) Os bens registrados no imobilizado estão concentradas na taxa de 1,82% ao ano de depreciação.

Segue abaixo a movimentação da controladora:

	Controladora (BR GAAP)				Saldo líquido em 31/12/2010
	Saldo líquido em 01/01/2010	Adições	Depreciações	Baixas	
Benfeitorias em imóveis de terceiros	33	33	(6)	-	60
Instalações	2	-	-	-	2
Máquinas e equipamentos	-	69	(4)	(1)	64
Móveis e utensílios	42	178	(16)	(4)	200
Computadores e periféricos	16	435	(130)	(10)	311
Veículos	-	18	-	-	18
Equipamentos de audiovisual	-	32	(2)	-	30
Imobilizado em andamento (i)	-	19	-	-	19
Total	<u>93</u>	<u>784</u>	<u>(158)</u>	<u>(15)</u>	<u>704</u>

(i) O imobilizado em andamento refere-se aos desembolsos efetuados pela Sociedade e controladas na construção e ampliação de suas unidades.

	Controladora (BR GAAP)				Saldo líquido em 31/12/2011
	Saldo líquido em 31/12/2010	Adições	Depreciações	Transferências (ii)	
Benfeitorias em imóveis de terceiros	60	-	(7)	13	66
Instalações	2	-	-	1	3
Máquinas e equipamentos	64	32	(8)	2	90
Móveis e utensílios	200	4	(22)	-	182
Computadores e periféricos	311	233	(122)	-	422
Veículos	18	-	(4)	-	14
Equipamentos de audiovisual	30	3	(8)	-	25
Imobilizado em andamento (i)	19	116	-	(135)	-
Total	<u>704</u>	<u>388</u>	<u>(171)</u>	<u>(119)</u>	<u>802</u>

(i) O imobilizado em andamento refere-se aos desembolsos efetuados pela Sociedade na construção e ampliação de suas unidades.

(ii) Referem-se a transferências realizadas para o ativo intangível para melhor apresentação.

	Controladora (BR GAAP)				Saldo líquido em 31/12/2012
	Saldo líquido em 31/12/2011	Adições	Depreciações	Transferências (ii)	
Benfeitorias em imóveis de terceiros	66	308	(8)	-	366
Instalações	3	-	(1)	-	2
Máquinas e equipamentos	90	76	(12)	-	154
Móveis e utensílios	182	110	(23)	-	269
Computadores e periféricos	422	175	(159)	4	442
Veículos	14	45	(6)	-	53
Equipamentos de audiovisual	25	41	(10)	-	56
Imobilizado em andamento (i)	-	247	-	-	247
Total	<u>802</u>	<u>1.002</u>	<u>(219)</u>	<u>4</u>	<u>1.589</u>

(i) O imobilizado em andamento refere-se aos desembolsos efetuados pela Sociedade na construção e ampliação de suas unidades.

(ii) Referem-se a transferências realizadas para o ativo intangível para melhor apresentação.

Segue abaixo a movimentação do consolidado:

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)					Saldo líquido em 31/12/2010
	Saldo líquido em 01/01/2010	Adições	Baixas	Depreciações	Transferências	
Terrenos	27.850	-	-	-	-	27.850
Edificações	55.565	-	-	(1.026)	-	54.539
Benfeitorias em imóveis de terceiros	6.082	232	-	(1.004)	4.287	9.597
Instalações	2.221	24	(3)	(439)	2.011	3.814
Máquina e equipamentos	4.717	877	(27)	(965)	(15)	4.587
Móveis e utensílios	4.940	683	(88)	(1.013)	(35)	4.487
Computadores e periféricos	2.748	1.230	(953)	(837)	(10)	2.178
Veículos	21	49	(3)	(5)	-	62
Biblioteca e videoteca	3.421	967	-	(609)	-	3.779
Equipamentos de audiovisual	684	294	(2)	(323)	-	653
Imobilizado em andamento (i)	5.662	1.433	(9)	-	(6.238)	848
Outros	326	-	-	(6)	-	320
Total	<u>114.237</u>	<u>5.789</u>	<u>(1.085)</u>	<u>(6.227)</u>	<u>-</u>	<u>112.714</u>

(i) O imobilizado em andamento refere-se aos desembolsos efetuados pela Sociedade e controladas na construção e ampliação de suas unidades de ensino.

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)							Saldo líquido em 31/12/2011
	Saldo líquido em 31/12/2010	Adições	Baixas	Depreciações	Transfe- rências (ii)	Transfe- rido para outras rubricas (iii)	Baixa acervo líquido (iv)	
Terrenos	27.850	-	-	-	-	(9.809)	-	18.041
Edificações	54.539	-	-	(1.039)	1	(1.562)	-	51.939
Benfeitorias em imóveis de terceiros	9.597	2	-	(1.279)	2.816	-	(43)	11.093
Instalações	3.814	13	-	(513)	12	-	-	3.326
Máquina e equipamentos	4.587	1.172	-	(971)	370	-	-	5.158
Móveis e utensílios	4.487	264	(30)	(969)	15	-	(71)	3.696
Computadores e periféricos	2.178	1.339	(1)	(1.020)	-	-	(3)	2.493
Veículos	62	-	-	(16)	-	-	-	46
Biblioteca e videoteca	3.779	1.486	(2)	(764)	12	-	(1)	4.510
Equipamentos de audiovisual	653	169	(11)	(282)	6	-	(1)	534
Imobilizado em andamento (i)	848	4.250	(36)	-	(3.367)	-	-	1.695
Outros	320	-	-	(6)	9	(314)	-	9
Total	<u>112.714</u>	<u>8.695</u>	<u>(80)</u>	<u>(6.859)</u>	<u>(126)</u>	<u>(11.685)</u>	<u>(119)</u>	<u>102.540</u>

(i) O imobilizado em andamento refere-se aos desembolsos efetuados pela Sociedade e controladas na construção e ampliação de suas unidades de ensino.

(ii) Referem-se às alocações das adições ocorridas durante o exercício entre contas do ativo imobilizado e intangível.

(iii) O valor de R\$11.685 das linhas terrenos, edificações e benfeitorias em imóveis de terceiros refere-se a transferência para a rubrica imóveis para venda conforme nota explicativa nº 11.

(iv) Baixa de ativos referente a alienação da empresa Cel-MG (vide nota explicativa nº 14).

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)					Saldo líquido em 31/12/2012
	Saldo líquido em 31/12/2011	Adições	Baixas	Depreciações	Transferências (i)	
Terrenos	18.041	-	-	-	-	18.041
Edificações	51.939	-	-	(962)	-	50.977
Benfeitorias em imóveis de terceiros	11.093	-	-	(1.740)	7.923	17.276
Instalações	3.326	67	-	(505)	(18)	2.870
Máquina e equipamentos	5.158	2.064	-	(1.074)	19	6.167
Móveis e utensílios	3.696	1.243	-	(896)	95	4.138
Computadores e periféricos	2.493	1.820	(2)	(1.089)	5	3.227
Veículos	46	45	(2)	(17)	-	72
Biblioteca e videoteca	4.510	2.210	-	(806)	3	5.917
Equipamentos de audiovisual	534	700	-	(333)	-	901
Imobilizado em andamento	1.695	8.463	-	-	(8.022)	2.136
Outros	9	-	-	-	(9)	-
Total	<u>102.540</u>	<u>16.612</u>	<u>(4)</u>	<u>(7.422)</u>	<u>(4)</u>	<u>111.722</u>

(i) Referem-se às alocações das adições ocorridas durante o exercício entre contas do ativo imobilizado e intangível.

A Sociedade e suas controladas revisaram a vida útil dos seus ativos e concluíram que as taxas de depreciação e amortização utilizadas são condizentes com as suas operações e refletem adequadamente a vida útil econômica desses ativos.

Em 26 de dezembro de 2011, a controlada Unimonte, buscando reduzir seu endividamento, alienou seu imóvel situado à Avenida Galeão Coutinho - São Vicente, onde está instalado o Jockey Club, com área compreendida de 32.000 m², para a controlada RNE, pelo valor de R\$16.000. O valor foi determinado através de valores justos estimados por especialistas independentes, e foi liquidado através da compensação de créditos de mútuo que a GAEC possuía junto à Unimonte e que foram cedidos para a RNE. O valor baixado nesta venda foi de R\$11.685 e, devido aos ganhos advindos desta transação não terem sido realizados junto a terceiros, estes foram eliminados no consolidado.

Nas datas de fechamento dos balanços apresentados, a Administração entendeu que não havia necessidade de ajustes provenientes de desvalorização conforme previsto no Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) (correspondente ao IAS 36).

As principais adições estão relacionadas às imobilizações em andamento relativas à expansão dos Campi. Posteriormente, após a conclusão das obras, os valores serão transferidos para a conta de benfeitorias em imóveis de terceiros e começarão a sofrer depreciação.

### 15.1. Ativos cedidos em garantia

A Sociedade e suas controladas possuem parte de seus ativos imobilizados dados em garantia em processos judiciais. Foram cedidas as edificações do Grupo com valor contábil de aproximadamente R\$50.977 (R\$51.938 em 2011, R\$54.540 em 2010 e R\$41.371 em 01/01/2010).

As máquinas e equipamentos adquiridos via Finame junto ao Banco do Brasil com valor contábil de aproximadamente R\$452 (R\$519 em 2011, R\$353 em 2010 e R\$397 em 01/01/2010) foram cedidos em garantia para estes empréstimos a título de hipoteca. O Grupo não tem permissão de ceder esses ativos como garantia para outros empréstimos ou vende-los a outra empresa.

Adicionalmente, as obrigações do Grupo assumidas por meio de contratos de arrendamento financeiro estão garantidas pela titularidade do arrendador aos ativos arrendados, cujo valor contábil é de R\$ 273 (R\$ 343 em 2011, R\$ 751 em 2010 e R\$ 845 em 01/01/2010).

## 16. INTANGÍVEL

	Taxa de amortização	Controladora (BR GAAP)			
		31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
Software (a)	20%	2.224	1.819	817	-
Amortização acumulada		<u>(902)</u>	<u>(512)</u>	<u>(290)</u>	<u>-</u>
Total		<u>1.322</u>	<u>1.307</u>	<u>527</u>	<u>-</u>

	Taxa de amortização	Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
		31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
Software (a)	20%	9.981	8.736	7.195	7.265
Carteira de clientes	33%	2.368	2.368	2.368	2.368
Direitos autorais	10%	18	-	17	18
Amortização acumulada		<u>(9.180)</u>	<u>(7.364)</u>	<u>(4.893)</u>	<u>(3.803)</u>
		3.187	3.740	4.687	5.848
Marcas e patentes (b)		27.184	27.184	27.184	27.184
Ágio - rentabilidade futura (c)		<u>29.825</u>	<u>29.825</u>	<u>29.825</u>	<u>29.825</u>
Total		<u>60.196</u>	<u>60.749</u>	<u>61.696</u>	<u>62.857</u>

(a) Refere-se principalmente a softwares adquiridos e gastos com desenvolvimento de softwares integrados de gestão da Sociedade e de suas controladas, amortizados à taxa de 20% ao ano.

(b) Refere-se a valores pagos pela aquisição das marcas “UNA” e “Uni-BH”, para as quais a Sociedade possui o direito de Manutença (credenciamento concedido pelo Ministério da Educação, que credencia o funcionamento das instituições de ensino superior) através de suas investidas.

(c) Refere-se a parte do ágio pago na aquisição da Manutença do Centro Universitário de Belo Horizonte - Uni-BH, alocado como rentabilidade futura, conforme laudo de avaliação.

A movimentação da controladora é:

	Controladora (BR GAAP)			
	Saldo líquido em 01/01/2010	Adições	Amortização	Saldo líquido em 31/12/2010
Software	-	817	(290)	527
Total	-	817	(290)	527

Controladora (BR GAAP)					
	Saldo líquido em 31/12/2010	Adições	Amortização	Transferências (i)	Saldo líquido em 31/12/2011
Software	<u>527</u>	<u>883</u>	(222)	<u>119</u>	<u>1.307</u>
Total	<u>527</u>	<u>883</u>	(222)	<u>119</u>	<u>1.307</u>

Controladora (BR GAAP)					
	Saldo líquido em 31/12/2011	Adições	Amortização	Transferências (i)	Saldo líquido em 31/12/2012
Software	<u>1.307</u>	<u>411</u>	(392)	(4)	<u>1.322</u>
Total	<u>1.307</u>	<u>411</u>	(392)	(4)	<u>1.322</u>

(i) Refere-se a transferências do ativo imobilizado para melhor apresentação.

O quadro abaixo demonstra a movimentação do consolidado:

Consolidado (IFRS e BR GAAP)						
	Saldo líquido em 01/01/2010	Adições	Baixas	Amortização	Transferências	Saldo líquido em 31/12/2010
Software	2.637	1.282	(702)	(915)	-	2.302
Carteira de clientes	2.368	-	-	-	-	2.368
Marcas e patentes	27.184	-	-	-	-	27.184
Ágio - rentabilidade futura	30.651	-	(826)	-	-	29.825
Outros	<u>17</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>17</u>
Total	<u>62.857</u>	<u>1.282</u>	<u>(1.528)</u>	<u>(915)</u>	<u>-</u>	<u>61.696</u>

Consolidado (IFRS e BR GAAP)						
	Saldo líquido em 31/12/2010	Adições	Baixas	Amortização	Transferências (i)	Saldo líquido em 31/12/2011
Software	2.302	1.406	(4)	(896)	143	2.951
Carteira de clientes	2.368	-	-	(1.579)	-	789
Marcas e patentes	27.184	-	-	-	-	27.184
Ágio - rentabilidade futura	29.825	-	-	-	-	29.825
Outros	<u>17</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(17)</u>	<u>-</u>
Total	<u>61.696</u>	<u>1.406</u>	<u>(4)</u>	<u>(2.475)</u>	<u>126</u>	<u>60.749</u>

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)					Saldo líquido em 31/12/2012
	Saldo líquido em 31/12/2011	Adições	Baixas	Amortização	Transferências (i)	
Software	2.951	1.260	(1)	(1.026)	(5)	3.179
Carteira de clientes	789	-	-	(789)	-	-
Marcas e patentes	27.184	-	-	-	-	27.184
Ágio - rentabilidade futura	29.825	-	-	-	-	29.825
Direitos autorais	-	-	-	(2)	9	7
Total	<u>60.749</u>	<u>1.260</u>	<u>(1)</u>	<u>(1.817)</u>	<u>4</u>	<u>60.195</u>

(i) Refere-se a transferências do ativo imobilizado para melhor apresentação.

Nas datas de fechamento dos balanços apresentados, a Administração fez a revisão do valor recuperável de seus ativos intangíveis com vida útil definida, e concluiu que não há indicação de que algum dos seus ativos intangíveis pode ter sofrido desvalorização, uma vez que não identificaram nenhum dos fatores indicativos de perdas conforme Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) (correspondente ao IAS 36).

#### 16.1. Alocação do Ágio às Unidades Geradoras de Caixa

O ágio, as marcas e patentes foram alocados, para fins de teste de redução ao valor recuperável, às Unidades Geradoras de Caixa (“UGCs”), identificadas de acordo com o segmento operacional, conforme detalhado abaixo:

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
Ensino superior	<u>57.009</u>	<u>57.009</u>	<u>57.009</u>	<u>57.009</u>
	<u>57.009</u>	<u>57.009</u>	<u>57.009</u>	<u>57.009</u>

Em 31 de dezembro de 2012, os ágios, as marcas e patentes foram submetidos ao teste de redução ao valor recuperável (“impairment”) e não foi identificada necessidade de ajustes aos valores dos ágios e marcas.

A metodologia utilizada na avaliação foi a do fluxo de caixa descontado (rentabilidade futura), determinando às UGCs pela Sociedade, para avaliar a recuperação dos ágios, marcas e patentes, que correspondem a cada uma das unidades. O cálculo considera cinco anos de projeção de fluxo explícito, adicionando um valor de perpetuidade com crescimento médio de 5% ao ano. A taxa média de desconto considerada para os testes de *impairment* foi de 5,46% a.a.

A Administração acredita que qualquer tipo de mudança razoavelmente possível nas premissas-chave, nas quais o valor recuperável se baseia, não levaria o valor contábil total a exceder o valor recuperável total da unidade geradora de caixa.



As principais premissas utilizadas na apuração do valor em uso das unidades geradoras de caixa das controladas IMEC e MGE são:

- (a) Crescimento da receita líquida orçada: Crescimento médio anual da receita líquida orçada para o período projetado reflete as expectativas da Administração de um crescimento médio anual de 4 a 5% na captação de novos alunos e reajuste do preço das mensalidades conforme a inflação projetada.
- (b) Margem operacional orçada: Margem operacional orçada para o período projetado reflete as expectativas da Administração de um ganho de escala com o crescimento da receita e uma melhor eficiência do sistema acadêmico refletindo menores custos com docentes. A Administração acredita serem razoáveis ganhos de margem de 4 a 6%.

## 16.2. Intangíveis identificados em aquisições

Parte da contraprestação transferida na aquisição de controladas foi alocada a ativos intangíveis identificáveis de vida útil definida e indefinida, após análise dos ativos adquiridos e cálculo de projeção de resultado, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora (BR GAAP)				
	31/12/2012				
	Carteira de clientes (i)		Ágio (ii)	Marca (ii)	
	Custo	Amortização acumulada	Custo	Custo	Total
IMEC (a)	2.368	(2.368)	29.825	24.380	54.205
MGE (b)	-	-	-	2.804	2.804

	Controladora (BR GAAP)				
	31/12/2011				
	Carteira de clientes (i)		Ágio (ii)	Marca (ii)	
	Custo	Amortizaçã o acumulada	Custo	Custo	Total
IMEC (a)	2.368	(1.579)	29.825	24.380	54.994
MGE (b)	-	-	-	2.804	2.804

	Controladora (BR GAAP)				
	31/12/2010				
	Carteira de clientes (i)		Ágio (ii)	Marca (ii)	
	Custo	Amortização acumulada	Custo	Custo	Total
IMEC (a)	2.368	-	29.825	24.380	56.573
MGE (b)	-	-	-	2.804	2.804

Controladora (BR GAAP)					
01/01/2010					
	Carteira de clientes (i)		Ágio (ii)	Marca (ii)	Total
	Custo	Amortização acumulada	Custo	Custo	
IMEC (a)	2.368	-	29.825	24.380	56.573
MGE (b)	-	-	-	2.804	2.804

(i) Ativos intangíveis com vida útil estimada em até três anos.

(ii) Ativos intangíveis de vida útil indefinida e sujeitos a testes anuais de recuperação.

(a) Refere-se à diferença entre o valor de avaliação do Uni-BH (R\$61.376), o qual foi reduzido pelo ajuste a valor presente dos títulos a pagar de longo prazo no montante de R\$3.366, e o montante líquido atribuído ao acervo contábil adquirido (R\$1.437), em decorrência da assunção da manutenção do Uni-BH conforme promessa de cessão de direitos firmado em fevereiro de 2009. Os valores foram mensurados como segue:

- Carteira de clientes: obtidos mediante os saldos das projeções do Fluxo de Caixa Descontado, para triênio 2010 a 2012.
- Rentabilidade futura: obtidas mediante a relação estabelecida entre a Média VF/Alunos Matriculados decorrentes das transações de companhias brasileiras de educação superior, multiplicada pela quantidade de alunos do Uni-BH na data da operação.
- Marcas: Para a avaliação do direito de uso da marca foi utilizada a abordagem da renda ("Income approach") e do método dos royalties evitados ("Relief from royalties"), devido à possibilidade de se calcular o valor dos royalties que seriam pagos teoricamente em um aluguel dessa marca.

(b) Refere-se ao valor da marca proveniente da aquisição do Centro Universitário UNA.

## 17. FORNECEDORES

Composto substancialmente por aluguéis, fornecedores de informática, serviços, materiais de consumo e obras de infraestrutura. Os prazos médios de pagamentos dos fornecedores são de 45 dias. Não há saldos em aberto com partes relacionadas no consolidado para os exercícios apresentados. Na controladora, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, não há saldo de partes relacionadas em aberto (R\$80 em 2011, R\$88 em 2010 e R\$74 em 01/01/2010).

## 18. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Controladora (BR GAAP)						
	31/12/2012			31/12/2011		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Moeda nacional						
Banco do Brasil - Capital de giro	-	-	-	167	125	292
Banco do Brasil - Conta garantida	-	-	-	300	-	300
HSBC - Capital de giro	1.909	3.500	5.409	2.162	4.938	7.100
Santander - Capital de giro	-	-	-	3.542	2.361	5.903
Outros empréstimos	33	19	52	24	25	49
Total	<u>1.942</u>	<u>3.519</u>	<u>5.461</u>	<u>6.195</u>	<u>7.449</u>	<u>13.644</u>

	Controladora (BR GAAP)					
	31/12/2010			01/01/2010		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Moeda nacional						
Banco do Brasil - Capital de giro	168	295	463	-	-	-
HSBC - Capital de giro	1.973	4.610	6.583	-	-	-
Citibank - Conta garantida	3.029	-	3.029	-	-	-
Mercantil - Conta garantida	-	-	-	5.066	-	5.066
Real - Conta garantida	-	-	-	3.030	-	3.030
Outros empréstimos	10	-	10	-	-	-
Total	<u>5.180</u>	<u>4.905</u>	<u>10.085</u>	<u>8.096</u>	<u>-</u>	<u>8.096</u>

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)					
	31/12/2012			31/12/2011		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Moeda nacional						
Banco do Brasil - Capital de giro	1.357	418	1.775	14.780	6.206	20.986
HSBC - Capital de giro	8.134	25.967	34.101	15.064	18.729	33.793
Santander - Capital de giro	2.190	-	2.190	13.910	18.110	32.020
Itaú - Capital de giro	-	20.411	20.411	10.504	-	10.504
Alfa - Capital de giro	-	-	-	2.262	-	2.262
Caixa Geral - Capital de giro	-	-	-	5.052	-	5.052
Outros empréstimos	546	557	1.103	661	766	1.427
Total	<u>12.227</u>	<u>47.353</u>	<u>59.580</u>	<u>62.233</u>	<u>43.811</u>	<u>106.044</u>

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)					
	31/12/2010			01/01/2010		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Moeda nacional						
Banco do Brasil - Capital de giro	13.000	7.007	20.007	8.517	690	9.207
HSBC - Capital de giro	10.967	17.684	28.651	3.282	4.604	7.886
Citibank - Conta garantida	3.029	-	3.029	-	-	-
Mercantil - Conta garantida	-	-	-	6.019	-	6.019
Santander - Capital de giro	5.345	2.404	7.749	3.977	5.124	9.101
Real - Capital de giro	3.574	12.941	16.515	586	4.238	4.824
Real - Conta garantida	-	-	-	5.814	-	5.814
Itaú - Conta garantida	11.648	-	11.648	8.055	-	8.055
Alfa - BNDES	673	-	673	795	685	1.480
Alfa - Capital de giro	-	-	-	1.000	-	1.000
Ideal Invest	766	-	766	1.474	765	2.239
Outros empréstimos	274	168	442	1.326	28	1.354
Total	<u>49.276</u>	<u>40.204</u>	<u>89.480</u>	<u>40.845</u>	<u>16.134</u>	<u>56.979</u>

As principais condições estabelecidas em contrato foram como segue:

	Controladora (BR GAAP)				
	Taxa média de juros (anual)		Indexador	Data de início	Data de término
	Garantias				
Capital de giro	20% a 50% dos recebíveis de alunos	2,01%	CDI (*)	22/10/2010	14/10/2015
Conta garantida	50% das aplicações financeiras internas	18,30%	-	19/11/2011	17/02/2012

Consolidado (IFRS e BR GAAP)					
	Garantias	Taxa média de juros (anual)	Indexador	Datas de início	Datas de término
Capital de giro	20% a 50% dos recebíveis de alunos	2,01% a 3,66%	CDI (*)	22/10/2010	27/11/2017
Conta garantida	100% dos recebíveis de alunos	3,94% a 10,07%	CDI (*)	20/04/2010	15/09/2011
Alfa - BNDES	Cessão fiduciária de recebíveis	3,00%	TJLP (**)	08/05/2007	17/10/2011
Ideal Invest	100% dos recebíveis cedidos	5,03%	SELIC	22/02/2008	10/06/2011

(\*) Variação do Certificado de Depósito Interbancário.

(\*\*) Taxa de juros de longo prazo.

Os empréstimos e financiamentos referem-se, basicamente, a capital de giro utilizado para financiar as operações da Sociedade e de suas controladas. Em garantia foram oferecidas as mensalidades a receber e aval dos sócios e diretores, sem a existência de cláusulas restritivas.

Os montantes registrados no passivo não circulante nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012, 2011, 2010 e 01/01/2010 apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2012		31/12/2012	
	Cronograma de pagamento	Valor nominal	Cronograma de pagamento	Valor nominal
2014	1.918	1.957	16.230	16.647
2015	1.599	1.667	13.646	14.364
2016	2	3	9.024	9.772
Após 2016	-	-	8.453	9.375
Total	<u>3.519</u>	<u>3.627</u>	<u>47.353</u>	<u>50.158</u>

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2011		31/12/2011	
	Cronograma de pagamento	Valor nominal	Cronograma de pagamento	Valor nominal
2013	4.239	4.420	21.531	22.832
2014	1.753	1.871	12.334	13.547
2015	1.452	1.593	9.808	11.092
Após 2015	5	11	138	221
Total	<u>7.449</u>	<u>7.895</u>	<u>43.811</u>	<u>47.692</u>

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2010		31/12/2010	
	Cronograma de pagamento	Valor nominal	Cronograma de pagamento	Valor nominal
2012	1.459	1.533	16.199	17.257
2013	1.417	1.522	11.483	12.586
2014	1.290	1.397	8.283	9.487
Após 2014	739	898	4.239	4.756
Total	<u>4.905</u>	<u>5.350</u>	<u>40.204</u>	<u>44.086</u>

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	01/01/2010		01/01/2010	
	Cronograma de pagamento	Valor nominal	Cronograma de pagamento	Valor nominal
2011	-	-	10.649	11.005
2012	-	-	3.621	3.904
2013	-	-	1.149	1.326
Após 2013	-	-	715	869
Total	=	=	<u>16.134</u>	<u>17.104</u>

Para informações sobre a exposição da Sociedade aos riscos de taxa de juros e liquidez, veja nota nº 33.

### 18.1. Arrendamento mercantil financeiro

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Sociedade apresentava contratos de arrendamento mercantil no valor total a pagar de R\$517 (R\$630 em 2011).

Os valores relacionados aos arrendamentos mercantis financeiros referem-se, substancialmente, a equipamentos de informática, que possuem prazos de vencimento de 4 a 5 anos, com cláusulas de opção de compra ao final do contrato.

Os pagamentos futuros mínimos estão segregados da seguinte forma:

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2012	31/12/2011
Menos de 1 ano	159	148
Mais de 1 ano e menos de 4 anos	309	252
Mais de 4 anos	49	230
Valor bruto dos contratos de arrendamento financeiro	<u>517</u>	<u>630</u>
Circulante	159	148
Não circulante	358	482

Os arrendamentos mercantis foram registrados na conta de outros dentro do balanço patrimonial da Sociedade e de suas controladas.

## 19. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

	Controladora (BR GAAP)			
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
Obrigações sociais e salários:				
Salários	693	416	256	44
Provisão de férias	1.228	692	414	58
INSS	198	187	139	26
FGTS	84	53	45	6
Outros	3	1	-	-
Total	<u>2.206</u>	<u>1.349</u>	<u>854</u>	<u>134</u>

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
Obrigações sociais e salários:				
Salários	6.957	5.267	5.351	2.867
Provisão de férias	8.190	7.489	5.649	3.832
INSS	2.696	2.158	1.812	1.163
FGTS	1.117	1.016	833	429
Outros	<u>56</u>	<u>49</u>	<u>9</u>	<u>-</u>
Total	<u>19.016</u>	<u>15.979</u>	<u>13.654</u>	<u>8.291</u>

As despesas de salários e encargos estão registradas no resultado do exercício nas rubricas “custo dos serviços prestados” e “despesas gerais e administrativas”, de acordo com a alocação do empregado.

## 20. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	Controladora (BR GAAP)			
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
Obrigações tributárias:				
IRRF	394	123	48	18
ISS	70	71	35	3
PIS e COFINS	105	51	-	-
Outros	<u>31</u>	<u>38</u>	<u>10</u>	<u>7</u>
Total	<u>600</u>	<u>283</u>	<u>93</u>	<u>28</u>

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
Obrigações tributárias:				
IRRF	2.602	1.559	1.471	894
ISS	909	910	487	323
PIS e COFINS	315	665	174	112
Outros	<u>192</u>	<u>302</u>	<u>120</u>	<u>81</u>
Total	<u>4.018</u>	<u>3.436</u>	<u>2.252</u>	<u>1.410</u>

## 21. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
Adiantamentos de alunos (a)	9.423	7.591	5.800	6.777
Outros (b)	<u>564</u>	<u>432</u>	<u>184</u>	<u>-</u>
Total	<u>9.987</u>	<u>8.023</u>	<u>5.984</u>	<u>6.777</u>

(a) Referem-se a matrículas e mensalidades de alunos recebidas antecipadamente, que serão reconhecidas ao resultado de acordo com o regime de competência, e ao crédito Pravalor, um financiamento educacional feito entre os alunos e a empresa financeira Ideal Invest S.A., na modalidade em que o aluno alonga o prazo de pagamento para o dobro do normal reduzindo o valor da parcela mensal. O contrato do crédito é renovado semestralmente entre a Ideal Invest S.A. e o aluno, este perde o vínculo financeiro com a instituição e passa a ter apenas o vínculo com o Pravalor. Sempre que é efetuada uma adesão do serviço ou uma renovação do crédito, o Pravalor faz o repasse antecipado de 90% do valor financiado

no semestre do aluno para as controladas MGE, IMEC e Unimonte, que registram esses recebimentos por regime de competência de acordo com a prestação de serviço.

- (b) Referem-se a adiantamentos para projetos de pesquisas realizados na MGE, Unimonte e IMEC.

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
Projetos				
FAPEMIG	273	282	114	-
EMBAIXADA BRITANICA	-	40	-	-
CEMIG	180	-	-	-
SETTAPORT	50	50	50	-
PETROCOQUE	61	60	20	-
	<u>564</u>	<u>432</u>	<u>184</u>	<u>-</u>

Estes adiantamentos referem-se a recursos provenientes de convênios firmados com empresas governamentais para cobertura dos custos na execução dos projetos de pesquisa, desenvolvimento e capacitação científica e tecnológica. Esses adiantamentos são reconhecidos à medida que esses projetos são incorridos.

## 22. PARCELAMENTO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
REFIS IV - INSS (a)	3.581	4.455	4.728	4.024
REFIS IV - IRRF (a)	8.978	10.041	7.818	9.494
IES - INSS (b)	4.194	3.895	3.715	3.398
IES - SRF (b)	17.825	16.844	10.206	9.274
FGTS (c)	3.999	4.278	4.756	5.847
IRRF (d)	2.947	2.777	2.488	2.266
ISS	<u>254</u>	<u>306</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	<u>41.778</u>	<u>42.596</u>	<u>33.711</u>	<u>34.303</u>
(-) Passivo circulante	(3.076)	(3.075)	(3.298)	(3.354)
Passivo não circulante	38.702	39.521	30.413	30.949

- (a) REFIS IV - A Lei nº 11.941/09 instituiu o programa de parcelamento e pagamento à vista de débitos tributários, com anistia para liquidação de débitos administrados pela Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), visando equalizar os passivos fiscais por meio de um sistema especial de pagamento e de parcelamento de suas obrigações fiscais e previdenciárias. Segundo esse programa, poderiam ser pagas ou parceladas as dívidas vencidas até 30 de novembro de 2008, consolidadas pelo sujeito passivo, com exigibilidade suspensa ou não, inscritas ou não em dívida ativa, consideradas isoladamente, mesmo em fase de execução fiscal já ajuizada, ou que tenham sido objeto de parcelamento anterior, não integralmente quitado, ainda que cancelado por falta de pagamento.

Considerando os termos e vantagens oferecidos por este programa de anistia fiscal, em novembro de 2009, a controlada UNA optou pelos parcelamentos de débitos referentes ao INSS e IRRF, parcelamento este deferido pela Receita Federal em junho de 2011, os quais serão pagos em 180 prestações atualizadas pela SELIC.



A Administração da Sociedade, considerando o plano de negócios da controlada UNA para os exercícios seguintes, considera não haver problemas futuros quanto à liquidação das obrigações assumidas no REFIS, nos termos da legislação em vigor. As garantias prestadas consideram os imóveis da controlada. As situações de inadimplemento ensejariam no retorno original das dívidas em suas respectivas modalidades e condições.

Em junho de 2011, o processo de consolidação do REFIS IV foi deferido, e conforme o recibo de consolidação apresentado pela Receita Federal, os valores utilizados de prejuízo fiscal e base negativa para abater multa e juros do parcelamento foram superiores ao valor estimado como possível de ser compensado pela Administração da Sociedade em 2009. Desta forma, foi registrado, no exercício de 2011, complemento desta compensação no valor de R\$637. Adicionalmente, o mesmo documento demonstrou que o montante devido pela controlada UNA é superior ao estimado pela Administração da Sociedade, quando do registro inicial do parcelamento. Desta forma, foi registrado, no exercício de 2011, complemento deste passivo no valor de R\$3.755.

- (b) Parcelamento IES - A Lei nº 10.260/01, alterada pela Lei 11.552/07, instituiu o parcelamento IES para as mantenedoras de instituições de ensino superior que aderissem ao PROUNI, relativos aos tributos administrados pela RFB, com vencimentos até 31 de dezembro de 2006, atualizado pela SELIC. A controlada UNIMONTE aderiu a esse parcelamento.

Em 2009, a controlada UNIMONTE formalizou a adesão ao REFIS IV reconhecendo em 2009, uma receita de R\$2.252, referente aos ganhos de redução de multas e juros conforme plano de pagamento escolhido pela controlada.

Em julho de 2011, a instituição recebeu a resposta da Receita Federal indeferindo a adesão ao REFIS IV, com a alegação de que a Sociedade não poderia aderir a nenhum outro parcelamento enquanto não quitar o parcelamento IES, conforme § 21 do Art. 10 da Lei nº 11.552/07. Desta forma, a Administração da Sociedade permaneceu no parcelamento anterior - Parcelamento IES. Com isto, foram revertidos os ganhos com o REFIS IV contabilizados em 2009 e ainda registrado um valor de R\$4.149 referentes ao impacto dos juros sobre as diferentes datas-bases de consolidação dos dois programas.

Até a data de 31 de dezembro de 2012, o processo de consolidação ainda está em andamento. A controlada vem amortizando os valores pré-definidos pela Receita Federal.

- (c) Parcelamento FGTS - Em 31 de dezembro de 2005, a controlada Unimonte negociou débitos atrasados de FGTS, com prazo de 130 meses, a serem pagos em parcelas mensais e consecutivas atualizadas com base na Taxa Referencial - TR, acrescida do percentual de 3% ao ano.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2009, a controlada IMEC assumiu a dívida de parcelamento do FGTS da antiga mantenedora do Centro Universitário de Belo Horizonte - Uni-BH, a Fundação Cultural de Belo Horizonte, junto à Caixa Econômica Federal. O valor da dívida foi renegociado com prazo de 180 meses, cujo saldo é mensalmente atualizado pela taxa de juros remuneratórios de 3% ao ano + TR. Obedecendo ao respectivo processo, as importâncias pagas relativas a empregados que tenham rescindido ou extinto seu contrato de trabalho são consideradas como recolhimentos antecipados e totalmente deduzidas das parcelas imediatamente seguintes à última parcela liquidada no cronograma.

- (d) IRRF - A controlada IMEC assumiu, em 31 de dezembro de 2009, a dívida de parcelamento do IRRF (REFIS IV) da antiga mantenedora do Centro Universitário de Belo Horizonte - Uni-BH, a Fundação Cultural de Belo Horizonte, cujo saldo foi consolidado junto à Receita Federal em 28 de junho de 2011..

Considerando os termos e vantagens oferecidos por este programa de anistia fiscal, em novembro de 2009, a Fundação Cultural de Belo Horizonte optou pelo parcelamento de débitos referentes ao IRRF, os quais serão pagos em até 180 meses.

Não existem garantias prestadas no referido parcelamento. As situações de inadimplemento ensejariam no retorno original da dívida.

O cronograma de pagamento do montante registrado no passivo não circulante por ano de vencimento é como segue:

	Cronograma de pagamento			
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
2011	-	-	-	2.305
2012	-	-	2.305	2.305
2013	-	7.181	2.305	2.305
2014	7.181	6.649	2.305	2.305
2015	6.459	5.578	2.305	2.305
2016	6.151	5.868	2.305	2.305
Após 2016	<u>18.911</u>	<u>14.245</u>	<u>18.888</u>	<u>17.119</u>
Total	<u>38.702</u>	<u>39.521</u>	<u>30.413</u>	<u>30.949</u>

## 23. TÍTULOS A PAGAR

	Controladora (BR GAAP)			
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
Compra Uni-BH (a)	-	22.666	32.835	44.755
Aquisição de ações da MGE(c)	13.000	-	-	-
(-) Ajuste a valor presente	<u>(551)</u>	<u>(85)</u>	<u>(1.198)</u>	<u>(3.366)</u>
Total	<u>12.449</u>	<u>22.581</u>	<u>31.637</u>	<u>41.389</u>
(-) Passivo circulante	(9.746)	(22.581)	(10.590)	(23.064)
Passivo não circulante	2.703	-	21.047	18.325

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
Compra Uni-BH (a)	-	22.666	32.835	44.755
Imóveis (b)	21.955	23.594	25.852	26.382
Aquisição de ações da MGE(c)	13.000	-	-	-
(-) Ajuste a valor presente	<u>(7.623)</u>	<u>(8.514)</u>	<u>(11.046)</u>	<u>(14.656)</u>
Total	<u>27.332</u>	<u>37.746</u>	<u>47.641</u>	<u>56.481</u>
(-) Passivo circulante	(12.407)	(25.157)	(13.845)	(24.805)
Passivo não circulante	14.925	12.589	33.796	31.676

- (a) Refere-se à aquisição da Manutenção do Centro Universitário de Belo Horizonte, Uni-BH pela Sociedade. Esta manutenção foi adquirida em 15 de maio de 2009 pelo valor de R\$61.377, pagas em três parcelas anuais, corrigidas pelo índice de variação do INPC, que não previam a incidência de juros, e cujo término ocorreu em 3 de fevereiro de 2012, quando da quitação da última parcela.
- (b) Referem-se aos valores a pagar relativos à compra de imóveis na cidade de Santos, efetuados pela controlada RNE. Os imóveis foram adquiridos em julho de 2006, pelo valor de R\$30.000, a serem pagos em 16 anos, corrigidos a cada 36 parcelas pelo índice de variação do INPC, que não prevê a incidência de juros.
- (c) Referem-se à aquisição de 775.072 ações da controlada MGE, sendo que R\$5.000 foram pagos até 20 de junho de 2013, sem qualquer correção, R\$5.000 serão pagos até 20 de dezembro de 2013, corrigidos pelo IGP-M/FGV, e R\$3.000 serão pagos até 20 de junho de 2014, livres de qualquer correção.

Em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 12, as operações acima mencionadas que estão sujeitas a reajustes somente por inflação ou que não tem correção alguma, são ajustadas ao seu valor presente com base no custo médio de captação da Sociedade, sendo os custos financeiros do valor presente pelo período remanescente das aquisições apropriado ao resultado, na rubrica “Despesas financeiras”, à medida que transcorrem os períodos de competência. A taxa de desconto utilizada para o cálculo do valor presente dos títulos referentes aos imóveis adquiridos pela RNE é de 7,25% a.a. e referente à aquisição da manutenção do Uni-BH a é de 5,35% a.a.. Para os demais títulos foi utilizada a taxa de 10,50% a.a. relativa a média dos empréstimos obtidos na data da aquisição dos bens.

Os valores a pagar no longo prazo estão assim distribuídos:

	Controladora (BR GAAP)			
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
Vencimentos		-		
2012	-	-	21.047	18.325
2013	-	-	-	-
2014	<u>2.703</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	<u>2.703</u>	<u>-</u>	<u>21.047</u>	<u>18.325</u>

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
Vencimentos				
2012	-	-	20.725	19.744
2013	-	1.241	1.135	996
2014	4.092	1.288	1.182	1.043
2015	2.337	1.357	1.251	1.112
2016	6.310	4.268	4.051	3.769
De 2017 a 2022	<u>2.186</u>	<u>4.435</u>	<u>5.452</u>	<u>5.012</u>
Total	<u>14.925</u>	<u>12.589</u>	<u>33.796</u>	<u>31.676</u>

23.1. Ajuste a valor presente

O cálculo do valor presente foi efetuado para os compromissos a pagar de longo prazo com o propósito de reconhecimento inicial e com base em cada transação e com uma taxa de juros que reflete o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A diferença entre o valor presente e o valor nominal a pagar da transação é considerada despesa financeira e está sendo apropriada com base nos métodos do custo amortizado e da taxa de juros efetiva ao longo do prazo de vencimento da transação.

Vencimentos de longo prazo

Os valores com vencimento a longo prazo para os compromissos consolidados bem como a realização do ajuste a valor presente serão exigidos nos seguintes anos-calendário:

Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
31/12/2012			
Anos	<u>Títulos a pagar</u>	<u>Ajuste a valor presente</u>	<u>Valor líquido</u>
2014	5.773	(1.681)	4.092
2015 - 2022	<u>16.775</u>	<u>(5.942)</u>	<u>10.833</u>
Total	<u>22.548</u>	<u>(7.623)</u>	<u>14.925</u>

Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
31/12/2011			
Anos	<u>Títulos a pagar</u>	<u>Ajuste a valor presente</u>	<u>Valor líquido</u>
2013	2.610	(1.369)	1.241
2014 - 2022	<u>18.493</u>	<u>(7.145)</u>	<u>11.348</u>
Total	<u>21.103</u>	<u>(8.514)</u>	<u>12.589</u>

Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
31/12/2010			
<u>Anos</u>	<u>Títulos a pagar</u>	<u>Ajuste a valor presente</u>	<u>Valor líquido</u>
2012	23.299	(2.574)	20.725
2013 - 2022	<u>21.543</u>	<u>(8.472)</u>	<u>13.071</u>
Total	<u>44.842</u>	<u>(11.046)</u>	<u>33.796</u>

Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
01/01/2010			
<u>Anos</u>	<u>Títulos a pagar</u>	<u>Ajuste a valor presente</u>	<u>Valor líquido</u>
2012	23.958	(4.214)	19.744
2013 - 2022	<u>22.374</u>	<u>(10.442)</u>	<u>11.932</u>
Total	<u>46.332</u>	<u>(14.656)</u>	<u>31.676</u>

24. DEPÓSITOS JUDICIAIS E PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, TRIBUTÁRIAS E CÍVEIS

A Sociedade e suas controladas são partes envolvidas em ações judiciais decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

Controladora (BR GAAP)				
Depósitos judiciais				
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
Provisões cíveis (c)	<u>18</u>	<u>13</u>	<u>6</u>	-
Total	<u>18</u>	<u>13</u>	<u>6</u>	-

Controladora (BR GAAP)				
Provisão para riscos				
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
Provisões trabalhistas (a)	1.541	1.175	910	-
Provisões tributárias (c)	<u>1.151</u>	<u>892</u>	-	-
Total	<u>2.692</u>	<u>2.067</u>	<u>910</u>	-

Consolidado (IFRS e BR GAAP)				
Depósitos judiciais				
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
Provisões trabalhistas (a)	2.845	1.793	3.183	2.498
Provisões tributárias (c)	671	638	597	406
Provisões cíveis (d)	<u>7.318</u>	<u>5.291</u>	<u>1.713</u>	<u>1.076</u>
Total	<u>10.834</u>	<u>7.722</u>	<u>5.493</u>	<u>3.980</u>

Consolidado (IFRS e BR GAAP)				
Provisão para riscos				
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
Provisões trabalhistas (a)	25.975	15.432	13.294	7.300
Provisões trabalhistas (a)	10.800	10.005	4.482	-
Provisões tributárias (c)	7.429	5.086	852	909
Provisões cíveis (d)	<u>6.058</u>	<u>4.099</u>	<u>3.351</u>	<u>2.856</u>
Total	<u>50.262</u>	<u>34.622</u>	<u>21.979</u>	<u>11.065</u>

A movimentação das provisões da controladora foi como segue:

	01/01/2010	Adições	Pagamentos	Atualização	Reclassificação	31/12/2010
Trabalhista (a)	-	831	-	79	-	910
Tributária (c)	-	-	-	-	-	-
Total	-	<u>831</u>	-	<u>79</u>	-	<u>910</u>

	31/12/2010	Adições	Pagamentos	Atualização	Reclassificação	31/12/2011
Trabalhista (a)	910	616	-	84	(435)	1.175
Tributária (b)	-	384	-	73	435	892
Total	<u>910</u>	<u>1.000</u>	-	<u>157</u>	-	<u>2.067</u>

	31/12/2011	Adições	Pagamentos	Atualização	Reclassificação	31/12/2012
Trabalhista (a)	1.175	286	(46)	126	-	1.541
Tributária (b)	892	252	-	7	-	1.151
Total	<u>2.067</u>	<u>538</u>	<u>(46)</u>	<u>133</u>	-	<u>2.692</u>

A movimentação das provisões do consolidado foi como segue:

	01/01/2010	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização	31/12/2010
Trabalhistas (a)	7.300	9.330	-	(544)	683	13.294
Trabalhistas (a)					1.007	4.482
Tributárias (c)	909	145	-	(291)	89	852
Cíveis (d)	<u>2.856</u>	<u>1.230</u>	<u>-</u>	<u>(735)</u>	<u>-</u>	<u>3.351</u>
Total	<u>11.065</u>	<u>10.705</u>	<u>-</u>	<u>(1.570)</u>	<u>1.779</u>	<u>21.979</u>

	31/12/2010	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização	Reclassificação	31/12/2011
Trabalhistas (a)	13.294	3.338	(606)	(1.686)	1.092	-	15.432
Trabalhistas (a)	4.482	6.068	-	-	1.295	(1.840)	10.005
Tributárias (c)	852	2.075	(66)	-	624	1.601	5.086
Cíveis (d)	<u>3.351</u>	<u>1.833</u>	<u>(172)</u>	<u>(1.152)</u>	<u>-</u>	<u>239</u>	<u>4.099</u>
Total	<u>21.979</u>	<u>13.314</u>	<u>(844)</u>	<u>(2.838)</u>	<u>3.011</u>	<u>-</u>	<u>34.622</u>

	31/12/2011	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização	31/12/2012
Trabalhistas (a)	15.432	11.745	(1.837)	(963)	1.598	25.975
Trabalhistas (a)	10.005	775	(785)	-	805	10.800
Tributárias (c)	5.086	2.075	(100)	-	368	7.429
Cíveis (d)	<u>4.099</u>	<u>4.020</u>	<u>(541)</u>	<u>(1.520)</u>	<u>-</u>	<u>6.058</u>
Total	<u>34.622</u>	<u>18.615</u>	<u>(3.263)</u>	<u>(2.483)</u>	<u>2.771</u>	<u>50.262</u>

- (a) Provisões trabalhistas constituídas tendo por base a análise individual das ações, dos pedidos constantes em cada uma das reclamações, bem como uma análise jurisprudencial atualizada das causas, e referem-se, principalmente, a questionamentos, nas esferas administrativa e judicial, de iniciativa de funcionários, ex-funcionários, prestadores de serviço ou de autoridades públicas, de horas extras, equiparação salarial, redução salarial e encargos sociais.
- (b) Provisões trabalhistas constituídas para fazer frente a riscos de futuras lides relativas a interpretação da legislação trabalhista quanto a existência de vínculo empregatício.
- (c) As provisões para riscos de natureza tributária referem-se principalmente aos riscos de futuras lides com o fisco referente à discussões e interpretações da legislação tributária vigente, nas esferas administrativa e judicial.
- (d) As provisões cíveis referem-se a:
- Ações movidas por ex-alunos de mestrado da controlada Unimonte no valor de R\$3.073, pleiteando indenização em função da indefinição ocorrida em anos anteriores com referência ao reconhecimento dos cursos ministrados pela Sociedade pelo Ministério da Educação ("MEC"). Em 2008, o MEC efetuou o reconhecimento de tais cursos, mas a Unimonte não podia mais demonstrar tempestivamente esse fato em parte dessas ações por conta da adiantada fase processual em que se encontravam, maximizando o risco de perda.

- Processos de natureza cível, de naturezas diversas, tais como discordância de alunos e ex-alunos quanto a cláusulas do contrato de ensino, cobrança / restituição de matrícula, cláusula indenizatória e danos morais, para os quais a Administração, com base em informações de seus consultores jurídicos, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas potenciais com as ações em curso no valor de, aproximadamente, R\$1.630.
- A controlada Unimonte está discutindo judicialmente o valor de R\$1.355 referente a multa contratual pela rescisão antecipada do contrato de aluguel do antigo campus Victório Lanza. A rescisão está pautada na avaliação de ação referente a revisão de aluguel, solicitando avaliação das condições tratadas entre as partes. Discute-se ainda, a eventual cobrança de água e resíduos de aluguel que se alega estar em aberto.

A Administração da Sociedade e de suas controladas acompanham o desenvolvimento desses processos e, com base na opinião de seus assessores jurídicos, para todos aqueles processos cujo desfecho desfavorável é considerado provável é constituída provisão para perda, incluindo principal e encargos. A Administração acredita que as provisões constituídas são suficientes para fazer face às perdas estimadas para esses riscos.

Adicionalmente, a Sociedade e suas controladas são partes em outros processos para os quais a Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, internos e externos, não constituiu provisão para riscos trabalhistas, tributárias e cíveis, por entenderem que os riscos de perda são possíveis, conforme abaixo:

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
Trabalhistas	3.255	908	626	338
Tributária	2.301	2.301	2.290	11.699
Cíveis	<u>13.141</u>	<u>10.564</u>	<u>7.582</u>	<u>9.401</u>
Total	<u>18.697</u>	<u>13.773</u>	<u>10.498</u>	<u>21.438</u>

  

	Controladora						Consolidado
	<u>31/12/2012</u>	<u>MGE</u>	<u>IMEC</u>	<u>UNA</u>	<u>RNE</u>	<u>UNIM</u>	<u>31/12/2012</u>
Trabalhista	-	-	2.325	-	-	890	3.215
Tributária	-	-	-	-	-	11.710	11.710
Cível	<u>-</u>	<u>311</u>	<u>1.260</u>	<u>2.357</u>	<u>-</u>	<u>11.861</u>	<u>15.789</u>
Total	<u>-</u>	<u>311</u>	<u>3.585</u>	<u>2.357</u>	<u>-</u>	<u>24.461</u>	<u>30.714</u>

Os processos cíveis cujo risco de perda é possível referem-se a:

- Ações movidas por ex-alunos de mestrado da controlada Unimonte, pleiteando indenização em função da indefinição ocorrida em anos anteriores com referência ao reconhecimento dos cursos ministrados pela Unimonte pelo Ministério da Educação (“MEC”) no valor de R\$2.889. Em 2008, o MEC efetuou o reconhecimento de tais cursos, e a Sociedade demonstrou, tempestivamente, esse fato em parte dessas ações, minimizando o risco de perda nas mesmas.



- Ações movidas por ex-alunos de graduação de educação física no valor de R\$1.309 em função dos impactos que estes sofreram com o encerramento do curso por parte da controlada Unimonte. Os assessores jurídicos da Unimonte entendem que o risco de perda é possível devido a ela ter prestado aos ex-alunos a assistência necessária quando da transferência destes para outra instituição de ensino.
- Processos de naturezas diversas no valor de R\$4.156, relacionados com a discordância de alunos e ex-alunos quanto a cláusulas do contrato de ensino, cobrança / restituição de matrícula e cláusula indenizatória.
- A controlada Unimonte está discutindo judicialmente o valor de R\$2.179 referente a multa contratual pela rescisão antecipada do contrato de aluguel do antigo campus Victório Lanza. A rescisão está pautada na avaliação de ação referente a revisão de aluguel, solicitando avaliação das condições tratadas entre as partes. Discute-se ainda, a eventual cobrança de água e resíduos de aluguel que se alega estar em aberto.
- Adicionalmente, a controlada Unimonte discute, judicialmente, a multa contratual no valor de R\$2.608, exigida pela extinção do contrato de locação do Campus Senador Feijó. O fundamento do pedido é a onerosidade excessiva, que tanto a continuidade, quanto a penalidade pelo término antecipado ocasionariam, caso tivessem que ser honrados. A discussão é sustentada pelo princípio da função social do contrato.

Os processos tributários cujo risco de perda é possível referem-se a ações relacionadas à cobrança de contribuições tributárias no período em que a controlada Unimonte era uma empresa sem fins lucrativos e usufruía de imunidade tributária. Os assessores jurídicos da Unimonte entendem que o risco de perda para essas cobranças é possível.

Os processos trabalhistas cujo risco de perda é possível referem-se, principalmente, a questionamentos, nas esferas administrativa e judicial, de iniciativa de funcionários, ex-funcionários, prestadores de serviços, de horas extras, equiparação salarial, redução salarial, encargos sociais e interpretação da legislação trabalhista quanto à existência de vínculo empregatício.

Os assessores jurídicos da Sociedade e de suas controladas acompanham permanentemente a situação desses riscos, revisando seus prognósticos em relação ao desfecho final dessas sentenças, quando necessário.

Os depósitos judiciais, assim como as provisões para riscos, são atualizados pelos índices oficiais determinados para sua correção.

A movimentação dos depósitos judiciais da controladora foi como segue:

	<u>01/01/2010</u>	<u>Adições</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Atualização</u>	<u>Reclassificação</u>	<u>31/12/2010</u>
Cíveis	=	<u>6</u>	=	=	=	<u>6</u>
Total	=	<u>6</u>	=	=	=	<u>6</u>

  

	<u>31/12/2010</u>	<u>Adições</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Atualização</u>	<u>Reclassificação</u>	<u>31/12/2011</u>
Cíveis	<u>6</u>	<u>6</u>	=	<u>1</u>	=	<u>13</u>
Total	<u>6</u>	<u>6</u>	=	<u>1</u>	=	<u>13</u>

	<u>31/12/2011</u>	<u>Adições</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Atualização</u>	<u>Reclassificação</u>	<u>31/12/2012</u>
Cíveis	<u>13</u>	<u>4</u>	<u>=</u>	<u>1</u>	<u>=</u>	<u>18</u>
Total	<u>13</u>	<u>4</u>	<u>=</u>	<u>1</u>	<u>=</u>	<u>18</u>

A movimentação dos depósitos judiciais do consolidado foi como segue:

	<u>01/01/2010</u>	<u>Adições</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Atualização</u>	<u>31/12/2010</u>
Trabalhistas	2.498	1.174	(1.106)	617	3.183
Tributárias	406	-	-	191	597
Cíveis	<u>1.076</u>	<u>1.880</u>	<u>(1.431)</u>	<u>188</u>	<u>1.713</u>
Total	<u>3.980</u>	<u>3.054</u>	<u>(2.537)</u>	<u>996</u>	<u>5.493</u>

	<u>31/12/2010</u>	<u>Adições</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Atualização</u>	<u>31/12/2011</u>
Trabalhistas	3.183	270	-	275	3.728
Tributárias	597	-	-	41	638
Cíveis	<u>1.713</u>	<u>1.739</u>	<u>(658)</u>	<u>562</u>	<u>3.356</u>
Total	<u>5.493</u>	<u>2.009</u>	<u>(658)</u>	<u>878</u>	<u>7.722</u>

	<u>31/12/2011</u>	<u>Adições</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Atualização</u>	<u>31/12/2012</u>
Trabalhistas	3.728	1.584	(39)	83	5.356
Tributárias	638	-	-	33	671
Cíveis	<u>3.356</u>	<u>1.936</u>	<u>(959)</u>	<u>474</u>	<u>4.807</u>
Total	<u>7.722</u>	<u>3.520</u>	<u>(998)</u>	<u>590</u>	<u>10.834</u>

## 25. PATRIMONIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)

Capital social - o capital social subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, em 31 de dezembro de 2012, é composto por 1.710.669 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, correspondente a R\$89.789 (no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, era composto por 1.222.430 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, correspondente a R\$10.516, e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 e 01 de janeiro de 2010 era composto por 473.684 ações ordinárias e 473.684 ações preferenciais nominativas com prioridade na distribuição de dividendos, no reembolso de capital no caso de dissolução da empresa e na acumulação destas vantagens, sem valor nominal, correspondente a R\$947). A composição acionária da Sociedade para os exercícios apresentados é como segue:

	<u>Ações Ordinárias</u>	
	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
BR Educacional Fundo de Invest. em Participações	488.239	-
Daniel Faccini Castanho	410.352	410.352
Marcelo Battistella Bueno	262.070	262.070
Rômulo Faccini Castanho	175.865	175.865
Maurício Nogueira Escobar	91.699	91.699
Ignácio Dauden Martinez	58.065	58.065
Átila Simões da Cunha	50.878	50.878
Flávio Korn	48.330	48.905
Gabriel Ralston Correia Ribeiro	24.836	24.836
Leonardo Barros Haddad	24.450	24.450
Rodrigo Rossetto Dias Ramos	23.248	23.248
Ricardo Cançado Gonçalves de Souza	18.948	18.948

	Ações Ordinárias	
	31/12/2012	31/12/2011
Fabício Ghinato Manieri	12.565	12.565
Rivadavia Correa Drummond de Alvarenga Neto	2.549	2.549
Eduardo Shimahara	1.015	18.000
Total de Ações em Circulação	<u>1.693.109</u>	<u>1.222.430</u>
Ações em Tesouraria	17.560	-
Total Geral de Ações	<u>1.710.669</u>	<u>1.222.430</u>

	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais	
	31/12/2010	01/01/2010	31/12/2010	01/01/2010
Daniel Faccini Castanho	125.348	115.874	125.348	115.874
Marcelo Battistella Bueno	115.875	115.875	115.875	115.875
Luiz Antônio Beldi Castanho	85.500	85.500	85.500	85.500
Maurício Nogueira Escobar	45.000	45.000	45.000	45.000
Ignácio Dauden Martinez	22.500	22.500	22.500	22.500
Átila Simões da Cunha	22.500	22.500	22.500	22.500
Flávio Korn	22.500	22.500	22.500	22.500
Gabriel Ralston Correia Ribeiro	4.737	4.737	4.737	4.737
Leonardo Barros Haddad	4.737	4.737	4.737	4.737
Rodrigo Rossetto Dias Ramos	11.250	11.250	11.250	11.250
Ricardo Cançado Gonçalves de Souza	-	9.474	-	9.474
Fabício Ghinato Manieri	4.737	4.737	4.737	4.737
Eduardo Shimahara	9.000	9.000	9.000	9.000
Total de Ações em Circulação	<u>473.684</u>	<u>473.864</u>	<u>473.684</u>	<u>473.684</u>
Total Geral de Ações	<u>473.684</u>	<u>473.864</u>	<u>473.684</u>	<u>473.864</u>

Em 20 de julho de 2011, em Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas da Sociedade aprovaram extinção das ações preferenciais e consequentemente a conversão da totalidade das mesmas em ações ordinárias, na razão de uma ação preferencial para uma ação ordinária. Adicionalmente, foi aprovado aumento de capital no valor de R\$9.569 através da emissão de 275.060 novas ações ordinárias, com valor de subscrição de R\$32,72 reais, e a capitalização da reserva de capital no valor de R\$568. O restante foi integralizado da seguinte forma: R\$6.249 com débitos de mútuos a pagar aos seus sócios e R\$2.752 com recursos próprios dos sócios.

Em 13 de abril de 2012, em Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas da Sociedade aprovaram o aumento do capital social da Sociedade em R\$95.000 mediante o ingresso do acionista BR Educacional Fundo de Investimento em Participações, emitindo 451.242 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal ao preço de R\$210,53 por ação, fixado com base no artigo 170, parágrafo 1º, I, da lei das sociedades por ações. Desta forma, o capital social passou para R\$105.516, dividido em 1.673.672 ações ordinárias e sem valor nominal.

Em 19 de julho de 2012, em Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas da Sociedade aprovaram o aumento do capital social de R\$11.275, mediante a emissão de 36.997 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de R\$304,75 por ação. Essas novas ações foram subscritas e integralizadas pela BR Educacional Fundo de Investimento em Participações. Em virtude disto, o capital social passou a ser de R\$116.791, dividido em 1.710.669 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 31 de agosto de 2012, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, os acionistas da Sociedade aprovaram a redução do capital social da sociedade absorvendo os prejuízos acumulados do exercício de 2011 em R\$27.002, sem o cancelamento de ações. Assim, o capital

social da GAEC passou a ser de R\$89.789, dividido em 1.710.669 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Ações em tesouraria - em 10 de outubro de 2012, a Sociedade recomprou 17.560 ações ordinárias, no montante de R\$3.822, a um custo médio unitário de R\$217,65 visando possibilitar a Sociedade oferecer aos administradores e empregados considerados estratégicos plano de remuneração com base em ações. Tais ações permanecem em tesouraria no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e não dão direito a votos e recebimento de dividendos.

Efeito em transações de capital - pertence ao grupo de ajuste de avaliação patrimonial, sendo que nessa rubrica são reconhecidas as mudanças na participação relativa da controladora sobre controladas que não resultam em perda de controle, ou seja, transações de capital (transações com sócios, na qualidade de proprietários), conforme previsto na Interpretação Técnica ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial.

Em dezembro de 2012, a Sociedade adquiriu ações de suas controladas pertencentes aos acionistas não controladores, por meio de contrato de compra e venda; veja nota explicativa nº 14. A diferença entre o valor pago e o valor patrimonial das ações (ágio) da operação descrita acima foi reconhecida no patrimônio líquido.

Perda em participação em controladas - em 16 de setembro de 2011, através da Assembleia Geral Ordinária, foi aprovado aumento de capital na controlada RNE, em R\$3.955 com a emissão de 3.955.330 novas ações ordinárias. Em 11 de outubro de 2011, a Sociedade realizou aporte de capital nesta controlada no valor de R\$2.482, com a emissão de 2.481.969 ações. A acionista LMR Participações S.A. não subscreveu e não integralizou as novas ações por não concordar com o aumento, sendo estas canceladas e ocasionando a diluição na participação deste acionista. Consequentemente a Sociedade registrou perda de R\$1.470 no patrimônio líquido dos acionistas controladores, com subsequente registro de ganho no mesmo montante em favor dos acionistas não controladores.

Em 10 de agosto de 2012, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, foi aprovado o aumento de capital na controlada RNE no valor de R\$20.300, mediante a emissão de 20.300.000 ações ordinárias. Estas ações foram integralizadas mediante a capitalização do adiantamento (AFAC) realizado em 21 de dezembro de 2011 pela Sociedade, no valor de R\$16.000, correspondente a 16.000.000 ações ordinárias, subscrito e integralizado em 14 de setembro de 2012. A acionista minoritária não subscreveu e não integralizou as novas ações por não concordar com o aumento, sendo estas canceladas ocasionando a diluição na participação deste acionista e aumento da participação da Sociedade na RNE. Consequentemente e levando em consideração os prejuízos acumulados existentes na RNE a Sociedade registrou perda de R\$1.939 no patrimônio líquido dos acionistas controladores da sociedade, com subsequente registro de ganho no mesmo montante em favor dos acionistas não controladores.

Dividendos antecipados - Durante o exercício de 2012, foi apurado resultado positivo e de acordo com o previsto em Estatuto Social, foram distribuídos aos acionistas R\$2.579 a título de dividendos. Adicionalmente foram também liquidados créditos cedidos aos sócios e diretores da Sociedade e de suas controladas no montante de R\$ 13.157, totalizando R\$ 15.736 no exercício. Posteriormente, foram identificados os ajustes descritos na nota explicativa nº 4 gerando prejuízos acumulados. O saldo remanescente a pagar no valor de R\$736 está registrado no passivo circulante na rubrica “Outros passivos circulantes”.

Reservas de lucros - Conforme definido pelo art. 193 da Lei nº 6.404/76, deverá ser destinado 5% do lucro líquido do exercício desde que não exceda 20% do capital social para constituição da reserva legal em rubrica de mesmo nome. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Sociedade, de acordo com o Estatuto Social, não constituiu reserva legal, pois o lucro do exercício foi absorvido pelos prejuízos acumulados.

### Lucro por Ação

#### (a) Lucro básico por ação:

Com base na IAS 33 (equivalente ao CPC 41), a Sociedade deve calcular o valor do resultado básico por ação para o lucro ou prejuízo atribuível aos titulares de ações ordinárias da Sociedade e, se apresentado, o lucro ou prejuízo resultante das operações continuadas atribuível a esses titulares de ações ordinárias.

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Sociedade pela quantidade média ponderada de ações ordinárias existentes no fim do exercício, excluindo as ações adquiridas pela Sociedade e mantidas como ações em tesouraria..

Com base no aumento de capital ocorrido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 (aumento de capital no montante de R\$9.569 através da emissão de 275.060 ações ordinárias) e 31 de dezembro de 2012 (aumento de capital no montante de R\$79.273, correspondente a 488.239 ações ordinárias) houve uma variação na média ponderada da quantidade de ações em circulação, exceto em 2010, sendo a média ponderada utilizada no cálculo do resultado por ação efetuada como segue:

#### Quantidade ponderada de ações ordinárias - 2010

01/01/2010 a 31/12/2010	01/01/2010 a 31/12/2010	Média ponderada
947.368 x 12/12	+ -	= 947.368

#### Quantidade ponderada de ações ordinárias - 2011

01/01/2011 a 31/12/2011	01/07/2011 a 31/12/2011	Média ponderada
947.368 x 12/12	+ 275.062 x 6/12	= 1.084.899

#### Quantidade ponderada de ações ordinárias - 2012

01/01/2012 a 31/12/2012	01/04/2012 a 31/12/2012	Média ponderada
1.222.430 x 12/12	+ 451.242 x 9/12	= 1.560.784

#### Quantidade ponderada de ações ordinárias - 2012

01/01/2012 a 31/12/2012	01/07/2012 a 31/12/2012	Média ponderada
1.560.784 x 12/12	+ 36.997 x 7/12	= 1.580.824

#### Quantidade ponderada de ações ordinárias - 2012

01/01/2012 a 31/12/2012	01/08/2012 a 31/12/2012	Média ponderada
1.580.824 x 12/12	+ (17.560) x 4/12	= 1.574.970

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Sociedade	23.503	(22.617)	(16.310)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias (em milhares)	<u>1.575</u>	<u>1.085</u>	<u>947</u>
Lucro (prejuízo) básico por ação ordinária	<u>14,92</u>	<u>(20,85)</u>	<u>(17,22)</u>

(b) Lucro diluído por ação:

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012, de 2011 e de 2010 não existiam instrumentos financeiros que poderiam potencialmente diluir o lucro por ação.

26. PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS - PROUNI

O Programa tem como foco a concessão de bolsas de estudos a estudantes, cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de até três salários-mínimos, de cursos de graduação e sequenciais de formação específica.

Assim, mediante a assinatura do termo de adesão e em cumprimento ao disposto na Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e no Decreto nº 5.493, de 18 de julho de 2005, as controladas MGE, IMEC e Unimonte passaram a oferecer bolsas integrais e parciais de acordo com os critérios de seleção estabelecidos pela legislação do PROUNI, beneficiando-se das isenções fiscais do imposto de renda, contribuição social, COFINS e PIS, conforme artigo 8º da Lei nº. 11.096/2005, citada acima. Esta isenção refere-se somente ao lucro e receita decorrente da realização de atividades de ensino superior, proveniente de cursos de graduação. Esta isenção é renovada semestralmente através da assinatura digital de termo de adesão junto ao MEC.

O número de bolsas oferecidas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012, 2011 e de 2010 está de acordo com as regras do PROUNI relacionadas ao mínimo de alunos por vaga, conforme determinado pela Lei nº 10.891, de julho de 2004.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010, os valores de descontos do PROUNI registrados na rubrica “Descontos em mensalidades” foram de R\$30.215, R\$27.342 e R\$30.961, respectivamente.

27. RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS PRESTADOS

Segue abaixo a conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração de resultado do exercício:

	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Receita bruta de serviços prestados	16.085	15.262	14.411	318.070	278.309	270.962
Receita bruta de serviços prestados - FIES	-	-	-	89.762	49.779	17.122
Descontos em mensalidades	-	-	-	(76.191)	(67.348)	(67.449)
Impostos sobre faturamento (a)	<u>(2.193)</u>	<u>(2.130)</u>	<u>(2.054)</u>	<u>(7.952)</u>	<u>(6.511)</u>	<u>(5.852)</u>
Receita líquida	<u>13.892</u>	<u>13.132</u>	<u>12.357</u>	<u>323.689</u>	<u>254.229</u>	<u>214.783</u>

(a) Refere-se aos impostos PIS, COFINS, ISS e INSS sobre faturamento.

Os descontos em mensalidade são compostos principalmente por descontos concedidos pelas controladas MGE, IMEC e Unimonte, referentes a convênios com empresas, pagamentos antecipados, gratuidades PROUNI, entre outros:

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010
Gratuidades PROUNI	(30.215)	(27.342)	(30.961)
Gratuidades mantenedora	(9.102)	(13.895)	(9.785)
Pagamento no prazo	(7.243)	(5.783)	(8.548)
Captações de alunos	(6.761)	(2.805)	(1.167)
Convênios com empresas	(5.370)	(4.214)	(4.142)
Pós-graduação	(4.947)	(4.161)	(2.619)
Devolução de mensalidades	(2.584)	(1.551)	(1.979)
Parentesco	(885)	(941)	(1.100)
Acordos	(852)	(557)	(817)
Desempenho acadêmico	(513)	(385)	(530)
Segundo curso	(218)	(127)	(197)
Outros	<u>(7.501)</u>	<u>(5.587)</u>	<u>(5.604)</u>
Total	<u>(76.191)</u>	<u>(67.348)</u>	<u>(67.449)</u>



28. RECEITAS E (DESPESAS) POR NATUREZA

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Propaganda e publicidade	(6)	(17)	(8.639)	(8.418)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota explicativa nº 8)	-	-	(17.086)	(18.344)
Impostos e taxas	(87)	(32)	(1.173)	(2.581)
Provisão para riscos trabalhistas, tributárias e cíveis (nota explicativa nº 24)	(671)	(1.157)	(18.123)	(15.481)
Outras receitas operacionais	231	-	2.524	775
Receitas com aluguel de salas e lojas	-	-	4.308	2.642
Venda de ativo imobilizado	-	-	43	177
Perda com investimento	(1.743)	-	(1.743)	-
Despesas com pessoal	(10.538)	(8.738)	(165.620)	(140.151)
Despesas com serviços de terceiros	(2.743)	(6.195)	(19.470)	(24.712)
Despesas com aluguel e ocupação	(749)	(236)	(28.921)	(25.946)
Despesas com depreciação (nota explicativa nº 15)	(219)	(171)	(7.422)	(6.870)
Despesas com amortização (nota explicativa nº 16)	(1.181)	(1.801)	(1.817)	(2.463)
Manutenção	(669)	(630)	(3.932)	(3.357)
Deslocamentos	(1.129)	(850)	(2.078)	(1.733)
Outras despesas operacionais	-	(1.157)	(19.701)	(14.379)
Total	<u>(19.504)</u>	<u>(20.984)</u>	<u>(288.850)</u>	<u>(260.841)</u>
Classificadas como:				
Custo	(14.639)	(15.560)	(190.502)	(177.408)
Despesas comerciais	(6)	(17)	(25.726)	(26.762)
Despesas gerais e administrativas	(2.587)	(4.217)	(58.455)	(42.201)
Outras (despesas) receitas operacionais	(2.272)	(1.190)	(14.167)	(14.470)

O montante registrado em serviços de terceiros refere-se substancialmente a: consultoria, tecnologia da informação, segurança patrimonial e mão de obra terceirizada.

O montante registrado em despesas com pessoal inclui salários e encargos previdenciários.

Os valores de materiais, energia, serviços de terceiros e outros, conforme apresentado na Demonstração do Valor adicionado, estão acima apresentados nas contas: serviços de terceiros, manutenção, deslocamentos e outras.

## 29. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS DE NEGÓCIOS

De acordo com a IFRS 8 e CPC 22, a Sociedade, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010, definiu os segmentos operacionais, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas. A Sociedade analisa e avalia os segmentos operacionais até a linha de lucro bruto, onde é possível analisar a contribuição de cada segmento de maneira direta e suficiente para a tomada de decisão. A alocação de ativos e despesas através de rateio entre os segmentos operacionais, na avaliação da Sociedade, não traz benefício adicional na análise e gerenciamento do negócio e por esse motivo será desconsiderada. Não são analisados relatórios sobre valores patrimoniais por segmento.

A Administração da Sociedade optou por organizar o Grupo com base nos diferentes serviços prestados como segue:

- (a) Ensino Superior - Atividade atrelada às empresas MGE, IMEC, UNA e Unimonte, que atuam na prestação de serviços educacionais ofertando cursos de ensino superior e de aperfeiçoamento profissional incluindo cursos de graduação, pós-graduação, mestrado, doutorado e extensão.
- (b) Parcela não alocada - Atividade atrelada a empresa RNE que atua como administradora de bens gerindo o recebimento de aluguel de imóveis. Nos exercícios de 2010 e 2011 temos a atividade da empresa CEL-MG, que foi alienada em outubro de 2011, e prestava serviços no ensino de idiomas, e as despesas da empresa VC Network que está temporariamente sem operação.

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	31/12/2012		
	Ensino superior	Parcela não alocada	Total
RECEITA LÍQUIDA	323.667	22	323.689
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	<u>(190.502)</u>	<u>-</u>	<u>(190.502)</u>
LUCRO BRUTO	<u>133.165</u>	<u>22</u>	<u>133.187</u>
Comerciais	(25.726)	-	(25.726)
Gerais e administrativas	(37.244)	(900)	(38.144)
Despesas corporativas (i)	-	(23.015)	(23.015)
Outras (despesas) receitas operacionais	<u>(10.913)</u>	<u>(550)</u>	<u>(11.463)</u>
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	<u>59.282</u>	<u>(24.443)</u>	<u>34.839</u>
Resultado financeiro	(5.248)	(2.518)	(7.766)
Resultado financeiro corporativo (i)	<u>-</u>	<u>(3.716)</u>	<u>(3.716)</u>
LUCRO ANTES DE IMPOSTOS	<u>54.034</u>	<u>(30.677)</u>	<u>23.357</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>139</u>	<u>7</u>	<u>146</u>
LUCRO LÍQUIDO	<u>54.173</u>	<u>(30.670)</u>	<u>23.503</u>

Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
31/12/2011			
	Ensino superior	Parcela não alocada	Total
RECEITA LÍQUIDA	253.050	1.179	254.229
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	<u>(176.851)</u>	<u>(557)</u>	<u>(177.408)</u>
LUCRO BRUTO	<u>76.199</u>	<u>622</u>	<u>76.821</u>
Comerciais	(26.714)	(31)	(26.745)
Gerais e administrativas	(21.309)	(1.180)	(22.489)
Despesas corporativas (i)	-	(23.019)	(23.019)
Outras (despesas) receitas operacionais	<u>(11.788)</u>	<u>608</u>	<u>(11.180)</u>
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	<u>16.388</u>	<u>(23.000)</u>	<u>(6.612)</u>
Resultado financeiro	(20.246)	(2.598)	(22.844)
Resultado financeiro corporativo (i)	<u>-</u>	<u>(3.403)</u>	<u>(3.403)</u>
PREJUÍZO ANTES DE IMPOSTOS	<u>(3.858)</u>	<u>(29.001)</u>	<u>(32.859)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>938</u>	<u>7</u>	<u>945</u>
PREJUÍZO ANTES DOS ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES	<u>(2.920)</u>	<u>(28.994)</u>	<u>(31.914)</u>

Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
31/12/2010			
	Ensino superior	Parcela não alocada	Total
RECEITA LÍQUIDA	213.527	1.256	214.783
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	<u>(155.130)</u>	<u>(179)</u>	<u>(155.309)</u>
LUCRO BRUTO	<u>58.397</u>	<u>1.077</u>	<u>59.474</u>
Comerciais	(17.032)	(55)	(17.087)
Gerais e administrativas	(25.370)	(1.507)	(26.877)
Despesas corporativas (i)	-	(16.646)	(16.646)
Outras (despesas) receitas operacionais	<u>(5.471)</u>	<u>(77)</u>	<u>(5.548)</u>
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	<u>10.524</u>	<u>(17.208)</u>	<u>(6.684)</u>
Resultado financeiro	(2.640)	(3.127)	(5.767)
Resultado financeiro corporativo (i)	<u>-</u>	<u>(7.638)</u>	<u>(7.638)</u>
PREJUÍZO ANTES DE IMPOSTOS	<u>7.884</u>	<u>(27.973)</u>	<u>(20.089)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>434</u>	<u>7</u>	<u>441</u>
PREJUÍZO ANTES DOS ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES	<u>8.318</u>	<u>(27.966)</u>	<u>(19.648)</u>

- (i) As despesas corporativas referem-se às despesas da GAEC consideradas no segmento de parcelas não alocadas por se referir as atividades administrativas da Sociedade. O resultado apresentado nesta rubrica está líquido das receitas e despesas, decorrentes de transações efetuadas entre as empresas.

As vendas entre os segmentos foram realizados como vendas entre partes independentes. A receita de partes externas informadas foi mensurada de maneira condizente com aquela apresentada nas demonstrações do resultado.

30. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010
Receitas financeiras:						
Receita com juros de mensalidades	-	-	-	5.932	7.037	9.407
Receita com juros FUNDER	-	-	-	407	528	792
Receita com aplicações financeiras	2.257	383	421	3.106	419	497
Receita com mútuos	608	3.137	1.060	17	29	-
Correção monetária	136	1	-	769	889	996
Juros diversos recebidos	-	26	-	13	70	-
Outros	-	-	59	17	11	297
	3.001	3.547	1.540	10.261	8.983	11.989
Despesas financeiras:						
Despesa de juros com empréstimos	(5.947)	(860)	(1.342)	(10.816)	(13.037)	(8.973)
Despesa de juros com tributos	(42)	(49)	(14)	(4.047)	(10.721)	(2.890)
Estorno de ganho - Refis IV (nota explicativa 22 (b))	-	-	-	-	(2.252)	-
Descontos financeiros concedidos a alunos	-	-	-	(1.931)	(1.429)	(1.531)
IOF	(81)	(293)	(327)	(984)	(1.381)	(1.692)
Despesa de ajuste a valor presente e correção monetária com títulos	48	(2.540)	(4.547)	(2.271)	(4.955)	(7.509)
Despesa com mútuo	-	-	(1.901)	-	-	(1.901)
Outros	(105)	(99)	(88)	(1.694)	(1.455)	(898)
	(6.127)	(3.841)	(8.219)	(21.743)	(35.230)	(25.394)
Resultado financeiro	(3.126)	(294)	(6.679)	(11.482)	(26.247)	(13.405)

31. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Remuneração variável - O programa Compostella, criado em 2008, com objetivo de oferecer a oportunidade de participação em um processo de remuneração variável, abrange a liderança da Sociedade e de suas controladas MGE, IMEC e Unimonte. O Compostella consiste no pagamento de até um salário adicional, semestralmente, desde que a instituição realize suas metas globais e cada gestor realize sua meta individual. Os valores pagos no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi de R\$465. Para os exercícios anteriores, não houve o pagamento da remuneração variável devido ao não atingimento das metas.

Benefício alimentação - A Sociedade e suas controladas oferecem duas opções a seus colaboradores: cartão refeição ou cartão alimentação, à exceção da Unimonte, que oferece apenas a opção de alimentação aos colaboradores. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foram gastos com esse benefício R\$2.633 (R\$2.447 em 2011 e R\$1.874 em 2010).

Plano de saúde e odontológico - A Sociedade e suas controladas MGE, IMEC e Unimonte oferecem plano de saúde e odontológico aos colaboradores, conforme critérios definidos em sua política. O plano adotado, oferecido por empresa especializada contratada, possui o regime de coparticipação, onde o colaborador contribui com uma parcela fixa para a utilização dos procedimentos médicos cobertos pelo contrato. A responsabilidade da Sociedade e de suas controladas se limita ao pagamento das obrigações mensais de acordo com o contrato de prestação de serviço com a operadora de saúde que no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi de R\$1.679 (R\$1.740 em 2011 e R\$1.265 em 2010).

**Bolsa de estudo** - A Sociedade e suas controladas oferecem a todos os colaboradores bolsas que variam de 70% a 90% de acordo com a faixa salarial, em todos os cursos de graduação tecnológica e bacharelados da MGE, IMEC ou Unimonte. Essas bolsas podem chegar a 100% dependendo do rendimento escolar e podem ser endossadas para um dependente legal. Os conjugues e filhos podem usufruir de uma bolsa de 50% e a Comunidade Ânima (demais familiares dos colaboradores), tem bolsa de 30%. Os colaboradores graduados também recebem bolsa de 50% nos cursos de pós-graduação. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foram disponibilizados R\$3.120 referente a bolsa de estudo aos colaboradores e seus dependentes (R\$4.044 em 2011 e R\$3.586 em 2010)

### 32. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

No decorrer de suas operações, direitos e obrigações foram contraídas entre a Sociedade e suas partes relacionadas, oriundas de operações de compra de serviços e operações de contratos de mútuo. As condições comerciais e financeiras são estabelecidas de comum acordo entre a Sociedade e as partes relacionadas.

Em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010 e nos exercícios findos naquelas datas, a Sociedade apresentou os seguintes saldos e manteve as seguintes transações com partes relacionadas:

Nota explicativa nº	Controladora (BR GAAP)					
	31/12/2012					
	Ativo		Passivo	Resultado		
	Clientes	Mútuos	Mútuos	Receitas (i)	Outras despesas operacionais (i)	Receitas financeiras
	8	10	10	27	28	30
MGE	922	-	-	11.920	-	574
IMEC	-	-	44.768	-	6.991	-
Unimonte	333	-	-	4.123	-	13
RNE	-	-	-	8	-	4
VC Network	-	-	-	8	-	-
Virtual Case	-	78	-	13	-	-
UNA Gestão Patrimonial	-	-	-	13	-	-
Outros	-	55	-	-	-	-
Total	<u>1.255</u>	<u>133</u>	<u>44.768</u>	<u>16.085</u>	<u>6.991</u>	<u>591</u>

Nota explicativa nº	Controladora (BR GAAP)						
	31/12/2011						
	Ativo		Passivo		Resultado		
	Clientes	Mútuos	Fornecedores	Mútuos	Receitas (i)	Outras despesas operacionais (i)	Receitas financeiras
	8	10	17	10	27	28	30
MGE	882	982	-	-	11.264	-	1.055
IMEC	-	-	80	62.017	-	80	-
Unimonte	331	1.550	-	-	3.888	-	2.033
RNE	1	205	-	-	7	-	21
VC Network	13	-	-	-	7	-	-
Virtual Case	-	74	-	-	13	-	-
UNA Gestão Patrimonial	-	-	-	-	13	-	-
Sócios e diretores	-	237	-	-	-	-	28
Outros	-	12	-	-	70	-	-
Total	<u>1.227</u>	<u>3.060</u>	<u>80</u>	<u>62.017</u>	<u>15.262</u>	<u>80</u>	<u>3.137</u>

Nota explicativa nº	Controladora (BR GAAP)						
	31/12/2010						
	Ativo		Passivo		Resultado		
	Clientes	Mútuos	Fornecedores	Mútuos	Receitas (i)	Outras receitas operacionais (i)	Receitas financeiras
	8	10	17	10	27	28	30
MGE	907	9.198	-	-	10.660	-	645
IMEC	615	-	86	44.715	-	615	-
Unimonte	-	4.677	2	-	3.688	-	415
Cel-MG	13	-	-	-	260	-	-
RNE	-	-	-	-	7	-	-
VC Network	4	-	-	-	6	-	-
Virtual Case	-	17	-	-	12	-	-
UNA Gestão Patrimonial	-	-	-	-	12	-	-
Sócios e diretores	-	142	-	13.086	-	-	-
Total	<u>1.539</u>	<u>14.034</u>	<u>88</u>	<u>57.801</u>	<u>14.645</u>	<u>615</u>	<u>1.060</u>

(i) Refere-se principalmente a cobrança decorrente dos serviços administrativos compartilhados para as controladas.

Nota explicativa nº	Controladora (BR GAAP)			
	01/01/2010			
	Ativo		Passivo	
	Clientes	Mútuos	Fornecedores	Mútuos
	8	10	17	10
MGE	-	-	-	15
IMEC	-	-	-	11.664
Unimonte	-	-	-	-
Cel-MG	-	-	-	-
RNE	-	-	-	-
VC Network	-	-	-	-
Virtual Case	-	7	-	-
UNA Gestão Patrimonial	-	-	74	-
Sócios e diretores	-	-	-	12.871
Outros	-	57	-	-
Total	<u>-</u>	<u>64</u>	<u>74</u>	<u>24.550</u>

Nota explicativa nº	Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	31/12/2012		
	Ativo	Passivo	Resultado
	Mútuos	Mútuos	Receitas financeiras
	10	10	30
Virtual Case	78	-	-
Sócios e diretores	-	2.794	17
Outros	55	-	-
Total	<u>133</u>	<u>2.794</u>	<u>17</u>

Nota explicativa nº	Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	31/12/2011		
	Ativo	Passivo	Resultado
	Mútuos	Mútuos	Receitas financeiras
	10	10	30
Virtual Case	74	9	-
Sócios e diretores	237	1.309	29
Outros	28	-	-
Total	<u>339</u>	<u>1.318</u>	<u>29</u>

Nota explicativa nº	Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	31/12/2010		
	Ativo	Passivo	Resultado
	Mútuos	Mútuos	Receitas financeiras
	10	10	30
Virtual Case	17	-	-
Sócios e diretores	142	13.086	-
Outros	<u>15</u>	<u>10</u>	<u>-</u>
Total	<u>174</u>	<u>13.096</u>	<u>-</u>

Nota explicativa nº	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	01/01/2010	
	Ativo	Passivo
	Mútuos	Mútuos
	10	10
Virtual Case	7	-
Sócios e diretores	-	13.306
Outros	<u>113</u>	<u>-</u>
Total	<u>120</u>	<u>13.036</u>

### 32.1. Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal chave da administração inclui os diretores e conselheiros da Sociedade, a remuneração recebida durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010 é a seguinte:

	Controladora (BR GAAP)		
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010
Honorários de curto prazo	2.003	400	25
Benefícios pós-emprego (*)	-	-	-
Outros benefícios de longo prazo (*)	-	-	-
Benefícios de rescisão de contrato de trabalho (*)	-	-	-
Remuneração baseada em ações (*)	-	-	-
Total	<u>2.003</u>	<u>400</u>	<u>25</u>

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010
Honorários de curto prazo	4.451	2.455	1.861
Benefícios pós-emprego (*)	-	-	-
Outros benefícios de longo prazo (*)	-	-	-
Benefícios de rescisão de contrato de trabalho (*)	-	-	-
Remuneração baseada em ações (*)	-	-	-
Total	<u>4.451</u>	<u>2.455</u>	<u>1.861</u>

(\*) Estes benefícios não são pagos ao pessoal chave da administração.

A remuneração da Administração e dos principais executivos é determinada considerando o desempenho dos indivíduos e as tendências de mercado.



33. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Gestão do risco de capital - A Sociedade e suas controladas administram seu capital, para assegurar que estas empresas e ela própria possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Sociedade e de suas controladas é formada pelo endividamento líquido (dívida detalhada na nota explicativa nº 18, deduzidas pelo caixa e equivalentes de caixa, detalhados na nota explicativa nº 7 e pelo seu patrimônio líquido).

A Administração revisa periodicamente a estrutura de capital da Sociedade e de suas controladas. Como parte dessa revisão, a Administração considera o custo de capital, a liquidez dos ativos, os riscos associados a cada classe de capital e o grau de endividamento.

A Sociedade e suas controladas não estão sujeitas a nenhum requerimento externo sobre a sua dívida.

A seguir, estão demonstrados os índices de alavancagem financeira:

	Notas explicativas	Controladora (BR GAAP)			
		31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
Dívida (a)	18	5.461	13.644	10.085	8.096
Caixa e equivalentes de caixa	7	(123)	(11)	(5.883)	(4.255)
Dívida líquida		<u>5.338</u>	<u>13.633</u>	<u>4.202</u>	<u>3.841</u>
Patrimônio líquido (passivo a descoberto) (b)	25	<u>18.357</u>	<u>(33.034)</u>	<u>(17.948)</u>	<u>(1.638)</u>
Índice de alavancagem financeira		29,1%	-41,3%	-23,4%	-234,5%

	Notas explicativas	Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
		31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
Dívida (a)	18	59.580	106.044	89.480	56.979
Caixa e equivalentes de caixa	7	(5.470)	(816)	(6.735)	(4.806)
Dívida líquida		<u>54.110</u>	<u>105.228</u>	<u>82.745</u>	<u>52.173</u>
Patrimônio líquido (passivo a descoberto) (b)	25	<u>18.357</u>	<u>(39.720)</u>	<u>(16.807)</u>	<u>2.841</u>
Índice de alavancagem financeira		294,8%	-264,9%	-492,3%	1.836,4%

(a) A dívida é definida como empréstimos bancários circulantes e não circulantes.

(b) O patrimônio líquido (passivo a descoberto) inclui todo o capital e as reservas da Sociedade, gerenciados como capital.

### 33.1. Categoria de instrumentos financeiros:

Nas operações que envolvem os instrumentos financeiros, foram identificados que os empréstimos e financiamentos possuem diferenças entre os valores contábeis e os seus valores justos, devido a tais empréstimos e financiamento possuírem prazos alongados para a sua liquidação.

Os valores justos dos empréstimos e financiamentos foram calculados projetando-se os fluxos futuros dos empréstimos e financiamentos utilizando as taxas de juros adquiridas em cada um dos contratos (nota explicativa nº 18), posteriormente trazemos estes valores a valor presente utilizando as taxas médias das captações ocorridas no final de cada exercício, que estão em conformidade com as taxas utilizadas pelo mercado em cada uma das datas e modalidade de captação. A taxa de desconto utilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi de 9,74% (14,32% em 2011, 14,99% em 2010 e 13,57% em 01/01/2010).

#### Controladora (BR GAAP)

		(R\$ MILH.)							
Nota explicativa		31/12/2012		31/12/2011		31/12/2010		01/01/2010	
		Valor justo	Valor de registro	Valor justo	Valor de registro	Valor justo	Valor de registro	Valor justo	Valor de registro
<b>Passivos financeiros</b>									
Empréstimos e financiamentos (i)	18	5.260	5.461	13.233	13.644	9.724	10.085	7.537	8.096
Títulos a pagar (ii)	23	12.282	12.449	22.502	22.581	30.679	31.637	40.509	41.389

#### Consolidado (IFRS e BR GAAP)

		31/12/2012		31/12/2011		31/12/2010		01/01/2010	
	Nota explicativa	Valor justo	Valor de registro	Valor justo	Valor de registro	Valor justo	Valor de registro	Valor justo	Valor de registro
<u>Passivos financeiros</u>									
Empréstimos e									
financiamentos (i)	18	56.911	59.580	104.518	106.044	88.136	89.480	55.489	56.979
Títulos a pagar (ii)	23	26.430	27.332	37.082	37.746	45.843	47.641	54.685	56.481

- (i) Calculados por meio de fluxo de caixa descontado com base nas parcelas a vencer, utilizando as taxas de juros adquiridas em cada um dos contratos.
- (ii) Foram calculados sobre os saldos corrigidos pela taxa de desconto projetada de 7,25% a.a. para os títulos referentes aos imóveis adquiridos pela RNE e de 5,35% a.a. referente à aquisição da manutenção do Uni-BH.

A Administração da Sociedade e suas controladas entendem que os demais ativos e passivos financeiros, tais como, caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, créditos e débitos com partes relacionadas e fornecedores, os quais são reconhecidos nas demonstrações financeiras pelos valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos seus respectivos valores de mercado.

A Sociedade e suas controladas não têm a prática de operar com derivativos ou quaisquer outros ativos que apresentem características especulativas. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010 a Sociedade e suas controladas não possuíam instrumentos financeiros não contabilizados, bem como não possuíam instrumentos financeiros derivativos.

Gerenciamento de riscos financeiros - No curso normal das suas operações, a Sociedade e suas controladas estão expostas aos seguintes riscos relacionados aos seus instrumentos financeiros:

- (a) Risco de mercado: é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de determinado instrumento financeiro oscilem devido às variações nas taxas de juros e índices de correção. O gerenciamento do risco de mercado é efetuado com o objetivo de garantir que a Sociedade e suas controladas estejam expostas somente a níveis considerados aceitáveis de risco no contexto de suas operações.
- (i) Risco de câmbio - A Sociedade e suas controladas não possuem ativos e passivos indexados à moeda estrangeira.
- (ii) Risco de juros - A Sociedade possui empréstimos e financiamentos contratados em moeda nacional e subordinados a taxas de juros vinculadas a indexadores (principalmente CDI). O risco relacionado a esses passivos resulta da possibilidade de existirem mudanças nas taxas de juros.

A Sociedade não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra este tipo de risco, contudo, monitora continuamente as taxas de juros de mercado, com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se do risco de volatilidade dessas taxas.

As taxas de juros contratadas no passivo circulante e passivo não circulante podem ser demonstradas conforme a seguir:

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
Empréstimos e financiamentos:				
Certificado de Depósito Bancário - CDI	58.477	104.617	87.599	55.501
Outros (i)	1.103	1.427	1.881	1.478
Títulos a pagar:				
Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC	<u>27.332</u>	<u>37.746</u>	<u>47.641</u>	<u>56.481</u>
Total	<u>86.912</u>	<u>143.790</u>	<u>137.121</u>	<u>113.460</u>

(i) Empréstimos e financiamentos lastreados pela TJLP e Selic.

- (b) Risco de liquidez: é o risco de escassez de recursos para liquidar suas obrigações. O gerenciamento do risco de liquidez é efetuado com o objetivo de garantir que a Sociedade e suas controladas possuam os recursos necessários para liquidar seus passivos financeiros nas datas de vencimento.

A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é do Conselho de Administração, que elaborou um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. O Grupo gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir mostra os passivos financeiros não derivativos da Sociedade, que são mensurados pelo método do custo amortizado, e os prazos de amortização contratuais correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até o prazo de vencimento contratual.

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)			Total
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Acima de 2 anos	
Em 31 de dezembro de 2012:				
Empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 18)	12.473	16.647	33.511	62.631
Fornecedores (nota explicativa nº 17)	8.596	-	-	8.596
Títulos a pagar (nota explicativa nº 23)	12.407	4.092	10.833	27.332
31 de dezembro de 2011:				
Empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 18)	63.484	22.832	24.860	111.176
Fornecedores (nota explicativa nº 17)	11.584	-	-	11.584
Títulos a pagar (nota explicativa nº 23)	25.157	1.241	11.348	37.746
31 de dezembro de 2010:				
Empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 18)	50.266	17.257	26.829	94.352
Fornecedores (nota explicativa nº 17)	7.386	-	-	7.386
Títulos a pagar (nota explicativa nº 23)	13.845	20.725	13.071	47.641
01 de janeiro de 2010:				
Empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 18)	41.666	11.005	6.099	58.770
Fornecedores (nota explicativa nº 17)	11.196	-	-	11.196
Títulos a pagar (nota explicativa nº 23)	24.805	19.744	11.932	56.481

Os valores demonstrados acima referentes às garantias contratuais são o máximo que o Grupo pode ser obrigado a liquidar, conforme os termos dos contratos de garantia financeira, se o valor total garantido for cobrado pela contraparte. No final do período de relatório, o Grupo considera que é mais provável do que não que qualquer valor seja pago nos termos desse acordo. Entretanto, essa previsão está sujeita à mudança, dependendo da probabilidade de a contraparte cobrar a garantia, que decorre da probabilidade de os recebíveis financeiros detidos pela contraparte e garantidos virem a sofrer perdas de crédito.

- (c) Risco de crédito - É avaliado em bases históricas pela Administração, estando sujeito a oscilações de mercado e da economia nacional e local. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada em montante considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos.

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando o Grupo a incorrer em perdas financeiras. Portanto, o Grupo pautou suas políticas comerciais aos níveis de risco de crédito a que estão dispostas a se sujeitar no curso de seus negócios limitados às regras do Governo Federal (Lei nº 9.870/99, que dispõe sobre o valor total das anuidades escolares). A matrícula para o período letivo seguinte é bloqueada sempre que o aluno fica inadimplente com a instituição. A diversificação de sua carteira de recebíveis e a seletividade de seus alunos, assim como o acompanhamento dos prazos, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

A Sociedade restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e aplicações financeiras efetuando seus investimentos com instituições financeiras de primeira linha, considerando o rating das agências Fitch Rating e Standard & Poors, e de acordo com limites previamente estabelecidos.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito nas datas das demonstrações financeiras foi:

	Notas explicativas	Controladora (BR GAAP)			
		31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
Caixa e equivalentes de caixa	7	123	11	5.883	4.255
Contas a receber	8	1.405	1.270	1.758	-
Créditos com partes relacionadas	10	133	3.060	14.034	64
Total		<u>1.661</u>	<u>4.341</u>	<u>21.675</u>	<u>4.319</u>

	Notas explicativas	Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
		31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
Caixa e equivalentes de caixa	7	5.470	816	6.735	4.806
Contas a receber	8	47.776	44.848	41.799	30.870
Créditos com partes relacionadas	10	133	339	174	120
Total		<u>53.379</u>	<u>46.003</u>	<u>48.708</u>	<u>35.796</u>

#### 34. ANALISE DE SENSIBILIDADE

A Sociedade apresenta abaixo as informações suplementares sobre seus instrumentos financeiros que são requeridas pela Instrução CVM nº 475/08 de 17 de dezembro de 2008, especificamente sobre a análise de sensibilidade complementar à requerida pelas IFRSs e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Na elaboração dessa análise de sensibilidade suplementar, a Sociedade adotou as seguintes premissas, definidas na Instrução CVM nº 475/08:

- Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais para a Sociedade, que são os mesmos divulgados na nota explicativa nº 33;
- Definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Sociedade, e que é referenciada por fonte externa independente (Cenário I);
- Definição de dois cenários adicionais com deteriorações de, pelo menos, 25% e 50% na variável de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente);
- Apresentação do impacto dos cenários definidos no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Sociedade.

Segue abaixo o demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que podem gerar prejuízos materiais à Sociedade e suas controladas, demonstradas em cenário provável (indexador utilizado: CDI - 8,37%), considerando um horizonte de 12 meses. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, a fim de apresentar 25% e 50% na variação do risco considerada respectivamente.

Para efetuar a análise de sensibilidade, foram utilizados como premissa os indicadores macroeconômicos vigentes no encerramento do período.

Controladora (BR GAAP)						
31/12/2012						
Indexador	Taxa (%)	Risco	Valor	Efeito no resultado		
				Cenário provável	Cenário possível (25%)	Cenário remoto (50%)
Aplicações financeiras	CDI	8,22%	Alta do CDI	116	10	12
Empréstimos e financiamentos	CDI	8,22%	Alta do CDI	(5.461)	(449)	(561)
Títulos a pagar	INPC	6,22%	Alta do INPC	(7.043)	(438)	(548)
Exposição líquida			(12.388)	(877)	(1.097)	(1.316)

Consolidado (IFRS e BR GAAP)						
31/12/2012						
Indexador	Taxa (%)	Risco	Valor	Efeito no resultado		
				Cenário provável	Cenário possível (25%)	Cenário remoto (50%)
Aplicações financeiras	CDI	8,22%	Alta do CDI	4.514	371	464
Empréstimos e financiamentos	CDI	8,22%	Alta do CDI	(59.580)	(4.897)	(6.122)
Títulos a pagar	INPC	6,22%	Alta do INPC	(27.332)	(1.700)	(2.125)
Exposição líquida			(82.398)	(6.226)	(7.783)	(9.340)

Controladora (BR GAAP)						
31/12/2011						
Indexador	Taxa (%)	Risco	Valor	Efeito no resultado		
				Cenário provável	Cenário possível (25%)	Cenário remoto (50%)
Aplicações financeiras	CDI	8,22%	Alta do CDI	2	0,2	0,2
Títulos a pagar	INPC	6,22%	Alta do INPC	22.581	1.405	1.756
Exposição líquida			22.583	1.405	1.756	2.107

Consolidado (IFRS e BR GAAP)						
31/12/2011						
Indexador	Taxa (%)	Risco	Valor	Efeito no resultado		
				Cenário provável	Cenário possível (25%)	Cenário remoto (50%)
Aplicações financeiras	CDI	8,22%	Alta do CDI	92	8	9
Empréstimos e financiamentos	CDI	8,22%	Alta do CDI	(104.617)	(8.600)	(10.749)
Títulos a pagar	INPC	6,22%	Alta do INPC	(37.746)	(2.348)	(2.935)
Exposição líquida			(142.271)	(10.940)	(13.675)	(16.410)

## Controladora (BR GAAP)

31/12/2010

	Indexador	Taxa (%)	Risco	Valor	Efeito no resultado		
					Cenário provável	Cenário possível (25%)	Cenário remoto (50%)
Aplicações financeiras	CDI	8,22%	Alta do CDI	5.866	482	603	723
Títulos a pagar	INPC	6,22%	Alta do INPC	(31.637)	(1.968)	(2.460)	(2.951)
Exposição líquida				(25.771)	(1.486)	(1.857)	(2.228)

## Consolidado (IFRS e BR GAAP)

31/12/2010

	Indexador	Taxa (%)	Risco	Valor	Efeito no resultado		
					Cenário provável	Cenário possível (25%)	Cenário remoto (50%)
Aplicações financeiras	CDI	8,22%	Alta do CDI	6.088	500	626	751
Empréstimos e financiamentos	CDI	8,22%	Alta do CDI	(87.599)	(7.201)	(9.001)	(10.801)
Títulos a pagar	INPC	6,22%	Alta do INPC	(47.641)	(2.962)	(3.704)	(4.445)
Exposição líquida				(129.152)	(9.663)	(12.079)	(14.495)

## Controladora (BR GAAP)

01/01/2010

	Indexador	Taxa (%)	Risco	Valor	Efeito no resultado		
					Cenário provável	Cenário possível (25%)	Cenário remoto (50%)
Aplicações financeiras	CDI	8,22%	Alta do CDI	4.206	346	432	519
Títulos a pagar	INPC	6,22%	Alta do INPC	(41.389)	(2.575)	(3.218)	(3.862)
Exposição líquida				(37.183)	(2.229)	(2.786)	(3.343)

## Consolidado (IFRS e BR GAAP)

01/01/2010

	Indexador	Taxa (%)	Risco	Valor	Efeito no resultado		
					Cenário provável	Cenário possível (25%)	Cenário remoto (50%)
Aplicações financeiras	CDI	8,22%	Alta do CDI	4.212	346	433	519
Empréstimos e financiamentos	CDI	8,22%	Alta do CDI	(55.051)	(4.525)	(5.656)	(6.788)
Títulos a pagar	INPC	6,22%	Alta do INPC	(56.481)	(3.513)	(4.392)	(5.269)
Exposição líquida				(107.320)	(7.692)	(9.615)	(11.538)

A Sociedade e suas controladas adotou como critério para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, o efeito de juros a incorrer nos próximos 12 meses.

As taxas utilizadas nas projeções descritas acima foram extraídas da seguinte fonte externa independente: [www.cetip.com.br](http://www.cetip.com.br).



### 35. COBERTURA DE SEGUROS

É política da Sociedade e de suas controladas manter cobertura de seguros para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. As premissas de riscos adotados, devida a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. Em 31 de dezembro de 2012, a Sociedade possuía apólices de seguro com indenização máxima prevista de R\$22.165 (R\$55.088 em 2011, R\$85.460 em 2010 e R\$35.067 em 01/01/2010), em que estão cobertos, entre outros, incêndios, alagamentos, acidentes de trabalho, danos elétricos, tumultos, quebra de vidros, equipamentos eletrônicos, roubos, queda de raios, explosões, vendaval, impacto de veículos e queda de aeronaves.

Todas as apólices de seguros foram contratadas em companhias de seguros do mercado brasileiro.

### 36. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - PRINCIPAIS TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA

Para a correta análise das demonstrações de fluxo de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, é necessário que sejam avaliadas algumas transações ocorridas nas contas de ativo e passivo que não afetaram caixa, as quais estão descritas abaixo:

- (a) Em 2009, a Sociedade adquiriu a Manutenção do Centro Universitário de Belo Horizonte Uni-BH, a ser pago em três parcelas anuais vincendas no final de janeiro de cada exercício a partir de 2010. O valor pago em 2012 está representado no fluxo de caixa na rubrica “Amortizações” de empréstimos e financiamentos no fluxo de caixa de atividades de financiamento, no valor de R\$22.533.
- (b) A distribuição dos dividendos de 2011 e os intermediários de 2012, realizada na controlada IMEC, no valor total de R\$14.164, ocorreu mediante a compensação de créditos de Mútuo para com a Sociedade. Da mesma forma, a distribuição ocorrida na controlada MGE, no montante de R\$16.000, foi realizada mediante a transferência dos créditos relativos a mútuo que a controlada MGE possuía junto à controlada Unimonte.
- (c) A Sociedade teve seu capital social reduzido em R\$27.002, através da absorção dos prejuízos acumulados, conforme nota explicativa nº 25.
- (d) O aumento de capital social da controlada Unimonte, em R\$16.000, foi realizado através da capitalização dos créditos de mútuos que a Sociedade possuía junto a ela, conforme nota explicativa nº 25.
- (e) A liquidação do acerto de contas de despesas entre a Sociedade e sua controlada IMEC, foi efetuado através de abatimento do mútuo existente entre elas no montante de R\$6.991.
- (f) Em 2011, a Sociedade efetuou adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC), no valor de R\$16.000 na controlada RNE com créditos de mútuos a receber da controlada Unimonte. Em 2012, este AFAC foi convertido para capital social.

- (g) Em outubro de 2011, o montante decorrente da alienação da participação total na Cel-MG Ensino Ltda. no valor de R\$200 (veja nota explicativa nº 14) foi utilizado para quitação do empréstimo bancário que esta empresa possuía na data.
- (h) Em dezembro de 2012, a Sociedade reclassificou créditos com acionistas para dividendos antecipados, no patrimônio líquido, no montante de R\$15.000.
- (i) Aumento de capital referente integralização de R\$6.249 com débito de mútuos a pagar aos seus sócios, ocorrido em 20 de julho de 2011.

### 37. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 4 de fevereiro de 2013 a Sociedade firmou contrato de compra e venda com os acionistas da empresa BR Educação Executiva S.A. (BR Educação) adquirindo 62.500.000 ações, representando 100% do seu capital social.

A BR Educação detém 50% do capital social das empresas:

- (a) HSM do Brasil S/A empresa localizada na cidade de Barueri, estado de São Paulo, que atua na edição e impressão de livros, na distribuição de vídeos e de programas de televisão e presta serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas;
- (b) HSM Educação S.A., empresa com sede na cidade de São Paulo, que atua na oferta de cursos de educação superior (graduação e pós-graduação) além de dar consultorias em gestão empresarial.

Adicionalmente existem as seguintes investidas indiretas:

- (a) HSM Editora S/A, subsidiária integral da HSM Educação, localizada na cidade de São Paulo, especializada na edição e comércio atacadista de livros, jornais e outras publicações além de serviços de informação na internet como portais, provedores de conteúdo e outros; e
- (b) HSM Marcas Ltda., empresa situada na cidade de Barueri, estado de São Paulo, controlada em conjunto pelas empresas HSM do Brasil e HSM Educação que realiza a gestão de ativos intangíveis não financeiros e a distribuição cinematográfica, de vídeo e de programas de televisão, além de prestar serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas e cursos de educação superior (graduação e pós-graduação).

Com base no IFRS 10 - *Consolidated Financial Statements*, correspondente ao CPC 36 (R3), ficou definido, mediante acordo firmando junto aos acionistas em 04 de fevereiro de 2013, que a GAEC Educação S.A. tem poder sobre as atividades relevantes das empresas, indicando o controle das HSMs.

Embora a participação societária seja de 50% para ambos os acionistas nas investidas indiretas HSMs, a GAEC possui o controle sobre essas investidas e a capacidade de utilizar este poder para afetar o valor de seus retornos. Este poder fica evidente através dos direitos por ela mantidos:

- (i) Indicação e nomeação de todos os cargos de presidência, diretoria e alta gerência;
- (ii) Desenvolvimento do plano de negócios e do orçamento da BR Educação e de suas controladas em linha com as diretrizes da GAEC;

(iii) Gestão das operações das empresas.

Além disso, o outro acionista tem a opção de exigir que a GAEC compre sua participação nas investidas pelo montante R\$40.000 (corrigidos pela variação do IGPM a partir de 04/02/13), demonstrando a exposição somente aos benefícios na participação da HSM Brasil, HSM Educação, HSM Marcas e HSM Editora.

A concretização destas aquisições ocorreu em março de 2013 após aprovação, sem restrições, do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), através do Despacho nº 240, de março de 2013.

Foi utilizado o método de aquisição para a contabilização dos ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos, reconhecidos na data da aquisição, o preço de compra considerado na aquisição da BR Educação e a determinação do ágio (*goodwill*) resultante.

	Valor justo dos ativos líquidos		
	Circulantes	Não circulantes	Total
<u>Ativos</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	2.682	-	2.682
Contas a receber	3.600	-	3.600
Outros ativos circulantes e não circulantes	2.206	312	2.518
Impostos a recuperar	4.173	434	4.607
Imobilizado	-	5.999	5.999
Intangível	-	66.921	66.921
<u>Passivos</u>			
Fornecedores	(2.170)	-	(2.170)
Empréstimos e financiamentos	(5.223)	(1.244)	(6.467)
Obrigações sociais e salariais	(2.691)	-	(2.691)
Adiantamentos de clientes	(12.316)	-	(12.316)
Outros passivos circulantes e não circulantes	(695)	(410)	(1.105)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	(10.722)	(10.722)
Provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	-	(14)	(14)
Ativos líquidos adquiridos	<u>(10.434)</u>	<u>61.276</u>	<u>50.842</u>

O ágio gerado pela diferença entre o valor pago e o patrimônio da adquirida, foi avaliado conforme orientação do CPC 15 (R1) - Combinação de negócios (equivalente ao IFRS 3) e alocado da seguinte forma:

	30/06/2013	
	Controladora	Consolidado
Contrapartida transferida	55.269	55.269
Mais: Participações não controladoras (50%)		
Valor justo dos ativos líquidos	17.616	-
Valor justo dos minoritários	-	36.181
Menos:		
Valor justo de ativos líquidos identificáveis adquiridos	(50.842)	(50.842)
Ágio gerado na aquisição	22.043	40.608

Considerando que as informações anteriormente mencionadas referem-se a estimativa preliminar do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, podem ocorrer alterações em relação ao cálculo final durante o período de um ano após a data de aquisição.

- Em fevereiro de 2013, a controlada MGE adquiriu o direito de manutenção do campus de Betim da UNIPAC - Fundação Antônio Carlos, que possui cerca de mil alunos e o integrará as suas operações.

A Administração da Sociedade baseada em sua estratégia de mercado efetuou, em maio de 2013, reestruturação societária onde os imóveis pertencentes à controlada indireta UNA Gestão Patrimonial S.A. ("UNA") e a controlada RNE Gestão Patrimonial S.A. ("RNE"), foram vertidos para os sócios da Sociedade. Posteriormente, houve permuta de imóveis entre as controladas Unimonte e RNE. A reestruturação está demonstrada em etapas, conforme abaixo:

- Etapa 1

Em Assembleia Geral Extraordinária, a controlada indireta UNA, efetuou cisão parcial de seus ativos e passivos através da Constituição de uma nova sociedade empresária, sob a denominação de Santa Antonieta Gestão Patrimonial Ltda. ("Santa Antonieta"). Os imóveis vertidos para esta nova empresa continuarão a ser utilizados pela controlada MGE, e o valor acordado pelo pagamento do aluguel nas mesmas condições pactuadas com a UNA continuará a ser de R\$ 204 mensais. O valor do imobilizado líquido vertido da companhia foi de R\$33.466.

- Etapa 2

Em Assembleia Geral Extraordinária, a Sociedade decidiu reduzir seu capital em R\$47.490, sem cancelamento das ações. O valor foi quitado na proporção da participação de cada qual no capital social, através da entrega das ações das controladas RNE e Santa Antonieta. O patrimônio líquido entregue aos acionistas foi de R\$25.542 da Santa Antonieta e R\$21.948 da RNE.

- Etapa 3

Em 27 de junho de 2013, em Assembleia Geral Extraordinária, a Sociedade deliberou por fazer permuta, sem torna, entre alguns imóveis localizados na cidade de Santos, de propriedade da controlada Unimonte, no valor de R\$5.943, com imóveis da RNE no valor de R\$8.714 sendo a diferença contabilizada em conta de ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido no valor líquido de R\$2.771, por tratar-se de transações com acionistas. Esta operação envolveu apenas a transferência de bens entre as empresas, não resultando ganho ou perda para ambas.

Com esta operação ocorreu a saída da empresa RNE do quadro societário da GAEC por meio da entrega de ações pela Sociedade e de créditos que esta possuía frente à controlada MGE, após compensados adiantamentos realizados em 2012 no montante de R\$13.157. Os bens registrados na rubrica “imóveis para a venda” (nota explicativa nº 11) foram baixados e não serão mais apresentados nas demonstrações financeiras anuais posteriores.

Entre abril de 2013 e junho de 2013 foram realizadas compras de ações de diversos sócios totalizando 5.886 ações ordinárias e ainda a dação de 1.015 ações ordinárias em liquidação de mutuo com os acionistas, no montante total de R\$ 1.281, a um custo médio unitário de R\$ 185,65. Assim, as ações em tesouraria passaram para R\$5.103, dividido em 24.461 ações ordinárias e sem valor nominal. Tais ações permaneceram em tesouraria sem direito a votos e recebimento de dividendos até 23 de agosto de 2013, quando foram alienadas conforme descrito na nota abaixo.

Em 23 de agosto de 2013, a Sociedade alienou todas as 24.461 ações ordinárias mantidas em tesouraria, pelo valor total de R\$ 244,61, equivalente a R\$ 0,01 por ação, da seguinte forma: 13.901 ações ordinárias para o acionista Ricardo Cançado Gonçalves de Souza e 10.560 ações ordinárias ao acionista Ryon Cássio Braga, que passou a integrar o quadro acionário da Sociedade.

### 38. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Diretoria da Sociedade em 26 de agosto de 2013.

---

#### DIRETORIA

DANIEL FACCINI CASTANHO  
Diretor Presidente

GABRIEL RALSTON CORREA RIBEIRO  
Diretor Financeiro

#### RESPONSÁVEL TÉCNICO

MARY AFONSO MOUSINHO  
Contadora  
CRC/MG 088.391/O-8